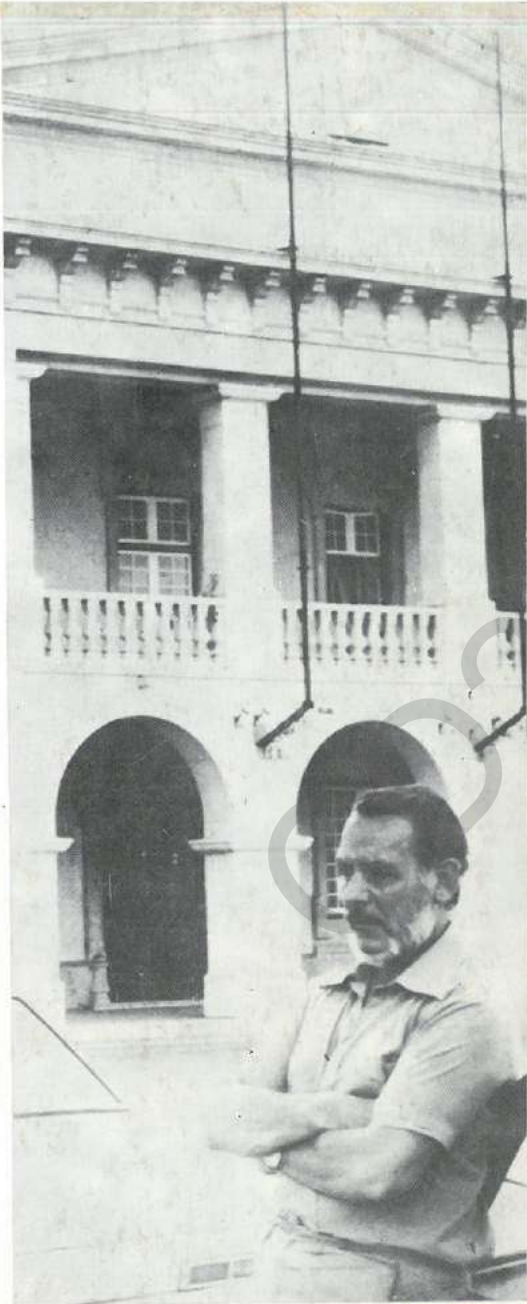


A independência da Namíbia traz novamente à actualidade várias interrogações: Que pretende o imperialismo na região? Porque deram a URSS e Cuba, o MPLA e a Frelimo, vários trunfos, de bandeja, ao regime sul-africano?

Varela Gomes (na foto, diante do Palácio do Povo, em Luanda) viveu em Angola (1976-77) e em Moçambique (1977-79), e referre-se a essa experiência sob a perspectiva da luta de classes.

No livro, encontrará o leitor uma série de apontamentos polémicos e desasombrados, uns inéditos, outros publicados entre 1985 e 1988 na revista "Versus", no seu conjunto com revelações - talvez surpreendentes - sobre assuntos habitualmente sujeitos a interdito crítico, tais como: o chamado golpe de Nito Alves; o assalto da pequena burguesia ao aparelho de Estado; os amigos e conselheiros de Samora Machel; a degenerescência do internacionalismo socialista; os mitos da cooperação e o seu gigantesco falhanço.



VARELA GOMES

REVOLUÇÃO NA
ÁFRICA AUSTRAL
APONTAMENTOS POLÉMICOS

367
1974-1989
GOM

MFN=1082

VARELA GOMES



CD25A

REVOLUÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL APONTAMENTOS POLÉMICOS

Do
Centro Documentação 25 Abril
Oferece o Doutor
Varela Gomes

967 "1974-1989" GOM

L, Set 1989

OUTRAS OBRAS DO AUTOR

- Sobre os Golpes Contra-Revolucionários do 11 de Março e 25 de Novembro
ed. autor - 1980
- Tempo de Resistência
Ler Editora - 1980
- A Contra-Revolução de Fachada Socialista
Ler Editora - 1981
- Livro Branco da 5ª Divisão
Ler Editora - 1984
- Guerra de Espanha - Acheugas ao redor da participação portuguesa
Cadernos VERSUS - 1987

INTRODUÇÃO

Ao escrever, desde Fevereiro de 1985, uma série de apontamentos sobre a Revolução na África Austral, para a revista VERSUS, procurei utilizar determinadas epígrafes que, de algum modo, traduzissem as preocupações que lhes davam origem. Logo de início juntei dois sub-títulos - "Marx e Lenine em África" e "Desbravando Revoluções Interditas". Penso ser claro que se trata do marxismo-leninismo em África, designadamente em Angola e Moçambique, países que adoptaram oficialmente essa via revolucionária; e que considero interditas ambas as revoluções, no sentido em que a esquerda pensante - a crítica revolucionária, em particular a portuguesa - pouca ou nenhuma análise teórica tem produzido acerca da construção do socialismo - a consolidação da vitória, na expressão clássica - naqueles novos países; limitando-se às observações reverenciais do costume, e a um jorna-

lismo de visita por convite.

Lacuna serfíssima, de grave significado e consequências. Que o autor sozinho, naturalmente, não tem a ilusão de colmatar, mas que sente ser sua obrigação denunciar, expondo alguns aspectos de conteúdo polémico para eventual reflexão e debate.

Poderá alguém obter que sobre África, em particular Angola e Moçambique, não faltam notícias nos meios de comunicação social portugueses, em especial nos últimos tempos. Penso ser claro, que não é a esse nível superficial de informação/desinformação que se situam os apontamentos críticos aqui reunidos em volume, depois de publicados na VERSUS - revista teórica de inspiração trotsquista, tribuna da luta de classes.

*
* *

O autor permaneceu em Angola todo o ano de 1976 até Julho de 77; em Moçambique a seguir, até Setembro de 1979. Essa vivência influenciou, naturalmente, o seu pensamento e a subsequente decantação analítica; não só do acontecido enquanto permaneceu naqueles dois países, mas também em relação a toda a evolução posterior, sempre acompanhada atentamente através de fontes fidedignas diversas. Nessa ordem de ideias, penso que não será descabido preencher esta Introdução com um bosquejo auto-biográfico relativo aos anos passados em contacto directo com a revolução socialista, tal como estava a ser implementada pelo MPLA e pela Frelimo. Logicamente, relevando os episódios e as observações que permitam ao leitor um correcto enquadramento dos textos adiante inclusos.

*
* *

No dia seguinte ao golpe do 25 de Novembro (1975), tendo ouvido pela rádio que contra mim tinha sido emitido um mandato de captura, decidi sem a menor hesitação: a) que de cadeia já tinha mais que o suficiente, com os seis anos que penara nas prisões fascistas; b) que iria para Angola, cujo território estava na altura em grande parte ocupado pelo invasor sul-africano, onde poderia dar continuidade ao combate pelo triunfo da revolução.

Opções com antecedentes, está bem de ver. Pela independência de Angola, para impedir que tivessem êxito as manobras das forças reaccionárias e das suas marionetes, os militares moderados, tínhamos nós, na 5ª Divisão, lutado todo o ano de 1975 e até ao 11 Novembro. Pessoalmente, as minhas posições anticolonialistas de apoio ao MPLA datavam da época anterior ao 25 Abril; e após o derrube do fascismo, tive ocasião de pilotar dentro do MFA, a primeira delegação do movimento angolano que se deslocou a Portugal (acção que culminou com a destituição de Silvino Silvério Marques do governo de Angola).

Para nossa grande contrariedade, demorámos cerca de dois meses a chegar a Luanda. Eu próprio, Duran Clemente e Costa Martins. As peripécias do trajecto incluíram passagem da fronteira para Espanha disfarçados e com passaportes falsos, algumas semanas de espera em Cuba, finalmente Moscovo-Brazaville donde alcançámos Luanda em avião militar.

Agostinho Neto recebeu-nos, separadamente, dias depois. Disse-lhe da minha disponibilidade como vo-

luntário internacionalista, e desejoso de seguir para a frente de guerra. Ouviu e calou. (Era já famosa a capacidade do presidente do MPLA em manter-se silencioso durante diálogos ou debates). Passavam os dias. Estávamos instalados numa casa do protocolo na zona do palácio presidencial, visitávamos e éramos visitados por amigos e conhecidos. Sempre em ambiente de cordialidade e camaradagem: inclusivé fomos convidados para jantar com o presidente e família. Costa Martins frequentava o Ministério do Trabalho, cujo ministro, Ayres Miranda (Minerva), conhecera em reuniões internacionais. Em determinado momento - creio que após a reocupação de Lubango/Sá da Bandeira - instei junto de Henrique Santos (Onambwe), para a minha ida para a frente, mesmo apenas como simples observador ligado à recolha e organização do espólio documental abandonado pelo inimigo na sua retirada. Com esse responsável tinha tido contactos anteriores de certo significado: fora ele que em Maio 75 sugerira o meu nome a Costa Gomes para ocupar o lugar de alto-comissário; e em Havana, onde estava de visita na altura, foi quem desbloqueou o impasse da nossa saída para Angola. Desta vez, porém, os bons ofícios de Onambwe (se os houve) resultaram infrutíferos.

Entretanto iam chegando a Angola mais militares portugueses e outro pessoal, fugindo às perseguições do 25 Novembro. Entre os quais dois aviadores de excelente reputação profissional: Martins Jorge e João Miranda. Conseguiram, vencendo resistências, fazer um estágio de adaptação aos Mig e ser destacados para uma base de operações; só aí estiveram duas semanas inactivos; e na inactividade permaneceram depois.

Recebíamos sugestões para nos integrarmos

no aparelho de estado. Não era essa a ideia que tínhamos em mente, quando partimos de Portugal. Além disso já tinha dado para perceber que estava desencadeado o assalto aos cargos e privilégios, e que a respectiva intriga grassava como erva daninha. A pequena burguesia estava ao ataque, armada de uma imensa cupidez, e de fraseologia maximalista sobre "a verdadeira revolução". Era impossível evitar o paralelismo com a situação que tínhamos vivido em Portugal. Neste contexto de interesses em choque - luta de classes - a prudência aconselhava a mantermo-nos à margem. Foi o que fizemos, recusando qualquer lugar de chefia ou destaque. Duran Clemente foi ocupar um posto técnico num ministério da área produtiva. Eu próprio decidi formalizar uma última tentativa, entregando ao presidente do MPLA, em Abril de 1976, uma exposição circunstanciada. A qual teve como resultado ter recebido finalmente indicação para ir falar com Iko Carreira, ministro da Defesa.

O ministério ocupava as instalações do antigo Quartel-General português. Via-se desde logo, à primeira vista, que ali não funcionava qualquer órgão de direcção ou comando de tropas em operações. O ministro era asediado, no gabinete e nos corredores, por questões administrativas mínimas: distribuição de viaturas, frigoríficos, etc. O embrião da repartição de Informações era apenas constituído pelo respectivo responsável (capitão José Maria) e duas jovens que folheavam o Paris-Match. Na realidade, o Estado-Maior-Central funcionava no aquartelamento cubano, no Futungo de Belas (antigo quartel dos para-quedistas); a logística de guerra dependia da missão militar soviética instalada na antiga messe dos oficiais, em frente do ministério.

Da conversa com Iko Carreira nada resultou de imediato. Só em fins de Maio, através de uma nota assinada pelo chefe do gabinete (Pedro Van Dunnen-Loy), onde constava "indigitado a dar cursos", fui colocado no Gabinete das Academias Militares, sediado no antigo Clube Miramar. Era também uma estrutura muito rudimentar, dirigida pelo major José Matos, sem qualquer intervenção na área do ensino e instrução, limitando-se à movimentação de pessoal angolano adido às escolas. Na realidade, a formação dos quadros era feita através dos programas e métodos soviéticos; o corpo dos instrutores era quase exclusivamente cubano; só nas escolas especializadas, ou de grau elevado - na Academia de Oficiais Nicolau Spencer, no Huambo, por exemplo - era mais conspícua a presença do pessoal soviético.

Permaneci um ano no Gabinete das Academias. Não interessa permenorizar as várias diligências que realizei para que a minha colaboração se tornasse efectiva. O facto é que ao fim desse período - portanto, em Maio 1977 - estava em condições de escrever, em Relatório/Balanço dirigido ao ministro da Defesa, entre outras observações, que "foi praticamente nulo o proveito que a RPAngola e as FAPLA extraíram da minha presença junto do Gabinete Academias Militares. Lamento que tal se tenha verificado. Não estive ao meu alcance modificar esse estado de coisas". Terminava requerendo, ou a definição específica de uma nova missão, ou a dispensa expressa dos meus serviços. Na realidade, já havia algum tempo que tinha reconhecido a necessidade de pôr fim à situação de pseudo-colaboração. Para o efeito tinha estabelecido contactos com a Frelimo, e inclusivé deslocara-me a Moçambique em Março. Bastante antes, outros

militares portugueses expatriados tinham chegado a idêntica conclusão. Em Setembro 1976, regressavam a Portugal sujeitando-se a prisão e represálias, Duran Clemente, Martins Jorge, Craveiro Martins. Vários outros elementos iam saindo também, reconhecendo não haver condições para contribuírem com trabalho útil.

Na realidade, as dificuldades que os revolucionários portugueses encontravam em Angola não eram apenas devidas às naturais deficiências de funcionamento de um novo país independente. A luta política intestina dentro do MPLA (luta de classes; luta pelo poder) subia de intensidade de mês para mês. Confrontavam-se os dois (clássicos) campos antagónicos: por um lado, os moderados, sob a chefia de Lúcio Lara, em aliança com os maoistas (anti-comunistas, anti-soviéticos, anti-cubanos); por outro, os revolucionários, idealistas e arrebatados, tendo à frente Nito Alves e José VanDunnen. O presidente Agostinho Neto representava o papel de conciliador; mas ia aprovando os saneamentos e as provocações movidas pela facção moderada. Do arsenal de intrigas e calúnias, uma em especial pretendia atingir-nos: o Partido Comunista Português tinha enviado para Angola elementos afectos com a missão de "controlarem" o MPLA; mais tarde, a esta missão era acrescentada a intenção de "assalto ao poder". Foi custoso admitir o paralelismo com a situação que tínhamos vivido em Portugal; embora, desde a nossa chegada, não faltassem indícios. Lúcio Lara evitava falar-nos, chegando mesmo a virar-me as costas; os meninos maoistas, - alguns ministros -, reproduziam o comportamento dos seus colegas e amigos do MRPP português.

Assim chega o "27 de Maio". Despoletado

pela expulsão de Nito Alves e José VanDunnen do Comité Central, anunciada a 21, em comício de grande espectáculo. Considero importante deixar esclarecido que nunca tinha tido quaisquer contactos políticos - e muito menos conspirativos - com os chamados fraccionistas. Cumprimente Nito Alves meia dúzia de vezes (se tanto) em lugares públicos. O facto é que eles próprios evitavam aproximar-se, conhecendo muito melhor que nós a vigilância e a calúnia a que estávamos sendo sujeitos. Isso acontecia mesmo com Sita Valles, amiga de meus filhos, que somente nos visitou numa única ocasião.

É conhecida a sequência dos acontecimentos. O golpe abortou em Luanda devido à intervenção das tropas cubanas accionadas a partir de Havana por Fidel Castro, após ter recebido apelo telefónico de Agostinho Neto. A descoberta dos corpos de 7 dirigentes do MPLA, deu pretexto ao desencadeamento de uma terrível onda de vingança e caça ao homem, instigada pelo próprio presidente-poeta, e pelo Jornal de Angola (cujo director era outro poeta, Costa Andrade), o que levou à eliminação expedita de milhares de fraccionistas, ou como tal apelidados. (O número, até hoje ainda não contraditado, é o de 20.000 vitimas, em todo o território). Organizações como a Juventude do MPLA, o Comissariado Político das FAPLA, a OMA (Organização da Mulher Angolana), Comissões de Bairro e de Trabalhadores, etc, foram indiscriminadamente dizimadas. Do Batalhão Feminino das Fapla não restou vivo um único elemento. Se outra prova não houvera, as atrocidades e os excessos cometidos pelos vencedores atestam a natureza contra-revolucionária da sua causa, e a perversidade dos autores e responsáveis.

As alusões ao envolvimento de estrangeiros

no golpe (concretamente, portugueses) surgiram desde as primeiras horas. Mas é no jornal lisboeta "A Capital" (director Sousa Tavares) do dia 31 de Maio, que o meu nome é individualizado em caixa alta na 1ª página. A BBC, em noticia de Luanda, confirma a minha prisão.

Tenho todas as razões para acreditar que fui salvo pela chegada da delegação moçambicana nesse mesmo dia 31. Vinha chefiada por Sérgio Vieira, o responsável de Frelimo que eu contactara em Abril com vista à minha fixação em Moçambique. Perguntou por mim, pois tinha a transmitir-me a decisão favorável. Na presença de dirigentes do MPLA ficou assente a minha saída.

Dois ou três dias depois era preso Costa Martins. Pedi um encontro com Iko Carreira. O edificio do Ministério da Defesa estava servindo como local de detenção e interrogatório para os fraccionistas mais destacados. Dirigiam a investigação, Lúcio Lara, Costa Andrade, Onambwe, Carlos Jorge e Ludy (da Disa). Instalaram-se no edificio dia e noite. Numa das dependências, Sita Valles viria a ser assassinada a pontapé. Iko Carreira recebeu-me com um aspecto muito abatido. Extravasei a minha indignação pelo que se estava a passar; exigi a libertação de Costa Martins; acusei-os de estarem sendo manipulados pelo imperialismo, e que a morte dos 7 dirigentes mais parecia obra da CIA, lembrando a farsa das sevicias no 25 Novembro em Portugal. Encaixou tudo, sem tugar nem mugir. Não consegui nada, mas fiquei mais aliviado.

Abandonei Angola com destino a Moçambique, na madrugada de 9 Julho. Na véspera tinha deixado uma carta no palácio do governo dirigida ao presidente do MPLA. Dizia, em substância: "O clima de suspeição

criado à volta dos exilados políticos portugueses... não só põe em causa a lealdade da minha conduta (e de outros) em relação à RPA; como constitui uma ofensa à honra dos revolucionários anti-fascistas portugueses, alguns dos quais deram o melhor do seu esforço e suportaram duros sacrifícios pela causa anti-colonialista". Citava como prova, os editoriais do Jornal de Angola de 7 e 12 de Junho. Mas igualmente explícito e ofensivo seria Agostinho Neto no comício realizado no dia 13. Declarou então do alto da tribuna: "Num momento mais oportuno, nós anunciaremos os nomes de portugueses que estão presos neste momento, porque também estavam a colaborar para o golpe de estado aqui em Angola... Alguns deles fugiram de Portugal e vieram aqui pedir-nos asilo político, dizendo que eram progressistas. Nós concedemos o asilo político. Concedemos até a possibilidade de trabalhar. Demos-lhes emprego com vencimento...". A propósito se diga que o meu famoso vencimento era de 15 mil kwanzas mensais, (o que mal dava para comer) sem qualquer subsídio extra. Afinal as lastimosas calúnias do presidente Neto não apareceram confirmadas na Informação oficial do Buró Político sobre o "27 de Maio" publicada a 12 de Julho de 1977. Nesse documento somente está mencionado o "major português Costa Martins, que beneficiava de asilo político na RPA".

No meio da tempestade de ódios e paixões então vividos devo recordar a impávida amizade do ministro Paulo Jorge. Um raro exemplo de coragem e carácter.

*

* *

Em Moçambique, durante mais de um ano, foi possível desenvolver trabalho em ritmo continuado,

no âmbito de um gabinete (Centro de Estudos) de análise de política regional e internacional. As condições gerais de organização do país - não só económicas - revelavam-se notavelmente superiores às de Angola. Havia razões para ter esperença no futuro da RPM. A luta política era muito menos intensa; praticamente processava-se a nível palaciano, procurando influências junto do presidente Samora Machel. A fauna esquerdista-maoista de filiação portuguesa tinha (também) uma presença muito conspícua. Em especial dos sectores da informação e da agricultura. Intrigavam e caluniavam, naturalmente; pois é essa, digamos, a sua função histórica. Mas ilustremos, com um pequeno episódio, o tipo da sua peculiar actuação. O Clube dos Jornalistas, em Maputo, ocupava as antigas instalações do Clube Inglês, e dispunha de dois campos de ténis relvados, em bastante mau estado de conservação. Apesar disso, trocava ali umas bolas com um amigo, nalguns fins de tarde. O gerente do Clube, era Mia Couto um português/moçambicano oriundo do MRPP. (Agora deu em poeta também, ao que parece). Desencantou um tractor, mandou esburacar os campos e arrancar os postes. Tinha assim ficado neutralizado um foco de infiltração de tendências burguesas... conforme versão espalhada pelos correligionários nos meios palacianos do poder.

Nos princípios de 1979, em nome de uma re-estruturação de serviços, foram desmembrados os organismos de documentação e análise, entre eles aquele que eu orientava. Na realidade, eram objecto de disputa nos centros de poder; até mesmo porque o seu excelente funcionamento causava preocupações políticas a determinadas correntes dentro da Frelimo (caso de Aquino de Bragança, Oscar Monteiro e outros). Entretanto dá-se

a aprovação, pelo parlamento português da Lei da Amnistia. E embora Ramalho Eanes não se mostrasse disposto a promulgá-la, decidi que era altura de regressar. O que concretizei na primeira quinzena de Setembro (1979). Sendo o último dos exilados a fazê-lo, e o único que não foi preso à chegada.

*
* *

Consoante se depreende do apontamento autobiográfico acima esboçado, relativo aos cerca de quatro anos da minha permanência em África, encontrei-me por força das circunstâncias (malgré moi) a desempenhar o papel de reagente de contraste político. Isto é, face à minha pessoa, reagiram com ódio incontido os moderados e os ultra-esquerdistas (a pequena burguesia, em sentido lato); com simpatia reagiram os revolucionários (não necessariamente comunistas). Uma exacta repetição do sucedido em Portugal.

Posição pouco cómoda - até em termos de segurança pessoal - sem dúvida singular, mas que me permitiu uma observação muito nítida da luta de classes no contexto de revoluções de opção marxista, em países do chamado 3º mundo, onde se procurava definir uma via possível para o socialismo.

Obviamente, o meu pensamento ficou influenciado por essas experiências africanas. E o leitor decerto disso dará conta ao longo das páginas aqui reunidas em volume.

MARX E LENINE EM AFRICA - I

Fossem eles vivos - os dois tutelares filósofos da acção transformadora - e não nos faltariam com os seus comentários sobre a revolução em África. Sobretudo - para nosso especial interesse e proveito - com as lições que já teriam extraído daquilo que vem sucedendo na região sul do continente africano, após a conquista da independência pelos povos de Angola e Moçambique.

Lembremos que um e outro (e todos os pensadores revolucionários, em geral), viveram observando avidamente o que se passava em seu redor, as modificações que se iam verificando na sociedade do seu tempo, os movimentos de massas, as revoltas populares nos mais distantes pontos do globo.

Sabemos que grande parte dos seus textos teóricos mais famosos, bem como algumas das mais célebres páginas de doutrina, foram inspirados por fenómenos

sociais, políticos e revolucionários que tiveram lugar durante a sua vida.

Marx e Lenine (e todos os outros pensadores e dirigentes revolucionários dignos desse nome) pretendiam actuar sobre a realidade, transformando-a; influenciar os acontecimentos em curso, não só através da elaboração teórica, como também - em tempo útil - aconselhando, sugerindo correcções de rumo, advertindo perigos, encorajando, etc..

Não se sentiam constrangidos no exercício da intervenção crítica. Pelo contrário. O movimento comunista assumira-se internacionalista desde a sua constituição. A causa da classe trabalhadora era universal; como tal as relações entre partidos revolucionários e respectivos militantes não se submetiam aos melindres das regras diplomáticas. Os sucessos da Grande Revolução Soviética, os malogros na Alemanha, na China, na Hungria, em Espanha eram objecto de acompanhamento apaixonado, de numerosos estudos e comentários, caracterizados pelo maior desassombro e absoluta liberdade de expressão. As circunstâncias actuais são totalmente diferentes, dir-se-á. Sem dúvida, sem dúvida; isso vê-se bem. Modernamente (desde os anos 50?) a crítica de esquerda não se manifesta em termos de intervenção; adoptou o estilo diplomático em relação aos fenómenos revolucionários (e contra-revolucionários) que ocorrem em nações estrangeiras. Uma espécie de convénio de não-ingêrência nos "assuntos internos" dos outros partidos e formações marxistas-leninistas. Em certos casos é-se mesmo levado a pensar que essa posição resulta de um interdito. Como nos casos de Angola e Moçambique. Posto que não se encontra melhor explicação para o silêncio crítico que

rodeia essas duas importantes revoluções, tão perto de nós sob vários aspectos. Num longo período de dez anos, em que se acumularam problemas e experiências inéditas, não surgiram os textos e comentários que pudessem ajudar a construção do socialismo nos dois países africanos que optaram pela ideologia marxista-leninista.

A observação dirige-se, em especial, aos intelectuais e políticos portugueses que se situam nos quadrantes de esquerda, considerando a fraternidade proclamada, os inúmeros laços estabelecidos e a facilidade de intercâmbio de ideias. Embora, por outro lado, haja que reconhecer que os diversos círculos internacionais de inspiração marxista-leninista também não se mostram muito prolixos acerca das novas revoluções, particularmente às que têm tido lugar no continente africano.

Afigura-se assim que o interdito que tem obstado ao conhecimento e debate da realidade revolucionária em Angola e Moçambique, corresponde, de facto, à concepção "internacionalista" adoptada pela União Soviética e países do bloco socialista, desde a Guerra Fria.

Trata-se, com efeito, de uma concepção dominada pela ideia do Estado. As relações entre partidos e organizações comunistas (e no seio da comunidade socialista, com mais razão) processam-se efectivamente dentro do convencionalismo diplomático. De Estado a Estado; de aparelho a aparelho. Dentro de semelhante contexto, a crítica pública dos actos alheios está, como é sabido, interdita. "Tudo se passa no segredo das chancelarias", diria o cronista burguês.

A concepção estatizada do internacionalismo (nascido proletário) tem acarretado funestas consequências e repercussões (para não falar no tremendo desvio doutri-

nário que representa).

Os próprios fenómenos revolucionários e contra-revolucionários que ocorrem pelo mundo - base de toda a reflexão para Marx e Lenine, seus companheiros e epígonos - passam a ser encarados como se constituíssem "assunto interno" dos respectivos países. A regra da não-ingerência diplomática funciona: torna-se "aconselhável" não comentar o que ocorre em casa alheia.

A mentalidade dos homens de esquerda - intelectuais incluídos - foi a pouco e pouco assimilando todos os interditos e tabus, apresentados como favoráveis às boas relações entre estados e organizações; em última análise, apresentados como necessários ao equilíbrio entre as duas super-potências. A abstenção crítica tornou-se apanágio não apenas do bom militante, mas igualmente do bom internacionalista da moderna vaga.

Uma tal orientação mereceria a Marx e Lenine (e obviamente a Trotsky) a mais severa condenação. Eles teriam previsto as suas funestas consequências; nós estamos observando-as (quando não sofrendo-lhe os efeitos). Salientemos apenas os casos de Angola e Moçambique com os quais nos propomos ocupar um pouco mais extensamente. Seremos forçados a reconhecer, desde logo, que não são visíveis quaisquer efeitos positivos da abstenção crítica escrupulosamente seguida pela esquerda portuguesa e internacionalista. Pelo contrário: as revoluções angolana e moçambicana não foram poupadas a uma dolorosa via sacra de erros de apreciação e decisão, ilusões triunfalistas, projectos fantasiosos, ingenuidades e ignorâncias que bem poderiam ter sido minimizadas (ou mesmo evitadas). Seria a situação, hoje em dia, melhor, em Angola e Moçambique, se os interditos não tivessem sido res-

peitados? Se - noutros termos, e mais modernos - tivesse havido uma livre circulação de ideias e informação?

Pessoalmente não tenho dúvidas em decidir-me pela afirmativa. E tenho boas razões para crer que essa mesma opinião é compartilhada pela grande maioria dos progressistas (portugueses e doutras nacionalidades) que têm trabalhado naqueles dois países, animados do desejo sincero de contribuírem para a edificação de uma sociedade socialista.

São múltiplas experiências que permanecem dispersas, e sobre as quais não foi feito - que saibamos - nenhum trabalho sistemático de aproveitamento e divulgação: publicações, entrevistas, seminários, debates, etc.. O conhecimento desse material representaria elemento fundamental para a compreensão do fenómeno revolucionário em África. Refiro-me, concretamente, ao testemunho de cooperantes que desempenharam funções em fábricas e instalações industriais; em projectos agrícolas; que foram consultores económicos, técnicos, inclusivé militares; estiveram integrados em estruturas governativas; colaboraram nos sectores da educação, medicina, comunicação social, animação cultural, etc., etc..

Existem - ao que parece - relatórios de militantes de partidos de esquerda, e - supõe-se - de entidades oficiais; mas que jazem sepultados no silêncio dos arquivos. O seu valor de uso é semelhante ao das pérolas fechadas na sua concha que estão submersas nas profundezas dos oceanos.

Entretanto, os milhares de pessoas que, desde 1975, passaram pelas antigas colónias, comentam em conversas informais as suas vivências nos novos países de opção socialista. Comentários expressos com retrac-

ção: quanto mais militante de esquerda, mais retraído (funcionando, obviamente, o efeito da interdição). Acompanhados sempre, por um certo sentimento de frustração, por as circunstâncias não lhes terem permitido dar uma ajuda mais válida.

Apesar de reticentes e não documentadas, são estas observações avulsas que constituem a base de dados mais esclarecedora sobre o processo revolucionário que continua em curso em Angola e Moçambique. Afora, claro, a documentação oficial e oficiosa, uma ou outra crónica jornalística de maior perspicácia e independência; e a própria experiência pessoal. Base frágil, sem dúvida, para erguer análises muito ambiciosas. Limitar-nos-emos, portanto, a desbravar os caminhos que conduzem ao interior das revoluções sujeitas a interdito crítico.

Pecará por tardia, uma iniciativa deste tipo. As revoluções angolana e moçambicana defrontam grandes perigos. A hipótese de um desastre adensa-se sobre ambas. Que toda a crítica que foi interdita, toda a experiência emudecida, toda a sabedoria armazenada, não venham apenas a servir de flores votivas no funeral de um (ou mais) desencanto revolucionário.

Uma questão prévia diz respeito à vitória do socialismo em Angola e Moçambique - seu desenvolvimento e consolidação - no quadro da revolução mundial. Certos aspectos são universalmente reconhecidos, outros menos salientados, ainda outros ignorados.

Em Portugal é hábito salientar-se que a independência das antigas colónias constitui a consequência mais importante do "25 de Abril", a única conquista democrática verdadeiramente irreversível, etc..

A aceitação desta tese não é incondicional,

por parte dos dirigentes nacionalistas africanos. Depende de uma cuidada formulação. O vocábulo descolonização, por exemplo, usado como um dos florões de glória do MFA, é anátema. Compreende-se, aliás, a carga de paternalismo que contém, e como facilmente se pode tornar sinónimo de "outorga de independência". A perspectiva revolucionária africana é diametralmente oposta: a independência foi conquistada pela luta armada dos respectivos povos; foi a causa, não o efeito, da revolução portuguesa de 1974. Tese que dez anos de distanciação crítica vêm confirmando, em detrimento da dos descolonizadores portugueses, militares ou civis, ingénuos ou malandros, do período de 1974-75.

Numa análise mais rigorosa, haveria nuances a distinguir entre a maneira como se processou a independência de Angola e a de Moçambique. (E, evidentemente, a da Guiné que, não só foi a causa mais directa do 25 de Abril, como um dos principais aceleradores da revolução portuguesa, na fase imediata). Enquanto a FRELIMO obteve uma vitória rápida e espectacular, quer no terreno quer na mesa das negociações, o MPLA defrontou tremendas dificuldades para chegar triunfante a 11 de Novembro de 1975. Enquanto a FRELIMO não precisou de grande ajuda para alcançar o sucesso, o MPLA teria muito provavelmente soçobrado se não fosse o auxílio internacionalista soviético-cubano; e eis um dos aspectos nem sempre salientados - a resistência das forças progressistas portuguesas (esquerda do MFA incluída) aos avanços galopantes da contra-revolução interna durante o Verão de 75. Afirmção que a sorte de Timor clamorosamente confirma; a 7 de Dezembro de 1975, portanto escassos quinze dias após o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro,

é dada ordem às forças militares portuguesas para abandonarem o território timorense, deixando assim o caminho livre para a invasão indonésia, que naquele dia começou.

Voltando ao êxito negocial moçambicano, interessa acrescentar que o mesmo se ficou devendo, em grande parte, à acção de Aquino de Bragança, enviado a Lisboa pela FRELIMO logo em Maio de 74. Com talento e persistência conseguiu convencer o MFA e políticos diversos, de que a África do Sul não se oporia à tomada do poder pela FRELIMO. Eu próprio me deixei contagiar pelas certezas de Aquino de Bragança, apesar de inicialmente bastante céptico quanto à passividade dos racistas boers. Ora o fulgurante êxito político moçambicano trouxe consigo um quase inevitável triunfalismo. Efeito secundário que se tornou nocivo posteriormente, levando a direcção da FRELIMO a subestimar a capacidade contra-revolucionária da África do Sul, e da burguesia portuguesa colonialista.

Quanto aos pontos de vista manifestados no plano internacional, relativamente à proclamação de regimes socialistas em Angola e Moçambique, também aí se verificou que as maiores divergências residiam na formulação. Assim: é, em geral, admitido que uma situação inteiramente nova ficou existindo na África Austral, com possíveis repercussões sobre a evolução política do restante continente; que a correlação de forças ficou alterada na região, a favor do socialismo (da URSS, em termos do confronto entre as duas super-potências). Que as duas revoluções foram o acontecimento mais importante (mais premente de consequências) sucedido em África, desde a independência argelina.

Precisamente por aqui, podemos chegar ao



aspecto que desejamos destacar antes de começar a desbravar os caminhos críticos. Ou seja, que em Angola e Moçambique se joga - está posta à prova - a viabilidade do modelo socialista, na organização e desenvolvimento de uma sociedade recém-libertada do colonialismo.

Esta questão é (para nós) fundamental. Na medida em que é fundamental para o avanço da revolução socialista no mundo. Na fase histórica que vivemos, o destino das revoluções de Angola e Moçambique é uma questão que, justamente, prende a atenção dos homens e mulheres de todo o mundo que se situam em quadrantes ideológicos de esquerda.

Trata-se, mais concretamente, de saber por que razão (ou razões), toda a experiência e ensinamentos acumulados desde Marx e Lenine, todo o apoio e assistência que pode prestar o bloco das nações socialistas, não têm conseguido evitar que um mesmo percurso de erros e perigos pareça ser o destino fatal que aguarda qualquer nova revolução.

Questão magna, questão actual entre todas, de que depende a confiança das massas no modelo socialista e na ideologia marxista-leninista; que não deve ser iludida com subterfúgios táticos, que desviem a concepção e doutrina do internacionalismo proletário para uma prática de internacionalismo de estado.

Com estas questões em mente, principiaremos - em próximo artigo - a desbravar alguns aspectos da revolução em Angola e Moçambique, sujeitos até hoje a interdito crítico.

- in VERSUS nº 13 - Fevereiro 1985

MARX E LENINE EM AFRICA - II

"Está completamente fora de discussão que o proletariado dos países avançados pode e deve ajudar as massas trabalhadoras atrasadas; e que os países atrasados podem sair da actual fase de (sub)desenvolvimento, quando o proletariado vitorioso das Repúblicas Soviéticas estenda a mão a essas massas, e esteja em condições de lhes prestar apoio. (...) A Internacional Comunista deve estabelecer - e justificar no plano teórico - o seguinte princípio: com a ajuda do proletariado dos países avançados, o regime soviético fica ao alcance dos países atrasados; e, através de fases escalonadas de desenvolvimento, chegar ao comunismo, evitando a fase capitalista".

Lenine - "Relatório da Comissão Nacional e Colonial", apresentado ao II Congresso da Internacional Comunista, em Julho de 1920.

As citações transcritas servem para sublinhar, reforçar e conferir autoridade às grandes questões com que terminámos o artigo precedente desta série.

Conforme acima se verifica, Lenine, no afastado ano de 1920, considerava possível "acelerar" o processo tradicional de evolução económico/político/social dos países atrasados (colonizados), desde que pudessem dispôr da ajuda do proletariado dos países avançados (industrializados); chegando a prever uma solução de continuidade relativamente à fase capitalista. É claro que já lá vão 65 anos (meio século, no início da década de 70) e o programa revolucionário mundial é muito diferente daquele que Lenine e os bolcheviques contemplavam então, cheios de certezas no colapso inevitável e próximo do capitalismo imperialista.

Infelizmente o capitalismo ainda por cá anda, aparentando razoável saúde. Por outro lado, o socialismo cresceu e robusteceu-se para além dos sonhos dos obreiros da Revolução de Outubro, possuindo hoje em dia um potencial económico e uma capacidade de resposta, dificilmente imaginável quando a pátria dos soviets era atacada e invadida pelas forças coligadas da reacção internacional.

Nos nossos dias, justificar no plano teórico o princípio enunciado por Lenine em 1920, passa - quanto a mim - pela dilucidação das duas questões fundamentais apontadas no final do artigo anterior. A saber: 1ª - Viabilidade do modelo socialista (soviético) na organização e desenvolvimento de uma sociedade (país) recém-libertada do colonialismo; 2ª - Razões por que - apesar de todo o apoio e assistência facultado pelo bloco das nações socialistas - não tem sido possível evitar que um mesmo

percurso de erros e perigos, pareça ser o destino fatal que aguarda qualquer nova revolução. Lenine aborda em diversas passagens a problemática do "segundo dia" da revolução; ou seja, a consolidação da vitória após a tomada do poder. E, para que essa consolidação se verifique, distingue duas ordens de factores. A saber: 1ª - Factores internos, constituídos pelos conjuntos de medidas que visem eliminar, no interior do país, as condições económicas, sociais e políticas que criam o perigo de uma restauração burguesa; 2ª - Factores externos, constituídos pela solidariedade proletária internacional.

Repare-se que a distinção entre factores internos e externos (e a sua mútua dependência) parece responder, ponto a ponto, às duas questões atrás colocadas. Efectivamente, são conclusões de quatro anos de experiência revolucionária na Rússia dos soviets; as quais, com certeza, nos irão ajudar a desbravar os caminhos interditos das revoluções angolana e moçambicana.

Um aspecto concreto que justamente preocupava - e deve continuar a preocupar - os teóricos e dirigentes revolucionários, é o da composição social dos partidos de vanguarda (ou movimentos de libertação). Escolhendo este ângulo de abordagem, socorremo-nos, mais uma vez, de Lenine, autoridade teórica protectora, pois que, se avançássemos, sem qualquer resguardo, com a afirmação que o MPLA e a FRELIMO (e também o PAIGC, e os movimentos nacionais em Cabo Verde e S. Tomé) são organizações de predominância pequeno-burguesa onde a ideologia proletária pouco se manifesta, seríamos seguramente apodados de ímpios transgressores de interditos críticos.

Escreve Lenine, no já citado relatório: "Não

há a mínima dúvida que qualquer movimento nacional terá que ser democrático-burguês; visto que a grande massa da população dos países atrasados é constituída por camponeses, que reproduzem as relações burguesas e capitalistas".

O VI Congresso da Internacional Comunista, reunido em 1928, voltou a debater largamente o papel da burguesia nos movimentos nacionais. Sem, na verdade, conseguir resolver a (insanável) contradição teórica da participação da burguesia na luta contra o imperialismo capitalista. O fantasma da grande derrota da revolução chinesa de 1925-27, deixava os congressistas completamente desorientados; e Lenine já tinha desaparecido do número dos vivos há quatro anos.

Os movimentos nacionais-revolucionários (consoante ficaram a ser designados após o II Congresso, por proposta do próprio Lenine) transportam, de facto, agudas contradições no seu seio; devido, exactamente, à participação (inevitável) de numerosos elementos pequeno-burgueses na sua composição. Por esse vulnerável flanco, entra (pode entrar) a ideologia burguesa-capitalista; infiltra-se o imperialismo através dos respectivos agentes; instala-se o oportunismo contra-revolucionário de todas as espécies. Sempre assim aconteceu, desde o remotos anos de 1850, quando Marx escrevia para o New York Daily Tribune sobre as revoltas anti-coloniais na China e na Índia.

O MPLA e a FRELIMO (e, de uma maneira geral, todos os movimentos nacionais de revolta) não podiam ter escapado à lei das contradições internas; agudizadas, está bem de ver, pelas manobras constantes de imperialismo. Desde a fundação, através dos anos de clan-

destinidade e luta armada, os dois movimentos revolucionários foram ultrapassando diversas crises, algumas muito profundas: a de 66-69, na FRELIMO, quando a luta ideológica se ocultou atrás do clássico antagonismo entre militares e políticos, e a intervenção colonialista (PIDE) culminou com o assassinato de Eduardo Mondlane, em Fevereiro de 1969; a crise de 71, no MPLA, chamada do reajustamento, que não conseguiu extirpar completamente as infiltrações contra-revolucionárias, continuando o movimento angolano a ser vítima de complots imperialistas/pidescos, tipo UPA/FNLA, UNITA, Revoltas Activa e do Leste, etc..

São acontecimentos, fases de perigo, crises de crescimento, que fazem parte da história dos dois movimentos de libertação, na qual não nos deteremos. Pois o objectivo do presente escrito diz expressamente respeito aos problemas do "segundo dia de revolução"; repetindo: as tarefas ligadas à consolidação da vitória (do poder) da classe trabalhadora, em Angola e Moçambique.

Todavia, não se deve esquecer que o processo revolucionário que precedeu a conquista da independência nacional, determinou, (forjou) o MPLA e a FRELIMO, tal como esses dois movimentos surgiram em 1975 ocupando o poder estatal, em Angola e Moçambique. Todo o passado - em obediência à lei inelutável da história - condiciona, e vai continuar a ter influência sobre o percurso posterior à vitória; não esquecendo a influência no foro subjectivo dos protagonistas da luta política.

Admitamos - à falta de melhor hipótese - que a composição dos órgãos dirigentes do MPLA e da FRELIMO, na altura da independência, refletia a composição das bases combatentes de ambos os movimentos. O

Comité Central, como estrutura integrando maior número de membros, seria a mais representativa; embora se saiba, que a escolha desses representantes foi, em última análise, decidida pelo núcleo dos mais próximos colaboradores de cada um dos presidentes do MPLA e da FRELIMO. Começa assim a desenhar-se a importância decisiva que virá a assumir o grupo restrito dirigente; o qual corresponde, grosso modo, ao Comité Político e suas emanações ao nível do aparelho de estado.

O CC do MPLA eleito durante a Conferência Interregional de Militantes, realizada de 12 a 20 de Setembro de 1974, contava apenas com 35 membros; cuja designação procurava abranger representações regionais/étnicas, combatentes guerrilheiros e clandestinos (ex-presos), políticos e militares. O Bureau Político, sob a presidência de Agostinho Neto, incluía o nomes de Lopo Nascimento, Lúcio Lara, Carlos Rocha (Dilolwa), José Eduardo do Santos, Joaquim Kapango, João Lopes Rodrigues (Ludy), Pedro Maria Tonha (Pedalé), João Caetano (Monstro Imortal) e Henrique Teles Carreira (Iko). O CC da FRELIMO, tal como ficou constituído após o III Congresso realizado em Agosto de 1977, integrava 67 membros, também em representação eclética (incluindo 6 mulheres). O Comité Político Permanente ficou constituído (por ordem de precedência): Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Alberto Chipande, Armando Guebuza, Jorge Rebelo, Mariano Matsinha, Sebastião Mabote, Jacinto Veloso e Mário Machungo.

Sem pretensões de rigor estatístico - para o que não temos ao dispôr dados suficientes - pode afirmar-se que cerca de metade dos membros do CC são de origem rural/camponesa (ligeiramente acima dos 50%

na FRELIMO; ligeiramente abaixo no MPLA). De origem operária, haverá um ou outro elemento, mas sem qualquer expressão estatística, ou sócio-política. Resulta portanto que os outros 50% (aprox.) pertencem a estratos da pequena-burguesia. A camada mais ou menos letrada; a qual, na totalidade da população angolana ou moçambicana, não chegaria a atingir os 3%.

Mas o desequilíbrio torna-se extremo no que se refere ao núcleo dos principais dirigentes. Os Comitês Políticos, quer do MPLA quer da FRELIMO, são integrados, quase que apenas, por elementos com formação escolar adiantada, nalguns casos com licenciaturas completas. As excepções encontram-se entre os comandantes da guerrilha, com maior permanência no mato. Acresce que o preenchimento de lugares no aparelho de estado, logo após a independência, foi feito recorrendo aos mais letrados: muitos deles sem qualquer passado revolucionário.

Este fenómeno poderia ser assimilado - sem ulterior análise - à clássica invasão dos oportunistas (de direita e de esquerda) mal a revolução se apresenta triunfante. Sobre o assunto escreveu Lenine dezenas de páginas, não é necessário acrescentar qualquer teorização.

Porém, o aspecto singular que merece destaque nos casos de Angola e Moçambique, é que essa "invasão" encontrou as portas franqueadas. Ou seja, abandonando a metáfora, foi por iniciativa das direcções de ambos os movimentos vencedores - MPLA e FRELIMO -, que a pequena-burguesia nacional, letrada e urbana, teve acesso (se apoderou) da quase totalidade do aparelho burocrático do estado, incluindo postos ministeriais, direcções-gerais, etc. Naturalmente que essa decisão foi tomada na perspectiva de manter os funcionários técnicos de

formação burguesa debaixo da mais rigorosa vigilância e controlo político. Disso não pode haver dúvidas; e a medida adoptada pelo MPLA e pela FRELIMO de utilizar quadros portadores da ideologia burguesa (mesmo colonial) encontra algum apoio, teórico e prático, em Lenine e em textos leninistas.

No entanto, no caso concreto das duas revoluções que estamos desbravando, a lógica dialéctica impõe algumas dúvidas suplementares.

Por exemplo: considerando que cerca de 50% dos membros do CC eram de origem e/ou educação pequena-burguesa,... como é que tão poucos vão vigiar tantos (tecnicamente) e controlá-los ideologicamente e politicamente? Não irá o feitiço virar-se contra o feiticeiro?

A justificação pragmática - que não marxista-leninista - da perigosa opção do MPLA e da FRELIMO, baseia-se no postulado da "carência de quadros". Princípio considerado de objectividade indiscutível; e que, na realidade, nunca foi posto em discussão, nem confrontado com alternativas.

De facto, desde antes da proclamação da independência, a partir de 1974, abriu a caça aos quadros técnicos. Dentro e fora dos dois países. Com maior urgência por parte do MPLA, procurando chegar primeiro que a FNLA e a UNITA. Aliciamentos foram efectuados, quase indiscriminadamente, com miragens carreiristas, que incendiaram as ambições não apenas daqueles a quem os convites iniciais foram dirigidos, mas despoletando a grande invasão dos oportunistas de esquerda e de direita. Respiguemos um ou outro facto significativo em apoio das afirmações precedentes.

Depois de 25 de Abril de 1974, a quase totali-

dade dos estudantes e membros da Casa de Angola, em Lisboa, aderiram ao MPLA, na sequência de contactos com responsáveis desse movimento (incluindo o próprio Agostinho Neto, por ocasião dos Acordos de Alvor). Nenhum deles se tinha distinguido - nem talvez militado - na luta anti-colonialista; como estudantes "portugueses" as respectivas simpatias políticas dirigiam-se, na generalidade, para os grupos de inspiração maoísta tipo MRPP. Logo no 1º Governo (1975) e no 2º (Novembro de 76) apareceram nomeados ministros dois deles (que eu posso identificar): João Filipe Martins, para a Informação; José Carlos Victor de Carvalho, para as Pescas. Ambos sem qualquer qualificação específica (técnica) para o cargo; ambos anticomunistas viscerais, de mal refreado ódio anti-soviético, anti-PCP, anti-cubano. A sua acção à frente dos respectivos ministérios foi paradigmática: desacreditar sistematicamente os países socialistas, em particular a cooperação no departamento; idem, em relação a elementos comunistas ou simpatizantes; rodearam-se de colaboradores de idêntica côr ideológica, alguns recrutados em Lisboa nas hostes radiciais-esquerdistas. Actualmente, João Filipe Martins é o reitor da Universidade de Luanda; "Zézinho" Carvalho creio que desertou para um país "ocidental". Vejamos na FRELIMO o mesmo fenómeno, embora numa feição diferente. Logo no governo de transição (Set. 1974) e no 1º Governo (1975), dois cidadãos portugueses de pleno direito, o coronel da Força Aérea Batista Picolo, e o arquitecto Forjaz, apareceram nomeados ministros das Comunicações e da Habitação respectivamente. Neste caso, tecnocratas com qualificações específicas para os cargos; mas os lídimos representantes da classe alta dos colonialistas, cujas preocupações

iam mais para a pesca desportiva e as viagens à África do Sul, que para a libertação dos povos oprimidos. Do coronel engenheiro Picolo nunca ninguém ouvira falar em termos revolucionários, mesmo depois do "25 de Abril". Continuou a receber o soldo de coronel português, simultaneamente com o de ministro moçambicano, até o governo de Lisboa lhe retirar a cidadania portuguesa (em 1979, ao que julgo). Creio que já saiu de Moçambique (qualquer dia vem a saber-se que foi reintegrado na Força Aérea!). O elegante arquitecto Forjaz ainda deve manter-se no executivo da RPM, e continuar a ir passar os fins-de-semana à sua luxuosa casa na Swazilândia.

Note-se que os exemplos nominais apresentados, foram apenas quatro entre dezenas; (nem serão os casos mais clamorosos) e destinaram-se, fundamentalmente, a delimitar a amplitude da tese das "portas franqueadas". Ou seja, repetindo, que a invasão pela pequena-burguesia oportunista das estruturas do Estado em Angola e Moçambique, não foi devida a um assalto planeado ao poder, ou a qualquer capciosa manobra contra-revolucionária, mas sim o resultado de uma opção voluntária das direcções do MPLA e da FRELIMO.

Ora sucede que os portugueses adquiriram no decurso dos anos de 1974-75 uma razoável dose de experiência quanto aos efeitos negativos (contra-revolucionários) de franquearem as portas à entrada da pequena-burguesia, na direcção de um processo de transformação social/económica/política. Claro, que as revoluções angolana e moçambicana são de grau incomparavelmente superior ao da tímida tentativa revolucionária portuguesa de 1974-75; a qual, com efeito, desde o golpe militar do dia 25 de Abril, foi dominada pela pequena-burguesia

fardada e de toga (oficialato e bacharelato).

Mas, por isso mesmo, os revolucionários portugueses tornaram-se uns especialistas em manejos dessa sub-classe social que dá pela designação híbrida e diminutiva de pequena-burguesia. Por cá também se agitou - naturalmente! - o espantinho da "carência de quadros", com a tónica colocada na vertente corolária do argumento; ou seja, a necessidade da "competência técnica", para preencher os milhares de funções burocráticas, multiplicadas ad infinitum pela cobiça descabelada dos candidatos a "tachos". Aquilo que se passou em Portugal é espantosamente elucidativo. Era difícil invocar-se aqui a carência de quadros, com a mesma veemência que em Angola ou Moçambique. Mas, apesar disso, começou a propalar-se - à medida que a orientação socialista se afirmava - que os "bons" quadros e gestores técnicos tinham emigrado ou fugido para o Brasil (os fascistas, portanto); simultaneamente, rotulando de incompetentes, os quadros de esquerda ideologicamente incorruptíveis, as comissões de trabalhadores, etc.. O circuito fechava-se (fechou-se) reclamando o regresso dos "competentes" e o afastamento dos "incompetentes", a fim de garantir o triunfo da "verdadeira revolução socialista". (Tipo de frase que denuncia imediatamente o agente infiltrado ao serviço do imperialismo).

Para o MFA - núcleo dirigente do processo português - os militares "competentes" nunca foram os ideologicamente conotados com a esquerda. Com Spínola, os competentes eram os centuriões da guerra colonial; Com Costa Gomes, foram os oportunistas corruptíveis, os chamados moderados; na vigilância do inefável Conselho da Revolução (até 1982) assistiu-se à restauração

do militarismo de cariz fascista. Simultaneamente, os elementos cuja coerência revolucionária fosse manifesta, ou meramente suspeitada, eram afastados, não tiveram acesso a qualquer posto de chefia militar, foram alvo de constantes intrigas e calúnias sempre que a chapa de incompetente não tinha sustentação.

O processo revolucionário português ensinou (entre outras coisas) que o argumento da "carência de competências" é, na sua essência, um argumento contra-revolucionário, por maior objectividade que aparente possuir em determinados casos específicos. Desde o momento em que é admitido como postulado (indiscutível) torna-se um instrumento oferecido à pequena-burguesia para facilitar a sua instalação na área do poder; adquire rapidamente uma dinâmica avassaladora, que só termina com a destruição do último revolucionário, e a restauração do status quo anterior. (Trata-se de uma arma de dois gumes: para provar que há carência de quadros competentes, a pequena-burguesia oportunista recusa ou destrói os que existem ou aparecem: ou vice-versa: à medida que destrói as competências, prova a sua carência).

Serão estes ensinamentos, facultados pela experiência revolucionária portuguesa, aplicáveis às revoluções angolana e moçambicana? Sem sombra de dúvida; é esse o legado metodológico que nos foi deixado por Marx e Lenine como inicialmente salientámos. Alguns interditos críticos estão sendo, também nessa matéria, desrespeitados. Pois que o sejam; é essa a nossa posição. Em próximo artigo continuaremos portanto, a desbravar o aspecto da participação da pequena-burguesia nas revoluções de Angola e Moçambique.

- in VERSUS nº 15 - Abril 85

REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA - aquém das expectativas

Cheguei a Moçambique, em meados de Julho de 1977, procedente de Angola onde vivera durante ano e meio. Tínhamos embarcado (eu e minha mulher) no aeroporto de Luanda, em plena noite, cerca das três da madrugada. Vigorava o recolher obrigatório. Nenhuma pessoa amiga nos tinha podido ir acompanhar à despedida. O oficial do Ministério da Defesa destacado para o efeito não comparecera. O aeroporto estava deserto, com as luzes reduzidas. Eramos os únicos passageiros para um avião incerto das Linhas Moçambicanas que só escalava Luanda quando o desvio da rota fosse considerado justificado. No imenso átrio de despacho, só nós, as malas em pilha, e um soldado das FAPLA, bêbado, brincando com a arma, e que lhe deu para emburrar connosco. Buracos de balas no tecto e nas paredes, cadeiras esventradas e outros sinais de estado de sítio, tornavam a situação

altamente desconfortável, como se imagina. Finalmente apareceu um rapaz novo, funcionário das Linhas Angolanas (ao que suponho), e que nos diz: "O vosso avião está a chegar. Saiam por aquela porta sem que o Fapla vos veja. Eu trato da bagagem. Não é preciso mais nada." Levounos até junto do avião, parado a meio da pista, empurrando um carrinho com as malas. E assim abandonei Angola, pela calada da noite, apertando a mão a um amigo desconhecido.

No Maputo estava uma amena manhã de inverno. Não tão bonita como as de Abril, Mas, a nossos olhos, parecia o paraíso. Um impecável militar, num impecável aeroporto, tomou conta de nós. Formalidades abreviadas, um carro e um jeep depositaram-nos e mais a tralha à porta do Polana. (Só por si um espectáculo "belle époque"). Sérgio Vieira veio à tarde tomar chá connosco. Tudo bem. No entanto, o momento de maior maravilha foi a visita ao bazar abastecedor da cidade. Nunca pensei ser capaz de me emocionar à vista de molhos de hortaliça, montes de fruta, peixes nas bancadas: até ovos e galinhas! Ah! exclamei. As coisas aqui são diferentes. A revolução moçambicana está no bom caminho.

Deixei Moçambique passados dois anos, em Setembro de 1979. Os ovos e as galinhas desapareceram entretanto do bazar; para o pão e para os bolos formavam-se já compridas bichas; a carne só se conseguia nos arredores. Continuavam, porém, a funcionar os serviços essenciais, os portos e os caminhos de ferro, a hotelaria e o comércio, as cooperativas de bairro; o serviço de saúde e as escolas mereciam elogios generalizados; a marginalidade e o desleixo não ultrapassavam os índices controláveis.

Voltei em fins de 1980 para uma curta estadia. Os sinais exteriores eram sem dúvida, menos encorajantes. Mas nada de vital, quer a nível de estado quer a nível popular, parecia comprometido. As expectativas quanto à consolidação da revolução moçambicana mantinham-se favoráveis.

No entanto, contrariando as expectativas, foi precisamente a partir de 1980 que a situação em Moçambique se começou a degradar de forma acentuada, até atingir o estado crítico em que hoje se encontra. Ao qual, na realidade se pode aplicar a imagem de "cerco"; isto é, o inimigo contra-revolucionário dispõe de ampla liberdade de acção nas zonas rurais, condicionando a utilização das vias de comunicação, inclusivé nas proximidades da capital e outras cidades importantes; enquanto a FRELIMO (as forças governamentais) só exerce autoridade plena dentro dos perímetros urbanos. Mutatis mutandis, a situação em que se encontravam os colonialistas portugueses na fase final da guerra.

Surge, inevitável, a pergunta como se explica que, no curto espaço de quatro anos, a situação em Moçambique tenha sofrido tão drástica alteração? A resposta unânime (ou quase) aponta a intervenção externa como a causa da degradação verificada e das dificuldades existentes, explicando-a no contexto de uma ofensiva da reacção internacional contra o regime socialista moçambicano. Na versão oficial da FRELIMO são identificados como principais apoios e agentes desestabilizadores, o regime do apartheid sul-africano, e - sem muito maior especificação - os saudosistas/colonialistas portugueses. Por outro lado, não têm sido desmascaradas eventuais facções internas contra-revolucionárias; nem delimitadas zonas territo-

riais, ou sectores da população onde o descontentamento tenha alastrado assim facilitando a penetração do inimigo reaccionário.

Não é possível contestar a importância da intervenção externa na desestabilização da revolução moçambicana. É um facto inegável. Igualmente, será difícil recusar a hipótese contraditória; se não tivesse existido acção dirigida do exterior, as expectativas favoráveis registadas até 1980 poderiam, ou estar confirmadas, ou manterem-se ainda legítimas.

Mas a questão de fundo ultrapassa a simples constatação de facto, e a hipótese acima enunciada; e transcende a versão corrente, ou oficial, da conspiração anti-moçambicana. O que está em jogo, verdadeiramente, é a vitória ou derrota da revolução em Moçambique; e o significado que esse desfecho terá (tem) para os destinos da África, para o movimento revolucionário mundial para a credibilidade do modelo de transformação socialista em sociedades pós-coloniais. Questões de magna importância, que justificam um tratamento analítico/teórico mais cuidado e extenso que aquele aqui viável.

Vejamos, todavia, em primeiro lugar, a realidade da agressão externa de que a República Popular de Moçambique está sendo vítima. E reconheçamos que ela corresponde a uma lei geral da luta político-ideológica, em todos os tempos e lugares. A revolução gera a contra-revolução. E vice-versa. A revolução socialista é implacavelmente atacada pelo imperialismo capitalista em qualquer recanto do planeta, desde a Rússia dos Soviotes até ao Afeganistão, Nicarágua, Angola. E, naturalmente, em Moçambique também. É claro que reconhecer que determinado fenómeno se enquadra numa lei geral nada

adianta sobre a repectiva magnitude num contexto real. Na realidade, o imperialismo americano tem chegado a intervir com os seus exércitos para esmagar regimes revolucionários que não lhe agradam. Bastante recente é o exemplo de Granada. E contra a força bruta nada vale o argumento das leis históricas e as análises teóricas por mais subtis que sejam.

É exactamente isso que sucede em Moçambique desde 1980, dirá o observador pragmático. A RPM pouco pode opôr para se defender da poderosa ofensiva da reacção internacional, dos ataques directos desferidos do outro lado da fronteira com ilimitado apoio logístico.

Fizemos referência à opinião do observador pragmático visto que, com efeito, se trata de uma espécie muito abundante. Em Moçambique também existem. (Aqui, em Portugal, é uma verdadeira praga: a classe política louva-se de semelhante qualidade). Para os cientologistas do pragmatismo político, a suma sabedoria é irem-se adaptando às diversas situações. (Nos bons velhos tempos, a isso se chamava oportunismo). Como as leis histórico-sociais são ignoradas (idem, as marxistas) a previsão está excluída, ou é monospresada. Vive-se o dia-a-dia, tal cigarra na primavera; quando o inverno chegar logo se verá.

O autor destas linhas está em condições de poder afirmar que a direcção da FRELIMO, nos anos das expectativas favoráveis, não avaliou correctamente o perigo que representava para a revolução moçambicana, a organização de grupos dissidentes nos países vizinhos; e que de uma maneira geral, subestimou as intenções e capacidades do inimigo imperialista. Estudos de incidência realizados em 1978 com base nas emissões rádio clan-

destinas (a partir de Gwelo, na Rodésia) do então chamado Movimento de Resistência, não suscitaram qualquer comentário ou directiva.

Eram indicadas como zonas mais permeáveis à actuação armada contra-revolucionária, os distritos a sul do Save, e a região Sena-Zambézia. Não houve notícias de alteração dos programas de instrução das Forças Armadas Moçambicanas, no sentido de privilegiarem a luta anti-guerrilha; outros departamentos sensíveis da estrutura do estado também não foram alertados, nem se prepararam para a probabilidade de uma escalada de-sestabilizadora potenciada do exterior.

É certo que a FRELIMO esteve, até 1980, totalmente empenhada no auxílio ao movimento nacionalista do Zimbabué liderado por Roberto Mugabe. Esse apoio militante representou enormes sacrifícios para o povo moçambicano em vários planos, entre os quais, sem dúvida, o do desenvolvimento económico. Compreende-se que as energias e as (limitadas) disponibilidades da RPM tenham ficado absorvidas naquele admirável esforço de solidariedade internacionalista. Pode ainda entender-se que a própria defesa da revolução moçambicana tenha sido afectada. Mas já custa acreditar - sem que sérias dúvidas se perfilhem - que se tenha chegado ao ponto de subestimar a inevitável conspiração imperialista; e que as advertências relativas à "entrada em dispositivo" das forças reaccionárias no exterior, tenham sido escutadas com indiferença.

Lenine escreveu relativamente pouco sobre a consolidação do poder revolucionário após a vitória. "O segundo dia da revolução", na sugestiva metáfora. Mesmo assim, aquilo que o genial revolucionário e pensa-

dor deixou escrito sobre o assunto, constitui referência obrigatória. Segundo um seu eminente comentador (K. Zaradov, em Rev. Internacional), o problema da consolidação definitiva do poder revolucionário, o problema de saber "quem vencerá", não estava - para Lenine - de modo algum resolvido com a vitória de Outubro. De facto, durante os quatro anos subsequentes a 1917, a Rússia dos Sovietes esteve invadida por vários exércitos contra-revolucionários que espalharam o terror e a destruição por superfícies mais vastas que a do território de Moçambique. A sabotagem, as conspirações alimentadas pela reacção internacional, as provocações, foram uma constante. O próprio Lenine foi alvo de um atentado a tiro que lhe ia custando a vida.

Pois mau grado esta situação de guerra civil e violência generalizada, que colocou por vezes a revolução bolchevique à beira do colapso, Lenine afirmava que, **em primeiro lugar**, é necessário eliminar no interior do país as condições (sociais, políticas, económicas) que criem o perigo de uma restauração do poder da burguesia. Na verdade, a concepção leninista das garantias da vitória no 2º dia da revolução, põe em evidência os aspectos internos - concretamente, a política interna do partido - em relação aos aspectos externos, incluindo nestes, a acção contra-revolucionária armada com o apoio de potências estrangeiras.

Repare-se que a distinção entre factores internos e externos não é mecânica. Existe uma interdependência dialéctica entre ambos, de acordo com a lógica marxista. Ou seja, concretizando, a subestimação da ameaça externa foi, simultaneamente, uma opção política interna.

Esta rápida consulta a Lenine, teve apenas

em vista procurar autoridade teórica para formular as seguintes hipóteses (conclusões provisórias):

1. Não foram devidamente aproveitados pelo Partido Frelimo os cinco anos de expectativas favoráveis (1975-80), com o fim de garantir a consolidação do poder revolucionário (da classe proletária/trabalhadora; do socialismo).

2. As razões desse insucesso devem ser procuradas, **em primeiro lugar**, no plano interno - concretamente, na política interna do Partido Frelimo.

São largas centenas - alguns milhares - os portugueses e cooperantes de outras nacionalidades que viveram e trabalharam na República Popular de Moçambique nos dez anos que o país leva de independência. De toda essa experiência acumulada, pouco (muito pouco) tem sido posto ao dispor da colectividade pensante, ou simplesmente interessada. Exista ou não um interdito crítico decretado a nível partidário, ou mero produto da clássica preguiça intelectual lusitana, o facto indementível é a ausência de textos e comentários que, de alguma forma, directa ou indirectamente, pudessem ter contribuído para ajudar a consolidação do processo socialista em Moçambique. (E não só; o mesmo sucede em relação a Angola, Guiné, etc.).

No caso moçambicano, a abstenção crítica tem uma justificação suplementar respeitável: a FRELI-MO exerceu uma autoridade incontestável e incontestada. Nunca surgiram sinais visíveis de luta interna, nem de contradições graves no seio da equipa dirigente. Samora Machel simbolizava o chefe político enérgico e capaz no qual se podiam depositar as melhores expectativas.

Foi, sem dúvida, a forte personalidade de Sa-

mora Machel que ocultou as contradições existentes na FRELIMO, e impediu alguma crítica mais directa das repetidas manifestações de espírito pequeno-burguês verificadas nas direcções e chefias de importantes departamentos.

O raciocínio processava-se nos seguintes termos (mesmo no caso de gente habitualmente lúcida); sim, é uma realidade, há desvios de orientação, a pequena-burguesia está instalada e goza de grande tolerância a alto nível, há personagens ambíguas e até suspeitas em cargos de influência, etc.; mas tudo isso faz parte do processo revolucionário (difícil e complexo, segundo o refrão); e, acima de tudo, lá está o presidente Samora para, no momento oportuno, tornar a colocar as coisas no bom caminho.

Em todo o caso, foi Alvaro Cunhal quem criou o primeiro "incidente" entre a esquerda portuguesa (partidária) e a FRELIMO quando, em Julho de 1982, na Festa do Avante, aludiu indirectamente à visita que Pinto Balsemão tinha acabado de efectuar a Moçambique, acusando "o actual governo de tomar iniciativas em Africa como cavalo de Tróia do neo-colonialismo, pronto a apunhalar pelas costas os países de que se declara amigo". Ora esta inócua frase (para a RPM), desencadeou uma reacção desproporcionada na imprensa oficiosa de Maputo (só por si reveladora), que falou em "ingerência descarada nos assuntos internos de um país soberano e independente". Compreende-se, aliás, que Alvaro Cunhal (e a esquerda portuguesa em geral) não tenha engolido o sapo da exibição de amizade eterna e homenagens hiperbólicas prestadas pelo presidente moçambicano na pessoa de um representante da burguesia anti-comunista, ferrenho ini-

migo de qualquer revolução socialista e popular.

Aliás, não era a primeira vez - nem seria a última - que o líder moçambicano confundiria os observadores ao escolher os alvos das suas calorosas amizades político/pessoais. Entre os militares portugueses, por exemplo, Samora Machel distingue com os seus exuberantes abraços e encómios, o general Sousa Menezes, fascista dos quatro costados. (Legionário, deputado salazarista durante oito anos, feroz opressor colonialista, nº 2 do Kaúlza: foi o oficial nomeado, por inerência do cargo, para proceder à transferência de poderes, a nível militar, em Moçambique).

Talvez sejam meramente subjectivas estas manifestações efusivas do líder da revolução moçambicana. Ou talvez mais que isso: sejam reflexo, e parte, da luta ideológica travada surdamente nos bastidores da FRELIMO.

Ultimamente, depois dos acordos de N'Komati e de se tornar pública e notória a política de aproximação com o ocidente capitalista, as dúvidas acumuladas estão fazendo saltar a tampa dos interditos críticos. Ouvem-se comentários inesperados da boca de ex-cooperantes que faziam do silêncio crítico um voto religioso: recordam-se em catadupa inúmeros episódios renunciadores; reconhece-se, por fim, esta coisa simples: que a FRELIMO não podia ter escapado à lei das contradições internas, agudizadas pela permanente conspiração externa.

Afirma-se então (agora) que a FRELIMO sempre comportou uma componente muito forte anti-comunista (anti-soviética). O que é verdade; mas também - digamos assim - natural, tratando-se de uma "frente" tal como foi inicialmente constituída; e facto comum a todos os

outros movimentos nacionais-revolucionários (MPLA e PAIGC nomeadamente).

Desde os tempos de Argel, e de Nanchigweia na Tanzânia, a FRELIMO atravessou diversas crises internas, algumas muito profundas, todas resolvidas num sentido positivo (revolucionário). Em 1977 a FRELIMO proclama-se partido marxista-leninista, da aliança operário-camponesa, vanguarda proletária. Porém, a cooptação de elementos pequeno-burgueses, que a independência incrementara, não diminuiu de ritmo. Na realidade, verificou-se a sua ascensão no aparelho administrativo e no próprio partido, reforçando o vector anti-comunista. Nos dez anos de independência não houve notícia de crises políticas de grande envergadura, nem a luta ideológica, latente e inevitável, desembocou em combates violentos pelo poder. Tal como sucedeu em Angola, com o chamado golpe Nito Alves a 27 de Maio de 1977, desfecho da luta ideológica entre revolucionários e moderados, e que se saldou pela vitória destes últimos. Conflito idêntico ocorreu na Guiné.

Na República Popular de Moçambique a luta ideológica (luta de classes) desenrolou-se surdamente, nos bastidores do poder, passando sempre pela pessoa do presidente Samora Machel. Perante o "cenário" N'Komati, de todo o conjunto de iniciativas externas que incluiu, do perigo visível da restauração dos interesses burgueses (de que falava Lenine), é legítimo concluir-se que a componente moderada pequeno-burguesa (anti-comunista, anti-soviética) está ditando as opções de política externa da FRELIMO. O seu protagonista mais conhecido em Portugal é Aquino de Bragança, personagem que não fez segredo das suas convicções anti-comunistas e das suas especiais

amizades dos meios "moderados" nacionais, agora o governo PS/PSD.

Não cabe aqui, no espaço temático do presente artigo, fazer a análise comprobatória das flutuações (da indefinição ideológica) do processo moçambicano, em cada sector da actividade económica, ou área político-partidária. Os milhares de ex-cooperantes portugueses atrás mencionados poderão testemunhar, com directo conhecimento de causa, sobre as dificuldades encontradas, os efeitos nocivos quantas vezes destrutivos - da constante intriga política a que se dedica a pequena-burguesia moçambicana para satisfazer as suas ambições pessoais, abrindo, simultaneamente, o caminho à contra-revolução restauracionista. Nós portugueses, que por cá também não soubemos estar à altura das expectativas favoráveis de 1974-75, sabemos de tudo isso o bastante. São fenómenos universais. De originalidades está cheio o cemitério das revoluções.

A guisa de nota final acrescentaremos um ligeiro apontamento sobre um aspecto de luta político-ideológica, que é comum a Portugal e aos países africanos de expressão portuguesa (passe o horrível chavão neo-colonialista). Refiro-me à espantosa aceitação dos esquerdistas anti-soviéticos: em Moçambique, em Portugal (nos anos ditos revolucionários), em Angola, etc.. É extraordinário, de facto, como tão poucos conseguem desestabilizar tanto. A explicação é só uma (lá e cá): beneficiam de larga simpatia junto dos círculos dirigentes. São filhos, irmãos diletos, da pequena-burguesia contra-revolucionária de fachada socialista. Quase todos brancos, quase todos com um passaporte português ao canto do baú (just in ca-

se...). Dominam sectores inteiros do aparelho estatal; chegam a ocupar os mais altos cargos. Mesmo que a orientação que implementam, ou aconselham, sofra clamorosos reveses, mantêm a confiança das instâncias máximas. E o caso, entre outros, do responsável pelo departamento de finanças da RPM, e da subordinação ao FMI que preconiza. (Prakash Ratital, foi um dos fundadores do MRPP, em Portugal, nos anos anteriores ao "25 de Abril").

O balanço da revolução moçambicana, neste segundo trimestre de 1985, não corresponde, infelizmente, às expectativas favoráveis que (ainda) apresentava no começo da década. Circunstâncias e factores diversos, de ordem externa e interna, estiveram na base desse resultado decepcionante. O autor dá relevo a um factor, cuja crítica tem estado praticamente interdita: a crescente influência da ideologia pequeno-burguesa, e dos seus portadores, no seio da FRELIMO.

Todos os sinceros amigos de Moçambique, todos aqueles que sabem que ali está em jogo algo mais que o futuro do socialismo num único país africano, todos aqueles que sonharam com um processo exemplar e de firme direcção, confiam, apesar de tudo, que num Terceiro Dia da Revolução sejam levadas a cabo, com êxito, as tarefas de consolidação do poder popular que não ficaram asseguradas no período de dez anos que agora se completa.

- in VERSUS nº 17 - Junho 85

PLANOS IMPERIALISTAS E ESTRATEGIA DA NEGOCIAÇÃO

No presente texto - o quarto, relativo à revolução em Africa - vamos deslocar o feixe da nossa observação crítica sobre a situação geral existente na região austral do continente africano. Um relance que se torna indispensável efectuar, antes de prosseguirmos "desbravando revoluções interditas"; visto que, a situação actual interna em Angola e Moçambique está poderosamente condicionada pelos ataques desferidos através das fronteiras pela República da Africa do Sul (RAS).

A importância e o significado universal que reveste a confrontação violenta que se verifica naquela região do globo, são unanimemente reconhecidas. Na realidade, estão em jogo os destinos da revolução a nível internacional; e o destino das revoluções nacionais - da luta de classes - nos países da área, destacando o heróico combate do proletariado da RAS.

A África Austral, juntamente com a América Central e o Médio Oriente, são as três zonas geográficas onde se está dando o confronto - na sua forma extrema: de armas na mão - entre as duas concepções de vida que dividem a humanidade na era moderna. De um lado, as forças da revolução, do socialismo, do progresso social para todos; do outro, as forças da reacção, o capitalismo, a manutenção a todo o custo dos privilégios e da desigualdade. Talvez em nenhuma outra zona de conflito a demarcação dos campos seja tão nítida como na África Austral. Nem na América Central nem no Médio Oriente, onde a ambiguidade do campo revolucionário é manifesta. Em contrapartida, na África Austral não só o imperialismo surge na sua versão limite - o nazi/racismo da RAS - como, além disso, as forças da revolução arvoram as suas bandeiras sem subterfúgios. A república Popular de Angola e a República Popular de Moçambique são dirigidas por partidos de declarada opção marxista-leninista (não obstante as contradições internas que temos vindo a analisar), recebem e solicitam o apoio das nações do bloco socialista. Na África Austral, podemos dizê-lo, o conflito armado que está devastando a região, converteu-se numa guerra aberta entre os dois sistemas que lutam pela hegemonia mundial. Não se trata de mais um "conflito regional", como a diplomacia americana pretende classificá-lo para melhor aparecer como mediadora pomba da paz. Depois da tremenda derrota que o imperialismo sofreu no Sudeste Asiático (outra falsa guerra regional), a guerra total em desenvolvimento na África Austral reúne virtualidades suficientes para resultar numa outra vitória memorável (histórica) do campo revolucionário. É esta perspectiva que nos obriga - aos revolucionários, em geral

- a prestar a máxima atenção a todos os aspectos (condicionantes) da luta de classes/conflito armado que se desenrolam na região austral de África.

Todas as análises sobre a situação na África Austral (e são muitas, e de variados quadrantes) coincidem - justamente - em considerar a RAS como promotora e responsável pelo estado de guerra existente na região, factor de desestabilização e ruína dos países vizinhos. Esta sentença é, sem dúvida, correcta; mas pode ofuscar algumas evidências dialéticas. A primeira das quais - já acima posta a nú - consistiria em tirar dimensão universal à situação explosiva que se vive na região. O problema reduzir-se-ia à demência de um regime agressivo e anacrónico - a RAS - que põe o sub-continente a ferro e fogo, na sua ânsia de sobreviver à crise interna que lhe corrói as entranhas capitalistas. Revolução e contra-revolução, capitalismo e socialismo, enfrentamento das duas super-potências, luta de classes... tudo isso ficaria esbatido em académicas dissertações sobre "conflitos regionais".

Uma segunda evidência que desapareceria (desapareceu) respeita às origens da "demência" dos dirigentes do apartheid; isto é, porquê e quando começou o governo afrikander a aplicar a sua estratégia ofensiva, desafiando a opinião pública internacional. Pois é bem sabido: a partir da independência das antigas colónias portuguesas de Angola e Moçambique, da conquista do poder político nesses países pelos movimentos de libertação de ideologia marxista. É bom não esquecer, que a 1ª invasão do território angolano pelo exército regular sul-africano ocorreu em Agosto de 1975, com o objectivo de impedir o MPLA de proclamar a independência. A mar-

cha inexorável da história levou a revolução vitoriosa até às fronteiras do racismo, anunciando o fim de um dos sistemas mais desumanos de exploração capitalista ainda existentes. O apartheid resistiu à ameaça da sua destruição com o chamado projecto de "estratégia total". Reagiu... reaccionariamente, passe o pleonasmo; com o apoio de todas as forças reaccionárias do mundo. Não foi qualquer loucura que se tenha apossado da minoria boer, aquilo que subverteu a paz colonial na África Austral (Hitler também era, afinal! um pobre louco); mas sim a luta de classes, o avanço imparável da revolução à escala mundial.

Uma terceira realidade dialéctica, que é evidente mas convém referir, mostra a estreita relação entre a revolta das massas negras na RAS e a consolidação da revolução nos estados vizinhos. Evidência, aliás que constitui a determinante fundamental dos planos de desestabilização e de guerra além-fronteiras; e de repressão impiedosa das massas negras no interior da RAS.

A interdependência entre a evolução da luta de classes no interior do estado capitalista do apartheid e a sorte da guerra na região austral do continente africano, é reconhecida sem dificuldades. A fórmula utilizada nas conclusões da Conferência dos Estados da Linha da Frente, realizada em Arusha em Julho de 1979, consagrou o princípio que: "Uma paz verdadeira na África Austral é inconcebível enquanto o sistema do apartheid continuar a existir".

Entretanto, vamos demorar o nosso relance crítico sobre a política regional da RAS, as consequências que acarreta para os países vizinhos e, duma forma geral, para a estabilidade de toda a África Austral. Torna-se,

de facto, indispensável, depois de havermos dedicado os três textos anteriores desta série à situação interna na RPA e na RPM, examinar as intenções do inimigo agressor; tendo sempre presente que a RAS em última análise, defende na região os interesses gerais do imperialismo. Em 16 de Março de 1984, a RAS e a RPM assinaram um "Acordo de não-agressão e boa vizinhança", mais conhecido por Acordo de N'Komati. Este acontecimento espectacular despertou um novo interesse pela estratégia e os objectivos que a RAS procura atingir depois de 1978, quando a facção boer dirigida por P. W. Botha assumiu o poder governamental em Pretória.

Depois de Inkomati é impossível continuar a considerar a política regional da RAS como uma mera estratégia de desestabilização; consoante era (é) normal fazer-se, mesmo entre analistas de formação marxista-leninista. Segundo essa interpretação, o regime racista procuraria somente infligir um máximo de prejuízos materiais às estruturas económicas e sociais dos países vizinhos, tendo em vista abalar, ou derrubar, os respectivos governos e partidos de opção socialista.

Ora o que parece agora claramente confirmado - após o acordo de Inkomati, e em certa medida, o Acordo de Cessar-Fogo, assinado em Lusaka, entre a RAS e a RPA, em Fevereiro do mesmo ano de 1984 é que a estratégia delineada pelo gabinete de P. W. Botha, além daquela componente, digamos "negativa", comporta uma outra "positiva", que se poderá chamar de "estratégia de negociação". Estratégia que consiste em persuadir - com mais ou menos força! - os países da região a colaborarem com o governo de Pretória, negociando concessões políticas (expulsão do ANC, controlo das fronteiras, etc.) em troca

de auxílio económico, projectos de desenvolvimento, etc. O objectivo final desta (nova) política de dois gumes que muito se aproxima, valha a verdade, da (velha) política da cenoura e do chicote de imperiais tradições seria a criação de uma constelação de estados gravitando na órbita económica - e, por acréscimo, política - da RAS. O esquema (falhado) dos bantustões "independentes" está seguramente, incluído nesta estratégia global. O coroamento definitivo deste sonho geo-político - que parece ter sido arquitectado no Instituto Sul-Africano de Negócios Estrangeiros, onde pontifica Deon Geldenhuys, conselheiro pessoal do Primeiro Ministro sul-africano - seria o reconhecimento internacional da (nova) respeitabilidade da RAS, adquirida regionalmente, passando o problema do apartheid a ser considerado uma questão interna. E (muito) importante notar-se que já em 1981, Chester Croker actual secretário de estado da USA para os assuntos africanos, enunciava o mesmo desideratum: "Torna-se prioritário reintegrar o regime do apartheid na rede dos interesses ligados à segurança do mundo ocidental... acabando com o isolamento da RAS... com o seu estatuto de pária" (em "Trans Africa Forum", USA - 1981).

A estratégia da RAS/USA alcançou, sem dúvida, o seu êxito mais espectacular com a celebração do Acordo de Inkomati. (Antes, em Fev. 1982, fora estabelecido um acordo secreto entre Pretória e a Swazilândia, "para eliminar o terrorismo na área" - o ANC, bem entendido).

Em Moçambique, os círculos oficiais, procurando salvar as aparências (a expulsão do ANC), explicam o Acordo de Inkomati como um (hábil) aproveitamento de contradições existentes na cúpula do apartheid, entre

os "falcões militaristas" de um lado, e as "pombas diplomáticas" lideradas pelo ministro dos negócios estrangeiros Roelof Pik Botha. Deste ponto de vista, Inkomati terá sido uma derrota dos militaristas, representando o triunfo da estratégia da negociação e o conseqüente abandono das acções desestabilizadoras. Os factos vieram demonstrar a ingenuidade desta análise, como se sabe.

Na realidade, a acessão de Pik Botha ao posto de Primeiro Ministro, em 1978, traduzia a radicalização do sistema racista. Em termos marxistas-leninistas significou a reorganização da classe dominante - do seu aparelho de estado - de modo a poder enfrentar a crise profunda em que estava mergulhando o capitalismo sul-africano. Verificou-se, a partir de 1978, a militarização acelerada do estado boer; isto é, a consolidação da aliança entre o capital monopolista e os militares (tal como se verificou na Alemanha nazi, no Brasil, na Argentina; e em Portugal, não esqueçamos). Uma aliança desta natureza não é abalada por simples contradições internas; só se desagrega na iminência do colapso do sistema.

A crise do capitalismo sul-africano é atribuída pelos seus dirigentes e mentores doutrinários à infalível e tenebrosa conspiração moscovita. Em consequência, as nações do bloco socialista são definidas como o inimigo principal, cuja influência na região deve ser combatida com o máximo vigor (não é lá muito original esta posição; já ouvimos isto em qualquer lado). Por "estranho acaso" coincide com a posição americana relativamente a todo e qualquer conflito regional... onde o capitalismo monopolista esteja ameaçado pelo ascenso da luta de massas. Também na Africa Austral foi considerado necessário produzir uma "contra-ideologia" face à "ameaça marxis-

ta": demonstrar a superioridade do capitalismo sul-africano em relação às alternativas socialistas, através de grandes projectos comuns de desenvolvimento, acenar com investimentos ilimitados, apresentar a iniciativa privada como remédio miraculoso para as terríveis dificuldades económicas e de abastecimento com que se debatem os países da região; entretanto, continuar sabotando a viabilidade económica desses mesmos países, afim de demonstrar que o socialismo é sinónimo de caos e privações. Diga-se que esta última parte é aquela que tem sido realizada com mais eficácia pelo exército e pelos fantoches da Resistência Nacional Moçambicana.

A estratégia total do governo de Pretória tem sofrido oscilações tácticas (derrotas) desde 1978 até ao presente, devido fundamentalmente à resistência oposta pelos países da linha da frente auxiliados pelas potências socialistas; e à luta das massas proletárias e nacionalistas, não só dentro do próprio estado racista, mas também na Namíbia, no Botswana, no Leshoto, e um pouco por todo o lado.

A vitória da Frente Patriótica - ZANU no Zimbabwe, em 1979/1980, contitui um tremendo desaire para os sonhos de hegemonia regional do regime racista. O reforço da escalada de desestabilização por meios violentos, foi a resposta afrikander: aumentaram em número e dimensão os actos de guerra, as sabotagens contra as redes de transporte e instalações industriais, o uso de técnicas de coerção económica sofisticadas (e potenciadas por acções convergentes dos países capitalistas), etc., etc.. Angola e Moçambique, vistos como países comunistas e satélites de Moscovo, foram as principais vítimas do recrudescimento da escalada agressiva. O facto, é que

cerca do final de 1982, e em 1983, quer a RPA quer a RPM - principalmente esta última, cujas estruturas económicas e de defesa são muito mais frágeis - viram-se forçadas a abrir negociações com o ocidente capitalista; e mesmo, directamente, com a RAS. O primeiro encontro fronteiriço, em Komatipoort, a nível ministerial, entre a RAS e a RPM, teve lugar em Dezembro de 1982.

Como é sabido e notório, os dinamizadores activos de todas as negociações foram - e são - os EUA. Na realidade, assumiram a presidência da mesa. Vieram tomar conta do seu feroso subordinado boer, que estava (está) cometendo muitos excessos (e acumulando derrotas) pondo em risco a credibilidade e o domínio imperialista na África Austral.

Parece claro que em 1984, a estratégia de negociação executada por Pretória com a assistência e a orientação do imperialismo americano, registou alguns êxitos assinaláveis. Nesse ano foi assinado o pacto de não-agressão com a RPM (N'Komati), tornado público o acordo com a Swazilândia, e concluído um cessar-fogo com a RPA (Lusaka). Estes resultados proporcionaram à RAS um nível de aceitação internacional nunca atingido no último quarto de século. Simultaneamente, outros países da linha da frente viram-se também forçados a adoptarem posição (estratégia) defensiva, para melhor resistirem às pressões exercidas por Pretória/Washington.

Todavia, no ano de 1985 que agora está terminando, a situação e as perspectivas alteraram-se significativamente na África Austral, a favor das forças e países progressistas. Destaquemos, em primeiro lugar como se impõe, o dramático ascenso das lutas populares no interior do bastião racista. A sociedade afrikander, neste último

ano, entendeu claramente que o sangue que corre todos os dias nos subúrbios negros, está cavando o leito de morte do capitalismo racista. Milhares de sul-africanos, de origem boer e inglesa, estão abandonando o país em ritmo crescente. O grande capital procura desesperadamente uma plataforma de sobrevivência enquanto o investimento privado desce a pique. A luta popular na RAS está levando a insegurança e o pânico ao seio da classe dominante, cuja arrogância se converteu em desespero.

Em seguida - mas dialeticamente associado - o outro factor que este ano de 1985 mais tem abalado a confiança do estado afrikander, é a crescente capacidade militar dos países alvo de ataques, mormente a RPA. O esforço de guerra da RAS está a custar caro. Muito mais elevado que o previsto pelos planeadores da "estratégia total". Custo em vidas humanas, na necessidade de modernização constante de armas e equipamento, aumento de efectivos e do tempo de serviço nas fileiras. Só a colonização permanente da Namíbia custa um milhão de rands por ano ao Tesouro sul-africano. Outro aspecto positivo da evolução da situação na África Austral no corrente ano, tem sido a (renovada) firmeza demonstrada pelos países da linha da frente perante as ameaças do imperialismo, e os ataques do estado racista. Talvez só com a excepção de Moçambique, as posições recentes assumidas pelas respectivas direcções políticas revelam que nem a estratégia de desestabilização conseguiu quebrar o ânimo dos governos de Angola, do Zimbábwe, nem a estratégia de negociação conseguiu captar os governos de Botswana e Leshoto. Designadamente em relação à República Popular de Angola as conclusões do Congresso do MPLA realizado neste mês de Dezembro traduzem

um acentuado reforço das opções revolucionárias. Este assunto levar-nos-á, em próximo artigo, de volta, "desbravando revoluções interditas", com especial incidência em relação aos dois países de opção marxista - RPA e RPM que suportam o choque frontal das agressões racistas.

- in VERSUS nº 21 - Dez. 85

DESBRAVANDO REVOLUÇÕES INTERDITAS - I

Como tivemos ocasião de destacar no último artigo desta série (Versus 21), a África austral é a região do globo onde, no presente momento, estão reunidas as mais favoráveis condições para que as forças revolucionárias possam vir a alcançar uma vitória histórica comparável à do Vietname, em 1975. Simultaneamente, em cada um dos principais países da região, a demarcação dos campos (e das vontades) passa pelo interior dos movimentos e partidos que dirigem a luta. Mencheviques e bolcheviques, num antagonismo inevitável; entre os "moderados", eternos partidários da conciliação e da negociação com o inimigo da classe (e com o inimigo imperialista); e os revolucionários, que não recuam ante a perspectiva da prova de forças, assim levando à plenitude do seu significado o conceito de luta de classes.

As recentes e profundas alterações na composi-

ção dos órgãos de direcção do MPLA-Partido do Trabalho, e no governo angolano, efectuadas na sequência do Congresso de Dezembro 85, merecem - devido ao seu importante significado político - uma observação atenta. Confirmam a vitória interna da ala revolucionária do MPLA; o que certamente, vai influenciar o desenvolvimento do confronto armado (da guerra) que opõe a RPA auxiliada pela URSS e pela força combatente cubana, contra a RAS apoiada abertamente pelos EUA e tendo ao seu serviço os bandos da UNITA. Isto é, a mudança na correlação de forças interna em Angola, irá repercutir-se inevitavelmente, não só em toda a área geográfica do sul de África, mas mesmo a nível mundial. As duas super-potências estão já envolvidas no conflito de tal forma, que não é previsível, a curto prazo, o recuo de qualquer delas.

Não é difícil, com efeito, estabelecer a existência de um nexó dialético entre a situação política interna na RPA, e a ofensiva imperialista, dirigida e executada no terreno pelos racistas de Pretória. Não se trata, evidentemente, de um simples nexó causal, ditado pelas circunstâncias de momento: as contradições na nação angolana e, em particular, no seio do MPLA, são muito antigas e têm sólidas raízes mergulhadas no tempo colonial. E se parecem resolvidas com a independência, e depois com a vitória dos "moderados" sobre os "radicais" de Nito Alves, em Maio de 1977, o facto é que essas contradições ressurgiram sob os golpes do inimigo exterior, traduzindo-se em várias peripécias da luta pelo poder durante os últimos anos. Até agora, a este II Congresso de Dezembro de 1985, o qual, tudo indica, ratificou uma nova correlação de forças. Oxalá duradoura. Note-se que a superação dialética das crises sociais/políticas não se

dá num sentido unívoco, fatalmente para estágios superiores. Isto parece ser um dispensável aviso à navegação (de ideias), mas a verdade é que grande parte da esquerda nacional que professa o materialismo dialético, vive na angélica crença que, em matéria política, Deus escreve direito por linhas tortas. Por outras palavras: suceda o que suceder tudo vai lá dar, à vitória final. Em relação à curta história de Angola, Moçambique (e Guiné) tal estado de espírito tem sido a regra. A abstenção crítica é a consequência lógica de semelhante filosofia. Melhor dizendo, de semelhante fé. Não admira portanto, que a esquerda oficial portuguesa não tenha emitido a menor opinião sobre as modificações que tão profundamente alteraram o balanço de forças na RPA. Delegados do PCP estiveram presentes no Congresso do MPLA, congratulando-se e congratulando. (Se o desfecho da crise tivesse sido o inverso, procederiam exactamente da mesma maneira). O "Diário" tão desenvolto no comentário quando se trata da América Latina, limitou-se a transcrever as conclusões oficiais. A outra imprensa de esquerda está fascinada com a luta dos trabalhadores negros do Transval, considerando-a a "luta de classes" em estado de pureza laboratorial.

No campo mais prosaico da luta pelo poder, o que se verificou em Angola pode ser classificado como golpe de estado. A ala dura, (mais) revolucionária, pró-soviética dirigida pelo presidente José Eduardo dos Santos, afastou (derrotou) a ala moderada, anti-revolucionária, pró-ocidental dirigida pelo nº 2 do Partido, Lúcio Lara. Um acontecimento desta relevância, num momento em que se preparam batalhas decisivas no contexto global da região, não pode passar despercebido. Representa,

sem dúvida alguma, uma vitória para o campo revolucionário; concretamente, a derrota da longa conspiração anti-angolana promovida pelo imperialismo desde o alvor (passe o trocadilho) da independência, cuja componente portuguesa passou pelo interior do Conselho (chamado) da Revolução e de todos os governos da burguesia. Compreende-se então, perfeitamente, o silêncio dos meios de comunicação controlados pela burguesia nacional; e, valha a verdade, de quase toda a imprensa internacional, incluindo a de tintagem progressista. Dos fracassos, o melhor é não falar neles, deixá-los esquecer; norma desinformativa elementar.

Nas vésperas do II Congresso ainda reinava uma certa esperança nos meios ligados à conspiração anti-angolana. O "Expresso" de 7 de Dezembro de 85, em despacho do seu enviado especial a Luanda, Benjamim Formigo, descobre uma "política de aproximação ao Ocidente iniciada por José Eduardo dos Santos em 1982"; uma "notória abertura no relatório do CC"; que um dos nomes mais falados para o Bureau Político é o do comandante da Força Aérea, Iko Carreira; etc.. Terminado o Congresso, a 9 de Dezembro, o enviado especial mostrase desiludido ("Expresso", 13 de Dezembro de 1985). Escreve: "Por entre especulações contraditórias não foi possível encontrar um fio condutor que levasse o jornalista a entender a descida do homem..." Iko Carreira. A aposta forte dos inimigos da RPA para deslocar José Eduardo dos Santos, os russos e os cubanos, e entrar em negociações, sob a égide americana, com a República da África do Sul e a UNITA.

Na realidade, conforme José Eduardo dos Santos afirmou na alocução de encerramento do II Congresso

do MPLA: "Todos os prognósticos dos nossos inimigos internos e externos fracassaram". Na mesma ocasião, dirigindo-se aos representantes da SWAPO e do ANC, reafirmou a solidariedade do povo angolano aos povos da África do Sul e da Namíbia, vítimas do apartheid e da opressão racista: "a opção socialista do desenvolvimento, mesmo em condições de guerra"; tornou a agradecer o auxílio soviético e cubano, enaltecendo a amizade demonstrada. Tomadas de posição que concretizam a resposta revolucionária da RPA perante as manobras de pressão e intimidação exercidas pela administração Reagan, já sem a máscara de medianeiros não-envolvidos. A resposta foi revolucionária. Mas poderia não o ter sido; é bom voltar a frizar a contingência essencial dos negócios humanos/políticos. Visto que, a pequena-burguesia - os portadores de aspirações pequeno-burguesas - sempre ocupou posições muito fortes nas estruturas do MPLA. Desde a sua constituição. Mantidas em surdina durante o período da luta armada contra o colonialismo, começaram a manifestar-se logo após a independência; para se expandirem à vontade depois da grande purga a que o golpe Nito Alves deu lugar. Agostinho Neto que até aí tinha conseguido impôr-se, quer no controle dos conflitos internos, quer na tomada das grandes decisões histórico-revolucionárias - já doente, e agora alquebrado psicologicamente - passou a ser um instrumento nas mãos da pequena-burguesia triunfante. Lúcio Lara, eminência parda, hábil e astuto, anti-comunista convicto, promoveu uma gigantesca caça aos "nitistas" (aos simpatizantes da URSS) que levou à eliminação física de milhares dos melhores quadros e dos mais revolucionários. A morte de Agostinho Neto, em Setembro de 1979, foi providencial, no que respeita

aos destinos da revolução angolana. A conspiração contra-revolucionária foi sustida, bem como o deslize para o campo imperialista. Mas José Eduardo dos Santos - seguramente o candidato à presidência da RPA apoiado pela União Soviética - não ia ter tarefa fácil. A pequena-burguesia, farta de sacrifícios e de revolução, dominava a maior parte dos órgãos do poder. A campanha anti-soviética e anti-cubana (esta principalmente) atingia o auge. O caminho ia ser longo e repleto de dificuldades (internas e externas) até este II Congresso do MPLA, quando, finalmente, o poder na RPA parece ter ficado consolidado nas mãos do grupo dirigente, cuja capacidade e consciência revolucionária maiores garantias oferecem para resistir com êxito à poderosa ofensiva que o imperialismo está levando a cabo na região.

É certo que a consolidação da correta linha revolucionária não se pode (deve) avaliar apenas pelas alterações no topo da hierarquia do aparelho partidário; ou pela (re)composição dos órgãos colegiais de decisão. É suposto que se devem analisar também (dialeticamente) o estado da aliança operário-camponesa, o poder local, a solidez da implantação do partido aos vários níveis, etc., etc.. Em suma, determinar qual o apoio popular, a adesão de massas, ao projecto revolucionário; ou ainda, por outras palavras: avaliar o grau de pressão que elas exercem, da base para a cúpula, fazendo sentir a vontade das massas e assim influenciando a orientação geral. Note-se que neste II Congresso do MPLA não foi somente a cúpula (Bureau Político) a sofrer profunda remodelação (5 novos elementos em 13, sendo dois suplentes). Embora as informações disponíveis sejam apenas as transmitidas pela imprensa (muito escassas, como acima é sublinhado)

sabe-se que o novo Comité Central bastante alargado (90 membros, sendo 15 suplentes, contra 60 e 4 suplentes, na composição anterior) continua maioritária a percentagem de elementos de origem operária e camponesa; e que a média etária desceu, o que significa também uma renovação substancial nesse órgão. Um aspecto que não é citado - mas que fatalmente se verificou, em correspondência com o sucedido no Bureau Político e nos comissariados provinciais - foi o da "militarização" do Comité Central. Com efeito, no novo Bureau, em 11 membros efectivos, 8 são oficiais das FAPLA (Forças Armadas Angolanas); as províncias são administradas pelos comandantes militares; nessa ordem de factos, é de supôr que os novos membros do CC de origem operária e camponesa serão também, na maioria, combatentes das FAPLA.

Tanto quanto sei, a representação das classes sociais no exércitos revolucionários, não é assunto que tenha merecido exame crítico, ou mesmo simples anotação. Isto, apesar da revolução russa poder ser vista sob o ângulo de um partido em armas, uma nação em guerra, onde a voz das classes mais oprimidas (nomeadamente, os camponeses) se fazia ouvir através dos soviets de soldados. Julgo que, em Angola, a militarização das estruturas directivas do MPLA acentuada no último Congresso, representa, efectivamente, uma consolidação revolucionária; e uma derrota da pequena-burguesia citadina, corrompida pelo jogo da intriga e da ambição pessoal.

Quase todos os elementos agora excluídos da direcção do MPLA tinham abandonado os ideais revolucionários há muito tempo. Alguns estavam já no campo da contra-revolução, conspirando activa ou surdamente. A figura mais representativa entre os excluídos é, eviden-

temente, Lúcio Lara. Para nós portugueses, que vivemos a experiência revolucionária de 1974-75 é fácil compreender a acção política deste homem. Um "moderado", como cá tivemos tantos, com um discurso moralista contra os "excessos" da revolução, ocultando mal difusas aspirações burguesas, um enraizado anti-comunismo que aproveita os menores deslizes dos comunistas (cubanos, soviéticos, do PC português, etc.) para pôr em causa o socialismo. Uma figura execrável de hipócrita sabotador da revolução, sobrevivendo a todas as crises, manobrador exímio na intriga de bastidores. Por tudo isto, e até pela sua personalidade discreta, muito semelhante ao "nosso general" Costa Gomes. Ambos se esforçaram para travar o passo à revolução e (r)estabelecer uma normalidade aceitável aos olhos das potências do capital. Mas Lúcio Lara expôs-se demasiado na maneira odiosa e sanguinária com que dirigiu a repressão da revolta Nito Alves. Os soviéticos e os cubanos ficaram a conhecê-lo. Consta que será afastado para embaixador na URSS; o que equivale a residência fixa vigiada.

Iko Carreira é a segunda mais destacado figura do MPLA histórico, agora degradado para suplente ao (novo) CC. Quando da morte de Agostinho Neto, foi a grande aposta da reacção interna e externa para lhe suceder. Era na altura, e desde a independência, ministro da defesa e membro do Bureau Político. José Eduardo dos Santos afastou-o de imediato para a URSS sob o pretexto de ir frequentar um curso de habilitação para o generalato. Regressou em 1982 rodeado por uma grande campanha de intoxicação que o designava como destinado "aos mais altos cargos". A reacção interna (correcta e tradicional identificação dos moderados em todas as revoluções) pre-

parou-se para o assalto. Novamente os planos lhes saíram gorados. Em fins daquele ano, José Eduardo dos Santos, depois de obter poderes especiais do CC, suspende 32 elementos proeminentes da ala reaccionária (moderada) do MPLA, entre os quais Ruth Lara, mulher do nº 2 do partido; demite Ambrósio Lukoki, chefe do DIP-Departamento de Informação e Propaganda; são detidos Costa Andrade, corifeu do falecido presidente Neto, a secretária e um filho de Lúcio Lara, etc..Este consegue sobreviver (qual Costa Gomes) ao ataque que manifestamente o procurava atingir e, apoiado por Eugénia Neto (viúva do falecido presidente) e em grande parte do aparelho histórico do MPLA, continua a intrigar tentando empurrar o MPLA para a conciliação com as propostas imperialistas. Iko Carreira, não é promovido a general sendo apenas nomeado comandante da Força Aérea, um cargo destituído de real força, pois os meios operacionais dependem dos cubanos. No entanto promove uma iniciativa que lhe permite readquirir algum peso militar: contrata oficiais instrutores portugueses (via Rosa Coutinho) para a preparação de unidades de intervenção heli-transportadas. Esta iniciativa visava (visa) simultaneamente um objectivo político de largo alcance: demonstrar que a ajuda soviético-cubana é substituível. Resta aguardar qual o destino militar de Iko Carreira, e do seu centro de formação de cavalaria aérea.

Os outros dois elementos excluídos do Bureau Político - Ludy e Xietu - são menos representativos; embora pertencendo ao órgão supremo do MPLA desde a independência. O primeiro foi chefe da DISA - Departamento de Informação e Segurança, tendo sido substituído no cargo logo após a morte de Agostinho Neto. Xietu

era o chefe do Estado Maior das Forças Armadas à data da revolta nitista. Um lugar nominal que lhe coube por ser uma personalidade apagada, de fidelidade canina. (Muito ao gosto do fundador do MPLA). Mas o 27 de Maio destruiu-o psiquicamente. Viu desaparecer, eliminados sem julgamento, quase todos os seus companheiros da Região Militar Norte, entre eles o lendário Monstro Imortal (era o Chefe do Estado Maior do Exército) e a mulher (era a presidente da OMA Organização da Mulher Angolana). Foi despachado ainda em 1977, para o (tal) curso de generalato na União Soviética. Voltou ao Bureau Político, dois anos depois, mas consta que jamais abriu a boca para emitir opinião. Há, porém, um nexó político de extremo significado que une as personagens acima mencionadas (às quais se devem juntar os nomes de outros históricos do MPLA, também agora afastados ou degradados, tais como; Lopo do Nascimento, Diógenes Boavida, Onambwé, mesmo Paulo Jorge, etc.). Todos eles pertenciam ao círculo mais próximo de Agostinho Neto. Os homens do presidente, como se usa dizer. Aqueles que, depois do desaparecimento da figura tutelar, se apresentaram como fiéis depositários da sua herança espiritual, intérpretes do seu pensamento político. Foram portanto os "netistas" os excluídos. É isto que permite classificar a remodelação efectuada por José Eduardo dos Santos como equivalendo a um golpe de estado.

Mas existe ainda um outro nexó complementar que ajuda a definir o sinal das mudanças operadas nos órgãos directivos do MPLA. Os elementos excluídos são, quase todos, "vencedores" do 27 de Maio; no sentido mais preciso de terem sido eles os fomentadores e executores da cruel repressão que se seguiu à derrota de Nito Alves.

E o caso de Lúcio Lara, Costa Andrade, Ludy, Onambwé entre outros, que dirigiram pessoalmente as "investigações", instalando-se no edifício do Ministério da Defesa, dia e noite, ante a conivência de Iko Carreira e de Xietu. Aí foram torturados e mortos muitos dos implicados de alto escalão (ou apenas suspeitos). A equipa de Lúcio Lara inventou um requinte especialmente ignóbil: arrancar confissões humilhantes e dramáticas, e transmitidas pela televisão depois dos "arrepentidos" terem sido fuzilados.

Não será correcto considerar as medidas tomadas por José Eduardo dos Santos como uma desforra do 27 de Maio. No entanto, está fora de dúvida que as sequelas repressivas do golpe Nito Alves, constituíram um episódio terrível da história interna do MPLA, deixando marcas profundas e indeléveis em milhares de famílias. Segundo cálculos dignos de crédito foram abatidos sumariamente, cerca de vinte mil "nitistas"; entre eles, a quase totalidade dos jovens quadros do MPLA. Um trauma desta envergadura exigirá ainda novas medidas de recuperação. Não é de excluir a hipótese de virem a ser reabilitados muitos dos criminosamente eliminados em 1977, apenas por serem adeptos do socialismo. Merece destaque especial a derrota sofrida pela "portuguese connection" com o afastamento dos netistas dos organismos dirigentes do MPLA. Na realidade, sempre existiu uma secção portuguesa da conspiração imperialista contra uma Angola independente e socialista. No MFA, para começar; logo em 1974. Melo Antunes pode, justamente, ser considerado o chefe do ramo português da conspiração anti-angolana, em consonância com os interesses do imperialismo, com particular ligação aos meios neo-colonialistas franceses. (Aliás, esta será uma das razões fundamentais para a

sua indigitação para um vago cargo em Paris. Mas toda a intervenção de Melo Antunes no processo de descolonização adquire em retrospectiva, contornos muitíssimos estranhos). Surge estreitamente associado a Aquino de Bragança (embaixador itinerante da FRELIMO, anti-comunista confesso) e a Arménio Ferreira - reputado cardiologista, amigo pessoal de Agostinho Neto, verdadeiro embaixador do MPLA em Lisboa até à independência, continuando com grande influência em Angola enquanto o presidente foi vivo. Depois de 1979, a influência de Arménio Ferreira em Angola, ao nível de presidência, passou a ser nula. Consta mesmo que José Eduardo dos Santos o declarou pessoa não-desejada no território angolano. No entanto, foi mantendo ligações constantes com os seus amigos "moderados netistas"; com destaque para Lúcio Lara e mulher, Iko, Eugénia Neto e filhas, Paulo Jorge e Lopo Nascimento, hóspedes habituais nas suas casas em Lisboa e Estoril, já desde muito antes de 1974. Melo Antunes tornou-se também visita frequente; e também consta que é considerado pessoa não-grata em Angola. O que afinal demonstra que a contra-informação da RPA não anda de olhos fechados.

Verifica-se, portanto, que fracassou a missão atribuída pelo imperialismo à secção portuguesa do "socialismo democrático" - desagregar por dentro o MPLA, de modo a que o poder ficasse nas mãos dos "revolucionários moderados". (Tarefa realizada, com êxito, em Portugal, em relação ao MFA). Isto não quer dizer que a reacção interna em Angola tenha sido aniquilada, como resultado mágico das descisões do II Congresso do MPLA; ou que a reacção externa - a portuguesa em particular - desista de conspirar contra a revolução angolana. Nada

disso. Novas e perigosas ameaças perfilam-se contra Angola socialista. O imperialismo americano, como se sabe, abandonou a máscara hipócrita do "envolvimento construtivo" na África Austral, para passar a apoiar abertamente a UNITA; implicitamente, as posições agressivas do governo racista de Pretória. A "componente portuguesa" vai ter novas missões para cumprir. Não já através da dupla moderada Melo Antunes/Arménio Ferreira, ultrapassada pelas medidas saneadoras de José Eduardo dos Santos, mas contando já com o presidente Soares e o governo Cavaco para, em perfeita sintonia, tentarem derrubar a direcção do MPLA saída do último Congresso. A recentíssima nomeação para director dos serviços de informação portugueses, de um especialista da contra-informação da província de Angola (antes do 25 de Abril), é um primeiro e claro indício.

Na iminência de combates decisivos para o futuro da RPA, a luta de classes em Angola - embora refletida na composição nas estruturas representativas do MPLA - obedece a uma sumária "lógica das barricadas" (na expressão feliz de Manuel Monteiro, no anterior número da Versus). Isto é, uma demarcação nítida dos campos: de um lado, os revolucionários; do outro, os contra-revolucionários. Na hora de falarem as armas, não há lugar para os indecisos, os ambíguos, os terço-viários, os tópidos. Os eternos negociadores de compromissos.

A nova correlação de forças em Angola, com o poder nas mãos dos (mais) revolucionários, garante as melhores condições para o triunfo: sobre a reacção inter-

na; sobre os bandos mercenários da UNITA; sobre os racistas sul-africanos. Finalmente, sobre o imperialismo. Para o avanço e consolidação da revolução em toda a região da África Austral.

- in VERSUS nº 24 - Março 86

DESBRAVANDO REVOLUÇÕES INTERDITAS - II

"L'Afrique Noire est mal partie", é o título da edição original do livro de René Dumont, publicado em França, no ano de 1962. O autor era já nessa altura considerado um dos maiores especialistas mundiais no domínio da agricultura tropical, e no da economia agrária das regiões subdesenvolvidas. Tinha já numerosa obra publicada, pronunciava conferências e dirigia colóquios, não só em França mas também em países tão diversos como o Chile e a China. Era consultado regularmente pelos governos das nações africanas recém-independentes. Estivera em Madagascar, em 1958; Guiné, em 1959; Costa do Marfim, em 1960, e de novo em 1961; etc.

O livro de René Dumont vai servir-nos de roteiro nesta IV Parte da presente série. Por uma excelente razão, ao que me parece. Ele foi - inevitavelmente - lido, analisado, discutido, pelos dirigentes do MPLA,

da FRELIMO, e dos outros movimentos de libertação. Estava-se em 1962. Quase todos os responsáveis, e milhares de militantes das organizações que lutavam contra o regime colonial português, estiveram na Argélia, ou por lá passaram, em missões diplomáticas ou de treino militar. Os pontos de vista de René Dumont, as suas recomendações e críticas, devem (tinham obrigação de) ter-lhes facultado grandes ensinamentos. No mínimo, preveni-los em relação aos erros mais grosseiros já cometidos pelos náveis governos africanos, de modo a evitar a sua repetição nos futuros estados por cuja direcção estavam lutando. E no entanto...

Mas deixemos as considerações surgirem à medida que procedemos à recensão da obra de René Dumont. Um dos primeiros capítulos é subordinado ao tema: "Nem sempre a Independência é a Descolonização"; fazendo lembrar a conclusão desalentada, expressa por Albert Memmi em 1968, e por nós citada na III Parte desta série (Versus nº 19): "O colonizado sobrevive muito tempo após a descolonização".

É certo que ambos os autores tinham mais presente no espírito, o processo descolonizador empreendido pela França. Excepto no que respeita à Argélia, o acesso à independência das ex-colónias portuguesas, foi diferente; conforme nunca se esquecem de frizar os respectivos dirigentes (desde 1974), distinguindo entre a independência conquistada de armas na mão, e a outorgada pelo potência colonial. Mas existindo essa diferença - como de facto existe - menos se compreende que em Angola, Moçambique, e também Guiné, se tenha verificado o mesmo fenómeno de alienação nos revolucionários ora independentes, face aos valores coloniais/burgueses.

René Dumont, na linguagem incisiva (sem papas na língua) que lhe é habitual, escreve que a casta privilegiada dos ministros, deputados e funcionários administrativos dos novos países africanos equivale a uma moderna versão da corte de Luis XIV: pela mentalidade parasitária que ostentam, e produtividade quase nula. Fala da multiplicação das viaturas oficiais como sinais de prestígio, das moradias sumptuosas, das escoltas de motos, dos palácios que os chefes de estado acham indispensáveis, do fausto das recepções "à europeia", da ambição desmedida dos funcionários subalternos promovidos repentinamente após a saída dos quadros coloniais; das exigências dos jovens com formação escolar europeia; do nepotismo, tribalismo e amiguismo; etc., etc.. Citando: **"Assim se cria em África uma 'burguesia' (entre aspas no original) de um tipo novo, que Karl Marx não poderia ter previsto, uma burguesia de funcionalismo público. Talvez ela nos venha ainda fazer recordar com saudades a velha burguesia da Europa, à qual tantas censuras dirigimos"**. Na última alínea desse Capítulo VI aborda o tema da corrupção, "obstáculo ao desenvolvimento". E não hesita em concretizar: "Depois da independência, a corrupção, parece ter tomado em certos países, nomeadamente, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Daomé, proporções assustadoras". Tudo isto, mais ou menos, tem acontecido em Angola e Moçambique, desde as respectivas independências, em 1975. Treze anos após os avisos lançados por René Dumont, Albert Memmi, Franz Fanon; e inúmeros outros nos anos seguintes. Poder-se-à encolher os ombros, e encarar aquelas manifestações como inevitáveis "doenças infantis da independência". Todavia tal atitude céptica, torna-se particularmente dolorosa - senão mesmo

ilegítima - nos casos de Angola e Moçambique; países que escolheram a via do socialismo, dirigidos por movimentos revolucionários com provas dadas; e - voltamos a sublinhar - beneficiando de vasta experiência acumulada no decénio de independências africanas. O MPLA e a FRELIMO (e o PAIGC) sempre dispuseram, desde o período da luta armada (e pós-independência) de numerosos quadros com apreciável preparação intelectual; os quais não podiam (podem) alegar ignorância relativamente ao que ia sendo publicado e debatido sobre a evolução registada nos novos países africanos de expressão oficial francesa ou inglesa. Para só referir os dirigentes mais destacados, lembremos, no MPLA, os nomes de Agostinho Neto, Lúcio Lara, Iko Carreira, Paulo Jorge; na FRELIMO, (admitindo que Samora Machel não é homem de muitas leituras), estavam Marcelino dos Santos, Oscar Monteiro, Jorge Rebelo, Jacinto Veloso, Mário Machungo, etc.. Doutores não faltavam nas duas organizações, a quem não escaparia o livro de René Dumont: para não citar centenas de nomes de gente menos conhecida, mas também com prolongada escolaridade - e decorrentes obrigações intelectuais. Nestas condições, o mínimo que se pode dizer, é não existir suporte objectivo para a piedosa desculpabilização com que a esquerda lusitana pretende encobrir as fraquezas da acção governativa - quer do MPLA, quer da FRELIMO. De facto, não há cabimento (não há saco, na expressiva fórmula brasileira) para pseudo-explicações do género, "as revoluções são mesmo assim, com avanços e recuos", "toda a gente comete erros", "coitado do dirigente X ou Y; ele nem sabe o que se passa". As razões são de natureza bem diferente, consoante ensinam Marx e Lenine; não têm nada a ver com pseudo-explicações desculpabilizan-

tes. Aliás, é um sinal claro do estado a que chegou o pensamento da esquerda em Portugal, não apenas nos partidos políticos, que seja esse tipo de imbecilidades o que mais se encontra no comentário de análise sobre a evolução da independência em Angola e Moçambique.

No final da 1ª Parte do seu livro - são sete capítulos, dedicados a uma espécie de balanço da situação em África, até à data - René Dumont revela-se muito desanimado com os magros resultados da sua evangelização. Acaba por depositar as suas esperanças, **"no núcleo duro e puro, suficientemente forte para eliminar os corrompidos, suficientemente dedicado ao interesse geral e ao futuro do continente, para se consagrar de corpo e alma, dando o exemplo de uma certa austeridade"**. Não fala em partidos revolucionários; ele próprio não é revolucionário, nem sequer marxista teórico. É um técnico competente e honesto, um estudioso devotado ansiando por se tornar útil numa perspectiva humanista. Mais curiosa assim se torna a sua "esperança"; e igualmente curioso seria conhecermos a sua opinião agora. Esteve em Portugal em Fevereiro de 1982. Pronunciou uma conferência no Laboratório de Engenharia Civil que praticamente não teve eco. Não poupou críticas "aos ladrões que estão no poder no ocidente". Não consta que tenha condenado, em especial, as soluções económicas angolanas e moçambicanas. A assistência também não o obrigou a definir-se, quanto a esses pontos.

Nos seis capítulos seguintes que constituem a 2ª Parte de "A África Começa Mal" (edição portuguesa da Dom Quixote, 1965), apresenta as suas propostas concretas de desenvolvimento, aplicáveis à situação económica africana. Mostra a sua preferência pela planificação;

prioridade agrícola e industrial, nas suas próprias palavras. Um socialismo africano: ou, como melhor diz, uma economia pré-socialista. Dirigida, essencialmente, à satisfação das necessidades mais urgentes das grandes massas populares. E logo aqui aproveita para criticar a importação de bens de consumo supérfluos (automóveis, etc.) que a casta privilegiada reserva para si. Tem a clarividência de comentar: **"A prioridade dada somente à agricultura é uma atitude tipicamente reaccionária"**. Propondo muitas iniciativas de "pequena industria" como alfaias agrícolas, transformação de alimentos e aproveitamento de produtos da terra, tecelagem, olaria, etc. Sublinhando, constantemente, não ser necessária tecnologia avançada, ou unidades de grande porte; pelo contrário, segundo recomenda, com grande cópia de exemplos recolhidos um pouco por todo o mundo.

Vê-se portanto, que esta 2ª Parte do livro de René Dumont tem um carácter predominantemente técnico. Apesar do autor avisar contra os desvios tecnocráticos e de saber reconhecer que **"é impossível elaborar um plano económico apolítico"**. Mas talvez seja exactamente por essa razão que as sensatas recomendações técnicas de René Dumont caíram em cesto roto. Em qualquer caso, causa uma certa perplexidade verificar que, passados mais de vinte anos, os mesmos erros (ou outros muito semelhantes) continuam sendo praticados em África; até em países dirigidos por partidos revolucionários, como é o caso de Angola, Moçambique e Guiné. Pois a verdade é que há soluções técnicas, regras de gestão, avaliações de simples bom-senso, respeito pela experiência alheia, etc., que são válidas dentro de qualquer perspectiva política, seja ela pró-capitalista ou pró-socialista.

Isto é líquido, nem o mais faccioso contestará.

A lista completa das decisões absurdas, ou simplesmente erradas, tomadas pelo MPLA, FRELIMO e PAIGC em matéria económico-política, deve ser muito difícil de estabelecer. Só as mais clamorosas deram lugar a algum comentário crítico que ultrapassou as respectivas fronteiras. A grande maioria ficou sepultada (e continua) na burocracia dos vários departamentos governamentais e partidários. Observadores externos qualificados - nomeadamente portugueses - têm visitado África com frequência; mas nenhuma obra desassomburada, do tipo da de René Dumont, foi ainda produzida. (Quanto aos intelectuais lusitanos, de esquerda e direita, a sua normal "distanciamento" é de 50 anos; a essa típica cobardia já me tenho referido múltiplas vezes).

Todavia, para poder articular o raciocínio que estamos desenvolvendo neste escrito, teremos de fazer referência a alguns episódios que demonstram nada terem aprendido com os erros das outras independências africanas, os letrados dirigentes "marxistas-leninistas" dos países de expressão oficial portuguesa.

"Cumeré tornou-se um símbolo dos erros da política económica cometidos no tempo de Luis Cabral", escreve Mário Murteira, um dos raros especialistas portugueses que diz qualquer coisa (sempre de excelente qualidade) sobre as revoluções interditas africanas. Era para ser um complexo agro-industrial de dimensões grandiosas à escala da Guiné-Bissau. Nunca chegou a entrar em funcionamento. Os seus modernos equipamentos apodrecem no mato, **"como um monumento dedicado ao deus do progresso técnico. Materializado na importação e transferência indiscriminada de tecnologias avançadas, supostamen-**

te portadoras miraculosas de todos os benefícios da civilização industrial". Mais escreve Mário Murteira, castigando severamente as decisões deste tipo, os vícios e mitos que ocultam. E já que estamos acompanhando René Dumont, é saboroso ouvir a sua opinião sobre o complexo do Cumeré, (conforme relata Mário Murteira): consultado pelo governo de Nino Vieira sobre o aproveitamento dado ao projecto, respondeu que a solução menos custosa, seria a de ordenar às forças armadas que o arrasassem. Apareceram diversos outros Cumerés nas Repúblicas Populares de Angola e Moçambique. Principalmente nesta última, nos cinco anos de alegre despreocupação e sonhos altos que se seguiram à independência. Talvez o mais representativo tenha sido o projecto do Vale do Limpopo. Por si só, na visão entusiástica de Samora Machel e da Frelimo, resolveria todas as necessidades alimentares de Moçambique; poderia mesmo vir a ser o "celeiro de África"! Mas, em 1980 já lá estavam a apodrecer centenas de tractores e toneladas de outro material pesado; as milagrosas plantações de arroz produziram erva em lugar de grão; a barragem de Massingir, destinada (com outra no Rio dos Elefantes, cuja construção nem chegou a ser iniciada) à regularização do caudal de água, continua precisando de obras complementares; etc. Uma fábrica de vidros, dimensionada para exportação. De garrafas! Visto que uma produção semanal cobriria todas as necessidades do país. O tremendo fracasso das aldeias comunitárias; e de muitos outros projectos grandiosos no domínio da agricultura. Ou simplesmente patetas; como a plantação de vinha para a produção de vinho moçambicano; a exportação de madeiras exóticas, para fabrico de mobiliário europeu moderno. Etc.,Etc.. Em Angola, a eclosão da guerra impediu o lan-

çamento dos projectos megalómanos. Que não faltavam. Desde novas barragens a computadores gigantesco. Mas aqui foi pela via das extravagâncias compradoras que a falta de senso mais se manifestou... O dinheiro do petróleo fez perder a cabeça a muitos responsáveis do MPLA. Meses após a independência, o próprio presidente Agostinho Neto fazia à Volvo (através de Pierr Schorr, adjunto de Olof Palme) a maior encomenda individual da história da fábrica sueca: mil camiões pesados, com parque de peças e assistência. A autonomia de compras dos dirigentes passou a ser uma prerrogativa de poder. Um verdadeiro convite à corrupção.

Seriam indispensáveis centenas de estudos, monografias e contribuições sobre a problemática do desenvolvimento (chamemos-lhe isso) nas Repúblicas Populares de Angola, Moçambique e Guiné, para se poder alicerçar uma crítica mais cerrada, e formar uma opinião mais polifacetada. Mas esses trabalhos não existem, (ou se existem, estão guardados na gaveta, de acordo com a original tradição lusa). O autor destas linhas esteve vivendo (exilado) em Angola (1976-77) e Moçambique (1978-79). Circulavam as mais fantásticas histórias/anedotas relativas ao sector económico, sobre a utopia dos planos, o desperdício e a incompetência generalizadas, a inviabilidade de pôr em funcionamento o mínimo projecto devido a carências humanas e materiais. Creio que quase todas essas histórias e as que se seguiram, até ao presente - permanecem por documentar. Por exemplo, o caso do Vale do Limpopo, que atrás menciono.

Nuvens de cooperantes portugueses e de diferentes nacionalidades, alguns de alta qualificação técnico-científica, caíram sobre a África lusófona, qual praga

de gafanhotos, nos dez anos transactos; missões e comissões oficiais, míriades de organizações internacionais. Devem, portanto, existir milhares de relatórios. Pouco disso consta, devidamente publicado e documentado. Conversas de café, recordações avulso, parece ser tudo o que se apura da gigantesca operação "cooperação". Gigantesco falhanço que todos ocultam porque convém ocultar: sempre há mais uma viajenzita em perspectiva. Mas no qual as responsabilidades estão bem repartidas: não pertencem apenas aos dirigentes políticos e entidades governamentais dos novos países.

Neste ponto voltamos a compulsar o roteiro "A África começa mal". A terceira e quarta parte do livro. Em 1962, René Dumont ainda não estava perante o desastre colossal em que se converteu a cooperação. Internacional e internacionalista. Mas já possuía elementos suficientes para suspeitar. Coloca algumas questões onde transparece o mais completo cepticismo. Uma delas (Cap. XVII; ponto 5) ainda hoje pertinente: Há estudantes africanos realmente revolucionários?, surge-lhe a propósito dos contactos que manteve com a Federação dos Estudantes da África Negra em França: organização que se declarava revolucionária, resolutamente alinhada no campo anti-imperialista e socialista. Os ultra-radicais daquele tempo (e de agora), maximalistas no plano teórico, mas que - quanto a eles - se consideravam os próximos futuros dirigentes dos respectivos socialismos horrorizaram René Dumont. A triste realidade, é que vinte anos passados, as mesmas ambições enlouquecem os estudantes de Angola e Moçambique enviados para o estrangeiro. Mesmo para Cuba, ou para a URSS. E são já muitos milhares os que regressaram. A tal momentosa questão da carência de

quadros, está recebendo uma resposta paradoxal: quantos mais quadros, pior para a revolução. O papel dos dirigentes também neste ponto não é dos mais inocentes. O filho de Agostinho Neto (para só citar este caso entre centenas) foi para a Roménia tirar o curso de engenheiro de petróle-
leos. Logo por acaso, a profissão mais altamente remunerada na RPA. (E não só, e não só).

Sobre socialismo (e democracia) em Africa, René Dumont tem a dizer - e teria sido bom que se tivesse ouvido - que exigem mais moralidade que capitalismo e fascismo. Considera - com justa razão - que a corrupção reinante na Guiné socialista de Sékou Touré, era exactamente da mesma natureza da que reinava na Costa do Marfim capitalista de Houphouet Boigny.

Sobre o papel dos cooperantes franceses, e dos conselheiros socialistas, René Dumont também não mastiga os avisos. E ele ainda não tinha visto a praga dos tecnocratas das agências especializadas da ONU: falsos missionários ganhando milhares de dólares, verdadeiros senhores neo-colonialistas. A obra de René Dumont, pelo simples facto de estar ao dispôr de todos os interessados nos assuntos africanos desde a década de 60, estabelece a inescapável responsabilidade dos dirigentes e partidos - designadamente, os que agitam as bandeiras do marxismo-leninismo. A desculpabilizante esquerda portuguesa dirá, desolada, que há muitas razões que os desculpam. Pois haverá. Mas os responsáveis devem ser responsabilizados. E uma lei mínima da ordem social. E revolucionária.

Por outro lado, as responsabilidades que cabem à "herança colonial" - quer no aspecto da estrutura económica deixada no terreno, quer no de modelos ideológi-

cos, mentais e culturais - carecem, para os casos de Angola e Moçambique, de um estudo mais aprofundado (e minucioso) do que aquele que figura nas páginas de "L'Afrique Noire est mal partie". Porque as experiências se multiplicaram e diversificaram; porque o que está em jogo nessas duas repúblicas populares de opção marxista-leninista é algo de muitíssimo mais importante para o futuro do continente e do socialismo, do que aquilo que sucedia no Mali ou nos Camarões, em 1962. Embora nessa data, René Dumont tenha já escrito: "A situação geral (no continente) não é brilhante, mas fomos nós que levámos os africanos ao impasse onde agora se encontram". E ainda: "O maior receio, e a razão essencial deste livro, é que (os países independentes) prolonguem os erros da colonização". Eu creio que é isto que tem feito a cooperação portuguesa (e a maior parte da internacional e internacionalista) no que respeita a Angola, Moçambique e às outras ex-colónias. Prolongar os erros - o conceito de desenvolvimento - europeu/coloniais. Uma vez com intuítos de exploração neo-colonialista; outras, em nome dos ideais da coletivização. Têm estado em Africa, sem dúvida, muitos cooperantes bem-intencionados, não apenas preocupados com a transferência dos honorários e em comer camarão; mas poucos, muito poucos mesmo, minimamente esclarecidos e sem preconceitos. Talvez seja (fosse) injustificado pedir a técnicos contratados para desempenhar funções específicas por um período mais ou menos limitado que, também, mostrassem compreender os problemas do subdesenvolvimento, e as contradições de um processo pré-socialista. Contudo, destruindo a ideia de um hipotético alheamento político, permanece o facto de que todos e cada um dos cooperantes portugueses transportaram

consigo (transportam) as suas opções político-ideológico-partidárias, frequentemente a sua militância. De que maneira! Trata-se mesmo de um fenómeno sui generis, de que René Dumont não poderia fazer a menor ideia. A exportação da (falhada) revolução portuguesa, da luta de classes que aqui teve lugar, para os novos países independentes, nomeadamente Angola e Moçambique. Se anotarmos, por exemplo, que os chamados esquerdistas portugueses (os ultra-radicais que tanto horrorizavam René Dumont) tiveram, efectivamente, uma influência extraordinária dentro dos aparelhos do MPLA e da FRELIMO, poderá o leitor aperceber-se que a questão da atribuição de responsabilidades é mais complexa do que à primeira vista podia parecer, e do enorme interesse que terá uma pesquisa por esta via. Alguma coisa tentaremos, em próximo artigo, nessa direcção.

- in VERSUS nº 26 - Maio 86

SAMORA MACHEL ASSASSINADO

*Com amigos como os que tinha,
não teria sido preciso o crime boer para ficar
(politicamente) liquidado.*

Poder-se-á objectar que Samora Machel morto não escolheu a matilha de jacarés que chorou lágrimas hipócritas ao redor do seu caixão. Que a canalha burguesa é especialista em enterros; em precipitar-se, qual bando de abutres, sobre a herança prestigiosa de qualquer homem de valor.

Infelizmente - para nossa tranquilidade de espírito - o falecido presidente proclamava-se, alto e bom som, amigo de peito de alguns dos crocodilos que o foram prantear.

E impossível esquecer o facto: até porque os meios de informação se encarregaram de o repetir

vezes sem conta durante o velório. E assim fomos obrigados a recordar as exuberâncias amistosas do presidente Samora para com o menino Chiquinho Balsemão e a menina Mercedes, ambos da Quinta da Marinha-Cascais; para com o golpista Eanes e dona Manuela, filha do conhecido pido Neto Portugal; para com o general fascista Sousa Meneses, vice do Kaúlza; para com o sabotador Almeida Santos; para com o pluralista Soares, também enormíssimo amigo do Reagan, Carlucci & Cia; etc, etc. Na verdade, entre o magote das carpideiras lusitanas seria difícil conceber qualquer afinidade sincera com o revolucionário Samora Machel; e, muito menos, um único simpatizante com a opção marxista-leninista da Frelimo.

De facto, já do antecedente causavam uma certa perturbação as manifestações prodigalizadas pelo líder moçambicano em relação à direita portuguesa e aos vigaristas da social-democracia. A VERSUS, bastante antes do desaparecimento criminoso de Samora Machel, tinha vindo a analisar os desvios de rumo que se acentuavam na direcção da República Popular de Moçambique. Em particular no nosso nº 17 (25/6/85), a propósito do 10º aniversário da independência, comentava-se "a crescente influência da ideologia pequeno-burguesa e dos seus portadores no seio da Frelimo".

Entre as vítimas do derrubamento do avião presidencial encontrava-se Aquino de Bragança, o principal inspirador da inflexão de rumo que se verifica na Frelimo, designadamente a partir do III Congresso realizado em Abril de 1983 e que conduziu a N'Komati e à "abertura ao ocidente". Na realidade, Aquino era o ideólogo da corrente pequeno-burguesa - dita moderada, na terminologia contra revolucionária -, e o seu manobrador nº 1 devido

ao favoritismo que lhe era concedido pelo presidente da Frelimo. Era ele, efectivamente, quem possuía afinidades várias com os Balsemões, os Soares, Eanes, Melo Antunes, Almeida Santos, e com todos aqueles que se perfilassem como anti-comunistas no horizonte político da qualquer país. muitos o acusavam de ser agente da reacção internacional; mais ou menos ligado aos serviços secretos franceses. Quanto a mim, não seria esse o caso. Nem era necessário. Aquino de Bragança era sinceramente anti-soviético, admirador convicto da ordem burguesa, adepto da qualidade de vida. Aliás, não fazia grande segredo da sua posição. Um produto psicoideológico complexo (complexado), mas não raro; nascido numa sociedade de castas (indo-goês, não brâmane), emigrado económico numa sociedade colonial (funcionário subalterno dos Caminhos de Ferro da Beira). Como todos os grandes manobreadores/intriguistas (eminências pardas ou super-espiões), nem ele próprio saberia ao certo se estava a dirigir os acontecimentos, ou se estaria sendo usado. Um ponto é seguro: era escutado, e tinha a confiança do presidente. Aquino de Bragança estava agora empenhado - com encontro marcado em Pretória e aprovação do Buró Político da Frelimo - em relançar o acordo de N'Komati. Foi morto pelos parceiros do combinado diálogo, de nada lhe valendo - nem ao presidente Samora - a disposição pragmática de negociar com o inimigo.

As ilusões pagam-se caro, poderíamos sentenciar. Trata-se de mais uma lição sobre os perigos, as armadilhas que espreitam o caminho de uma política de apaziguamento. Questão clássica que merece aqui novo relance. Em resumo, qual a eficácia - até mesmo a genuinidade - de uma estratégia desse tipo.

Vamos conceder, para efeitos de argumento, que a tese é genuína (não esconde a capitulação), e ditada por puras razões de lógica. No caso de Moçambique, os partidários do apaziguamento (os pragmáticos, ou moderados, do elogio reaccionário) argumentarão com a fatalidade geográfica, a geo-estratégia, o atraso e dependência económica herdados da época colonial; enfim, com a desfavorável correlação de forças. E mais: com a existência dos bandos da Renamo (cada vez mais fortes, apesar do apaziguamento), o falhanço das experiências comunais; talvez até com a incompetência e a corrupção generalizadas. Para concluírem que a solução lógica - a única saída possível - passa por um qualquer entendimento com o poderoso vizinho. Sucede, neste caso, qua a natureza naziracista do regime de Pretória não deixa margem para nenhuma ilusão. Na memória dos povos ainda não se apagou a lembrança de Hitler; e a dos ingénuos que pensaram que era possível apaziguar a besta nazi através do acordo de Munique, ou do Pacto germano-soviético. Os dirigentes moçambicanos não podem ignorar estas lições da história; como também não podem ignorar os exemplos de povos, como Cuba, Vietnam, Angola, Nicarágua, que decidiram o seu rumo ao arrepio da lógica pragmática. A Frelimo, depois do III Congresso de 1983, adoptou a tática do apaziguamento em relação à república da África do Sul, dentro de uma estratégia global de "abertura ao Ocidente"; eufemismo que, na verdade, implica o abandono do projecto revolucionário/socialista. (Até Bulhosa e Oppenheimer foram convidados a investir em Moçambique!). A esta primeira hipoteca da opção marxista-leninista (aprovada no II Congresso de Fevereiro de 1977), outras se seguiram; sem que Moçambique nada recebesse em

troca, a não ser novas ameaças e a exigência de maiores e mais drásticas cedências. Aqui sim, funciona uma lógica: a lógica da chantagem. A pequena-burguesia capitulacionista que cercava Samora Machel conduziu-o, carregado de ilusões, ao encontro da morte, em local situado a dois passos de N'Komati. Af pereceu também Aquino de Bragança, o principal arquitecto da estratégia do apaziguamento. A História nem sempre se limita a ser irónica.

Não pode haver a mínima dúvida que o presidente da RPM e os seus acompanhantes foram vítimas de um atentado criminoso perpetrado pela República da África do Sul (RAS). Sendo irrelevante, para efeitos de imputação de responsabilidades (políticas e criminais), que tenham sido elementos da Renamo a accionar o mecanismo que derrubou o avião, que tenha sido do interior do território moçambicano que o ataque foi desferido, que tenha sido a ala militarista boer ou a moderada (!); ou qualquer outro distingo que a casuística burguesa pretenda inventar. Quem cometeu o crime foi a RAS; os criminosos são os seus dirigentes. A matilha de hienas lusitanas logo uivou tratar-se de acidente. Precipitação comprometedora; mesmo suspeita. O mais progressista dos vespertinos portugueses o "Diário de Lisboa", decretava a toda a largura da oitava página, na sua edição de 20 de Outubro: "Samora morreu em acidente de avião". E é isto o melhor que a burguesia democrática cá do sítio gasta em matéria de informação! Daqui para a direita pode-se imaginar o estendal de fantasias e mentiras que foi montado para pré-ilibar os racistas. (Hitler estaria novamente à vontade, com jornalistas deste calibre).

Vejamos, por exemplo, sobre o local da queda do aparelho presidencial. Logo na primeira notficia, trans-

mitida pela rádio portuguesa, o avião tinha caído a nordeste de Moçambique (para se inferir qualquer coisa como a província de Cabo Delgado); a segunda, que tinha sido a 1 600 Kms da fronteira (distância superior à que medeia entre Lusaka e Maputo); depois durante dois a três dias, foi na província sul-africana do Natal (a sul); finalmente, após todos estes desvios (e outros), lá chegou a informação portuguesa a Komatipoort. Que, efectivamente, fica na província do Transvaal, 75 kms a noroeste de Maputo, na estrada para Johanesburg, como toda a gente sabe. É demasiada confusão para alguém acreditar tratar-se só de ignorância!

Sobre a eventual rota seguida pelo Tupolev 134 também as versões propaladas pela informação lusa indicam a clara intenção de baralhar as pistas, beneficiando os presumíveis assassinos. A RTP fez-se campeã da rota pelo litoral, apresentando o diagrama desinformativo (com explosão luminosa e outros requintes manipuladores) durante dias, em todos os telejornais. Ficava por explicar como o avião passou por cima da cidade e do aeroporto e se foi despenhar 60 milhas a noroeste; mas de tais pormenores não curam locutores. Quando essa hipótese absurda teve de ser abandonada, por ter ficado provado que o aparelho utilizara a rota do interior (sempre acompanhado pelos radares sul-africanos), a RTP não emendou a mão. Pelo contrário. Como assim se torna extremamente simples deduzir que o avião presidencial sofreu um qualquer ataque lançado de terra quando entrou no eixo Komatipoort-Moamba-Maputo, logo a (contra) informação lusa assoprou uma tempestade jamais vista para a região. Na realidade, o aeroporto de Mavalane regista uma média de 1 (um) dia de encerramento ao trá-

fego por ano, devido a razões atmosféricas. Uma ligeira inconveniência estatística, que o "Expresso" de 1 de Novembro oculta nos cumulonimbos da sua imaginação pró-racista. Para maior azar, o "Jornal" (da véspera) noticiava que o director dos serviços de meteorologia da RPM distribuiu aos jornalistas fotografias mostrando que o tecto de nuvens sobre a região do Maputo, na altura do acidente, estava acima dos mil metros. Mas nada detém estes nossos briosos órgão de (des)informação, sempre, sempre ao lado da pior reacção mundial. Foi insinuada a inexperiência da tripulação, a tecnologia primitiva do Tupolev 134-A, o esgotamento do combustível, e até - ó pérola da desinformação estampada no conspícuo Diário de Notícias, de 2 de Novembro - o álcool ingerido pelos russos (conhecidos bêbados internacionais). E demais! E preciso não ter vergonha. Jornalistas destes devem ser considerados cúmplices dos assassinos de Samora Machel e dos seus acompanhantes.

Resta apurar como foi abatido o avião presidencial. Quanto a nós, terá sido suficiente um disparo (missil?) lançado antes do avião ter atingido a vertical de Moamba, tendo a estação de lançamento - provavelmente dentro do território moçambicano - recebido indicação das estações de localização (radares?) sul-africanas. Mas as coisas não correram como estava previsto e planeado. O Tupolev não explodiu no ar. Foi atingido nos reactores, ficou sem energia, navegou às cegas durante 5 minutos (a 500 Km/h daria cerca de 40 Km) e foi despenhar-se junto à fronteira, do lado sul-africano, com o piloto soviético tentando ainda uma aterragem de emergência. Escassos 15 minutos decorridos, a polícia racista estava no local, sabendo perfeitamente que se tratava

do avião de Samora Machel. São unânimes as declarações dos sobreviventes.

Foi o pânico em Pretória, nos círculos governamentais. O crime perfeito tinha (mais uma vez) falhado. Não só havia sobreviventes como, além disso, o aparelho fora cair dentro do território sul-africano envolvendo, ipso facto, a responsabilidade das respectivas autoridades. Pode imaginar-se que toda a noite de 19 para 20 (o avião despenhou-se às 21.15h locais, do dia 19 de Outubro) foi gasta em procurar a maneira de descalçar a bota (do Botha). Entretanto, mais polícias iam e vinham rebuscando nos destroços, recolhendo documentos e bagagem da tripulação e passageiros; e sem prestarem assistência aos feridos, nem providenciarem para a sua rápida remoção para unidade hospitalar. Parece demonstrado que só dez horas depois da queda do aparelho - ou seja, às 7 horas da manhã do dia 20 - começaram a entrar os feridos no hospital de Nelspruit. Um jornal sul-africano (o diários *Ilanga* publicado na cidade de Durban) chega a afirmar, citando o testemunho dos habitantes de uma aldeia próxima, que o presidente Samora Machel vivia ainda 4 horas depois da queda do Tupolev. São acusações tremendas, que deviam arrepiar o mais insensível dos pragmáticos; mas que parecem nada afectar a matilha dos grandes amigos portugueses do falecido Samora Machel, dos quais ainda não partiu uma simples palavra de condenação ou de suspeita sobre o papel da RAS. Perguntamo-nos, interdítos, se o governo da RPM e a Frelimo vão continuar a considerar amigos especiais, os Balsemões, os Eanes e toda a restante canalha burguesa que, choradas as lágrimas da praxe, o que querem é garantir boas relações com o imperialismo, nem que para isso seja necessário pactuar com

os assassinos de Pretória e com a sua versão do acontecido.

Na realidade, a atitude das autoridades racistas na sequência imediata da queda do avião presidencial moçambicano, dissipa as últimas dúvidas que pudessem existir sobre a sua culpabilidade no assassinato de Samora Machel. Pode mesmo afirmar-se que reincidiram no seu propósito criminoso, ao absterem-se de prestar assistência médica aos sobreviventes do atentado. Pela mente turva do dirigentes do apartheid passou, de certeza, a ideia de enviar um pelotão de execução para liquidar as testemunhas sobrevividas. O pânico mental provocado pelo não-previsto desfecho do atentado até levou a segurança boer a tentar construir a tese da embriaguês da tripulação soviética. Nesse sentido procuram arrancar declarações aos sobreviventes hospitalizados, durante os dias 20 e 24 (Agência de Informação Moçambicana, transcrita em O Diário de 10/11/86).

Alguma coisa mais - esperemos que tudo - ficará esclarecido quando concluído o inquérito oficial, e as averiguações que os soviéticos levam a efeito. Ou será que a estratégia do apaziguamento vai recomendar que os resultados do inquérito sejam enterrados ao lado do cadáver do fundador da República Popular de Moçambique?

Quais a conseqüências da morte de Samora Machel? Aparentemente, no plano interno e imediato, serão poucas as alterações. Chissano era o lógico sucessor em termos de aparelho partidário e da política seguida. Conforme já declarou publicamente, tenciona prosseguir a orientação traçada pelo desaparecido presidente. A qual tinha como pilares fundamentais - recordemos - a

abertura ao ocidente, no plano interno; a estratégia de apaziguamento na acção contra o inimigo externo. Com efeito, desde o III Congresso de Abril 1983, a revolução, o socialismo, a economia planificada ficaram à espera de melhor oportunidade. Na gaveta, como por cá se diz.

A reacção internacional (portuguesa, americana, etc.) aposta forte em Joaquim Chissano. Quer fazê-lo deslizar rapidamente, pelo plano inclinado das concessões apaziguantes. O Expresso de 8 de Novembro anuncia esperançoso "Provável abertura ao sector privado"; e acrescenta que "Joaquim Chissano introduzirá certamente algumas soluções até agora adiadas". Quem assina este artigo não é um qualquer jornalista do Expresso; Alves Gomes é um jornalista moçambicano (branco), trabalhando muito perto da presidência, em especial para os assuntos respeitantes ao Zimbabwe. O seu pensamento reflete, necessariamente, o de importantes sectores do poder.

As expectativas da reacção internacional apoiam-se em alguns factos. Deve lembrar-se o confronto ideológico ocorrido na Assembleia Popular de Moçambique em Dezembro do ano passado entre, por um lado, Joaquim Chissano, defensor das teses mais liberalizantes e, por outro, Sérgio Vieira e Sebastião Mabote, "Que não seja em nome do FMI ou do Banco Mundial que venham agora cuspir no sangue que derramámos", replicou Sérgio Vieira a uma proposta de Joaquim Chissano (DL, 13 Dez. 85). Nessa Assembleia, aliás, ouviram-se afirmações surpreendentes. Nada menos que Graça Machel e Alberto Chipande declararam alto e bom som que as populações não tinham confiança no governo (ibidem).

Todavia, além da área económica onde Chissano irá prosseguir (ou mesmo acentuar) a política de libera-

lização e de recurso à iniciativa privada, é na área militar, bastante mais sensível, que o novo presidente terá que demonstrar estar à altura das expectativas nele depositadas. Lê-se na mesma colaboração de Alves Gomes para o Expresso, (e noutros comentários da imprensa ocidental) que Sebastião Mabote irá em breve ser substituído no cargo de chefe do estado-maior; simultaneamente seriam substituídos os chefes dos departamentos de operações e informações (os mais importantes); e que Samora Machel se tinha deixado convencer "a deixar cair alguns velhos amigos da **marcha comum**" (sublinhado no artigo original). Ora, em rigor, estas alterações configuram um autêntico golpe de estado interno; na medida em que parte substancial do poder efectivo, numa nação em estado de guerra, está nas mãos das Forças Armadas. Mas não só por isso. Sebastião Mabote, pelo facto de ter frequentado um curso na URSS é, fatalmente, considerado um "homem de Moscovo" pelos meios ocidentais e respectivos serviços de segurança. O seu afastamento, e de outros supostos ou reais pró-soviéticos, constitui, muito provavelmente, uma exigência da política de apaziguamento e de abertura ao ocidente. Afastadas as cúpulas revolucionárias no poder militar, o saneamento estender-se-ia a todo o aparelho de estado, segundo o modelo conhecido, (em Portugal foi o "25 Novembro"). É esta a importância - transcendente - das alterações anunciadas, e que o Ocidente aguarda ver levadas a cabo pelo novo presidente da RPM. O menos que se pode dizer, é que não se trata de tarefa fácil. Samora Machel, com todo o seu prestígio dentro das Forças Armadas, não a conseguiu realizar. E talvez esteja aqui uma das principais razões da sua "condenação à morte". A nova direcção moçambicana

fez constar que o decreto de exoneração de Sebastião Mabote tinha sido assinado por Samora Machel antes da viagem a Lusaka. A trucaagem é evidente; (e, obviamente, ensinada por solícito assessor ocidental); mas reveladora da fraca capacidade de manobra de Chissano no plano interno.

Em principio, para um observador afastado, é difícil conceber a existência dentro da Frelimo, de uma facção revolucionária (ala, corrente, grupo, ou o que se lhe queira chamar) capaz de se opôr com êxito ao resvalamento da política de abertura ao ocidente até às suas últimas (fatais) consequência. (Os fantasmas do Egipto, da Somália, etc., erguem-se no horizonte da nossa memória). Desde que a pequena burguesia conquistou favores de aceitação e os correspondentes lugares chave na burocracia estatal (decididamente, antes de 1983) a máquina tenebrosa da corrupção capitalista tem feito imensos estragos dentro das fileiras da Frelimo, e da sociedade moçambicana em geral; as forças armadas, os próprios organismos de segurança não têm escapado a essa penetração.

Haverá, apesar de tudo, forças suficientes para que os caminhos da Revolução sejam retomados, em Moçambique? (Agora, entenda-se; não daqui a 50 ou a mil anos). Não devemos negar essa possibilidade. Pode mesmo suceder que o desaparecimento de Samora Machel - nas condições em que se verificou - venha a reforçar as posições daqueles que discordavam da estratégia do apaziguamento e da política das cedências pragmáticas. Com efeito, se numa primeira análise o regime do apartheid parece ter alcançado o objectivo pretendido - o vazio da liderança e a instabilidade política interna, sem-

pre beneficiam a contra-revolução -, num segundo tempo, o bárbaro e impiedoso assassinato do líder moçambicano e do seu principal conselheiro, evidencia de forma dramática o falhanço da estratégia adoptada; e as ilusões que a sustentavam.

Falta, para terminar, referir um novo vector em que se apoiava a estratégia de Samora Machel, e dos seus conselheiros especiais Aquino de Bragança, Fernando Honwana e Alves Gomes. Chamemos-lhe vector anglo-saxónico. Resumindo: procurar explorar os conflitos de interesses (com raízes tradicionais) existentes na região, entre o capital sul-africano e o capital inglês. Nessa ordem de ideias, substanciais concessões têm sido oferecidas ao grande patrão da Lonrho (Londres-Rhodesia), o multimilionário Tiny Rowland. A Lonrho dominava a economia da antiga Rodésia; os seus bens não foram nacionalizados pelo governo de Roberto Mugabe. Entre eles figura o oleoduto até ao porto da Beira. A Frelimo concedeu ao consórcio inglês vastas extensões de terra (algumas fazendas com 50 mil hectares), hotéis, minas, exploração do caminho de ferro da Beira, reparação do de Nacala, etc., etc. (Ver artigo no Expresso de 2 de Novembro, pág. VI). Seguiu-se o pedido de auxílio militar inglês; para, em principio, proteger os investimentos, proteger o "corredor da Beira", etc.. Evidentemente uma situação do tipo majestático (como a que existiu antes de Salazar ter nacionalizado as companhias inglesas) pode tornar a registar-se. Assumindo este enorme risco, Samora e a sua equipa de colaboradores pensavam desencorajar os planos ofensivos da RAS. Neste esquema, como se verifica, nenhum papel é atribuído à URSS; país que até ao presente tem suportado todo o esforço de guerra de Moçambique. Desde as

botas dos soldados até à gasolina para os aviões e viaturas, passando por tudo o resto. A exclusão da URSS no planeamento a longo prazo, da defesa da independência de Moçambique, constitui um dado fundamental para esclarecer o sinal das opções.

Por detrás das aparências de uma sucessão sem sobressaltos, uma intensa luta política, de resultados ainda incertos, está em curso na RPM. Na realidade, é o destino da revolução moçambicana que está em jogo: moderados e radicais, insígnias da contra-revolução e da revolução, mau grado eles próprios, e a consciência que tenham do papel que lhes coube no grande drama universal da luta de classes.

- in VERSUS nº 30 Novembro 86

RENÉ DUMONT REAPARECIDO

Dizia Amílcar Cabral. "A pequena burguesia deve suicidar-se, enquanto classe, no dia da revolução".

Ora ela não só não se suicidou, como ficou com o poder.

René Dumont

O semanário Expresso (25/10/86) foi aos arredores de Paris "ressuscitar" René Dumont, hoje com 82 anos ainda activos, preparando novos livros e viagens.

Lembram-se, certamente, os nossos leitores de um artigo anterior (Versus nº 26) no qual René Dumont nos serviu de bordão para continuar "desbravando revoluções interditas", nomeadamente Angola e Moçambique. É possível que o Expresso não leia a Versus; mas também

é possível que o faça.

Na entrevista concedida, o respeitado especialista dos problemas do subdesenvolvimento, sente necessidade de reafirmar - 25 anos depois de ter escrito o seu primeiro livro, "L'Afrique Noire est mal partie" - os mesmos pontos de vista, de assumir idênticas posições críticas, de pronunciar conselhos muito semelhantes.

O que deixa entrever um balanço desapontador: um quarto de século desperdiçado, longo período em que os resultados do desenvolvimento económico africano, mais configuram um retrocesso que um progresso. Uma única menção honrosa é atribuída a Cabo Verde, pequena luz num quadro muito negro. (Ou não se tratasse de África).

Confessa-se social-democrata. Na realidade, René Dumont quer demarcar-se igualmente do que chama (ou é chamado) marxismo - a coletivização nos campos, e do capitalismo saqueador, que continua a odiar. Revela-se um idealista utópico: "Sou partidário de uma civilização que respeite os camponeses, que deixe de os explorar, que os eduque, que os ajude, em lugar de os roubar". As medidas/soluções que preconiza são do mesmo tipo: "Liberar os camponeses, educá-los numa língua africana, pagar um preço justo pelas colheitas, e deixar que eles se organizem de uma maneira autónoma". O governo africano que seguiu mais de perto os seus conselhos foi o da Tanzânia: "Nyerere tinha lido e relido o meu livro, cuja leitura era obrigatória para os seus ministros". Mas, tornando a visitar a Tanzânia em 1979, verifica - segundo ele diz - o desastre da política das aldeias semi-colectivizadas. (Ora a verdade é que a experiência das ujamas - designação tradicional do trabalho agrícola comunal

- respeitou as suas recomendações).

René Dumont é um técnico competente, honesto, sinceramente alarmado com a miséria e a degradação do continente africano, com os erros de orientação económica que parecem não ter fim. Não se podem esperar da sua parte grandes análises teóricas da situação africana em termos de luta de classes. No conjunto da sua obra ele previne, recomenda, acusa, sem preconceitos políticos, e com total desassombro. É este o valor da sua contribuição; digamos, da sua evangelização.

O título do novo tomo de quatrocentas páginas agora publicado, "Pour l'Afrique, j'accuse" parece indicar que René Dumont continua igual a si mesmo... e que o seu evangelho não tem sido escutado. Só dispomos, por enquanto, de uma recensão crítica, incluída na edição de 8 de Novembro de 1986, do semanário "Lutte Ouvrière". Transcrevemos alguns períodos: "O autor mostra como, no sistema actual, a pretensa ajuda proporcionada aos estados africanos conduz, frequentemente, ao agravamento da sua situação. Inúmeros exemplos citados pelo autor testemunham esse facto... Que importância tem, para as empresas multinacionais que estão por detrás de certos organismos de 'ajuda', o destino dos camponeses africanos. O que lhes interessa é vender a sua maquinaria... O dinheiro dos bancos e dos organismos internacionais tem afluido sempre que se trata de obras grandiosas, pois que nestes casos está garantido o seu regresso aos países ricos, sob a forma de encomendas de material. Mas quando se torna necessário irrigar as terras, então já não há capitais disponíveis... E depois há todos esses escândalos que demonstram o desprezo do Ocidente em relação aos pobres da África: as operações humanitárias...

os recitais artísticos de caridade. René Dumont acusa. Acusa os governos franceses... acusa a maioria dos dirigentes africanos de serem corruptos... acusa o Banco Mundial... acusa o FMI... e, como escreve o autor, esta lista não é exaustiva".

Na entrevista do Expresso acima referida, René Dumont é levado a dizer que as experiências do tipo marxista (também) têm redundado em fracasso; que a ajuda soviética é, pura e simplesmente, nula; e ainda, que "o drama mais importante resulta do facto de a URSS fornecer armamento que é vendido muito caro". Ora se os leitores se derem ao trabalho de reler a Versus nº 26, de Maio passado, verificarão que, já no seu primeiro livro, as acusações mais veemente de René Dumont são dirigidas contra os países capitalistas; agora, 25 anos passados, de acordo com a recensão que **Lutte Ouvrière** faz de "Pour l'Afrique, j'accuse", os alvos privilegiados do furor condenatório de René Dumont, continuam sendo os mesmos. Não vale a pena averiguar quais as distorções que o entrevistador do relapso Expresso introduziu no pensamento de René Dumont, através das costumadas contrafacções sintáticas. Interessa sim, aproveitar o ensejo para aclarar alguns aspectos da ajuda internacionalista (dos países socialistas) que são motivo de permanente e grosseira mistificação; e, ao mesmo tempo, ir avançando algum caminho no capítulo da repartição de responsabilidades. Tentaremos fazê-lo na companhia de Marx e Lenine.

Deve começar por reconhecer-se que os países do bloco socialista, com a URSS à cabeça, convertem quase toda a sua acção externa - ajuda internacionalista, neste caso - em assunto reservado, para não dizer secreto. Uma manifestação da estupidez burocrática que domina

o funcionamento dos governos de leste. Está fora do nosso alcance dispor de informação extensa sobre o que vem a publico (é publicado) nos países socialistas a respeito da assistência e ajuda prestada por cada um deles às nações africanas. Alguns relatos individuais, um ou outro episódio exemplar têm aparecido na **Bohemia** cubana, e na **Horizont** da Alemanha Democrática; mais raramente, surgem contribuições avulsas nas publicações editadas em português, tais como Vida Soviética, ou a Revista Militar Soviética. Mas a prova provada da pouca apetência comunista pela divulgação de assuntos africanos, colhe-se na imprensa portuguesa pertencente ao PCP. O **Diário** e o **Avante** limitam-se a transcrever despachos das agências oficiais, e aos editoriais de circunstância. Nada, absolutamente nada, que possa parecer crítico em relação aos regimes e dirigentes africanos que recebem auxílio da União Soviética; e a mesma escrupulosa abstenção relativamente a toda a ajuda internacionalista. Ora este prudente (prudentíssimo) virar as costas ao embate informativo/ideológico oferece ao inimigo imperialista campo livre para espalhar a mais desinibida e grosseira desinformação sobre o papel em África da URSS, de Cuba, da RDA e dos restantes países socialistas que, de qualquer forma, cooperam com governos africanos. Com consequências desastrosas para o prestígio desses países, e do socialismo em geral. Este é um **primeiro ponto** que interessa frizar.

Pois a realidade é que a ajuda internacionalista - embora admitindo o fundamento de muitas críticas e objecções - representa um esforço e um montante gigantescos, seja qual for a unidade de conta em que fôr avaliada. Mas, como avaliar em dólares ou em rublos, a liberta-

ção de toda a Indochina, a salvaguarda de Cuba, a defesa de Angola? Quem é capaz de fazer preço pelas vidas de milhares de internacionalistas cubanos sacrificados em Africa?

A reacção internacional responde às questões desta natureza, acusando a URSS do grande crime de fornecimento de auxilio militar em grande escala aos regimes africanos que lhe são afectos. Com efeito, o principal volume de auxilio soviético pertence a essa categoria. E então? Será motivo para os comunistas pedirem desculpa; ou, pelo contrário, orgulharem-se por estarem a cumprir o primeiro dever da solidariedade internacionalista? Grande crime para opinião de esquerda, e para qualquer observador honesto, é a ajuda bélica americana aos contra-revolucionários na Nicarágua, em El Salvador, etc; é o apoio militar a todos os regimes fascistas e para-fascistas em Africa, e não só; são as toneladas de material de guerra fornecidas a Israel, às mil e uma Arábias, ao Egipto, à Turquia; à Indonésia dos generais assassinos, ao Xá da Pérsia; etc, etc, etc. Da extrema esquerda ml, a situação virá definida lapidarmente: trata-se do confronto entre as duas super-potências; ambas utilizam métodos semelhantes; ambas o que pretendem é dominar o mundo utilizando a força; directamente ou por interpostos governos vassalos, uma é imperialista, outra social-imperialista. Fogo sobre as ambas super-potências.

Pois nós consideramos este raciocínio, no mínimo, mistificador. Tomamos partido a favor da ajuda militar soviética em Africa, designadamente a que tem sido concedida às Repúblicas Populares de Angola e Moçambique; tomamos partido contra o apoio americano aos bandos da Unita e da Renamo, aos racistas de Pretória

e ao Zaire de Mobutu. Além disso, pensamos que os revolucionários em geral, e mesmo os comunistas mais prudentes e inibidos da escola do PCP, devem salientar aberta e publicamente a enorme importância - em termos de solidariedade internacionalista e em termos materiais - da ajuda militar que o campo socialista concede aos países que, na África Austral, lutam contra a agressão imperialista/racista. E este o **segundo ponto** que interessa estabelecer.

A ideia que a desinformação reaccionária pretende veicular ao repetir que o armamento soviético é vendido muito caro, é curiosa. Parece a linguagem de um traficante de armas; implica que há outro armamento mais barato no mercado. O deles, evidentemente. O americano/ocidental, com percentagens na Suíça e outros atraentes bônus. Com lógica pragmática de negociantes, fazem grande escândalo por (alguns) clientes africanos não se abastecerem nas suas tendas. Mais curioso é o facto dessa gritaria de bazar correr mundo... e até entrar nos ouvidos de René Dumont. Mas nós vamos explicar, com a mesma lógica pragmática, o comportamento estranho dos clientes do armamento russo; e, simultaneamente, aclarar uma das maiores mistificações que obscurecem o assunto. O mistério é este: é que a URSS fornece a crédito (político), e a maior parte das vezes, os "clientes" não têm pago nem um tostão do valor material da factura; e, em muitos casos também, nem o preço político. São os caloteiros absolutos, tais como o Egipto, ou a Somália que, de um dia para o outro, fugiram para os braços dos EUA, fazendo um grande manguito ao fornecedor de material (não só de guerra) no valor de muitos biliões de rublos. Eis uma maneira pragmática de liquidar as factu-

ras do muito dispendioso auxilio militar soviético... que afinal saíu à borla. Mas há (tem havido) várias outras modalidades (menos vis) de ficar a dever ao fornecedor socialista. Por exemplo: não ter dinheiro, nem outro meio de pagamento. É o caso de Moçambique; que nunca até hoje deve ter pago uma simples Kalash. Lá voltaremos. Antes, no entanto, recordemos o período das lutas contra o colonialismo. Ninguém, com certeza, imagina que as armas que o MPLA, a Frelimo, ou o PAIGC utilizaram nas suas guerras de libertação, tenham sido fornecidas mediante convénio financeiro. Tratou-se de um crédito (político; de solidariedade internacionalista) aberto pela URSS, pela China, pela Argélia, pela Jugoslávia, etc. Também com certeza, ninguém imagina que os milhares de militantes desses movimentos revolucionários, pagaram propinas pelos cursos e treino que receberam em vários países socialistas. Isto não deve ser difícil de compreender, mesmo pelo mai reaccionário jornalista à Expresso.

Continuando a inventariar os custos financeiros da ajuda militar soviético/socialista poderíamos destacar a gigantesca montanha de facturas - em débito - do Vietnam, Cuba, Síria. Mas fiquemo-nos por Africa. Por Angola, onde um corpo expedicionário cubano com cerca de 30.000 homens defronta o invasor racista, há mais de 10 anos. Será porventura pago pela RPA? A logistica tem sido assegurada pelas autoridades angolanas? As pensões aos inválidos e às viúvas? São perguntas obviamente patetas. Quem suporta o custo humano desta grandiosa operação de solidariedade internacionalista é o povo cubano; quem suporta o custo financeiro é o povo soviético. Mas Angola tem os rendimentos do petróleo, pode pagar, dir-se-à. Sim, paga algumas coisas. O combustível natural-

mente. O funcionamento de infra-estruturas, tais como centros de formação e treino, oficinas de manutenção, redes de comunicação, etc. Talvez algumas assessorias especializadas. E será tudo, quanto ao governo angolano. Isto é, faz um bom negócio, na perspectiva dos críticos pragmáticos. Obtém um substancial desconto. Difícil de calcular, mas muito acima seguramente, das percentagens suíças oferecidas pelos traficantes ocidentais. Ainda podemos observar a questão de um outro (curioso) ângulo. Angola tem divisas, provenientes da exportação de petróleo; e com elas até compra material americano/ocidental. Helicópteros, por exemplo. Que paga, rápida e integralmente. Contrata especialistas estrangeiros ocidentais: aos quais paga, pontualmente, fabulosos vencimentos em dólares. Ora, qual imagina o leitor será a reacção dos combatentes cubanos (cuja mensalidade era da ordem dos mil escudos), ou a dos assessores soviéticos? Um dia, o falecido presidente Agostinho Neto encomendou nos EUA um Boeing especial, porque o Tupolev que os soviéticos mantinham ao seu dispôr não era suficientemente confortável. A história conta que passado pouco tempo estava em cima da secretária do presidente da RPA a factura - esta sim, muito salgada - relativa aos serviços prestados pelo Tupolev presidencial.

Contudo Moçambique constitui o caso mais flagrante. O estado moçambicano está em situação de insolvência financeira. Não se põe a questão de pagar seja que factura fôr, muito menos a ajuda militar. Na verdade, já há anos atrás (por volta de 1979-80) se podiam ouvir determinados responsáveis do sector financeiro da RPM comentando, mais ou menos nos seguintes termos: "As dividas à União Soviética e aos países socialistas não

nos preocupam. Não se paga, e pronto. O pior são as dívidas aos bancos ocidentais. Essas temos que pagá-las." Esta frase traduz uma filosofia, política e até, ideológica. Filosofia que, infelizmente, não se confina a Moçambique. Coexiste, robustíssima, com opções marxistas. Antes de estudarmos este fenómeno com maior profundidade, sublinhemos um **terceiro ponto**: aquela atitude de filosófica despreocupação destrói, definitivamente, a mistificação reaccionária relativa aos altos custos da ajuda soviético/socialista canalizada para os países subdesenvolvidos. Não apenas da ajuda de carácter militar; "não se paga e pronto", é uma receita que tem sido aplicada profusamente a todos os tipos de auxílio internacionalista. Esteja descansado René Dumont (ou o seu ventríloquo): não há (nem houve) drama nenhum em África, para cumprir pagamentos à URSS, ou a outros países socialistas. O drama é outro.

De facto, René Dumont revela conhecer o segredo - a explicação mais profunda - do drama em que se converteu o desenvolvimento económico nos países africanos após a colonização. Na citação que escolhemos para epígrafe do presente artigo, o velho economista - nem tão utópico como o querem fazer parecer, nem tão social-democrata como se confessa - adopta a explicação marxista: a pequena-burguesia, em África, ficou com o poder político. Não desapareceu por artes mágicas, suicidando-se conforme lesejava Amílcar Cabral. Está bem viva, instalada com conforto por todos os recantos de África, esforçando-se (lutando) por obter ainda maiores privilégios e influência.

É certo que o panorama continental não é uniforme, e há países onde "a luta continua". Todavia,

a questão teórica que se põe de imediato é a seguinte: teria sido possível de outra forma? Concretamente, teria sido possível a tomada do poder pela classe operária africana? Questão incómoda, no mínimo. A clássica evasão ao problema será afirmar, com ênfase professoral, que cada caso é um caso, com a sua especificidade própria, etc, etc. Mas nenhuma habilidade argumentativa pode iludir o facto indesmentível da inexistência de classe operária - quer objectiva, quer subjectivamente - em qualquer das nações africanas que alcançaram a independência depois da II Guerra Mundial. Esta realidade, aliás, tem sido enfrentada pelos mais honestos pensadores marxistas contemporâneos. "Só o nosso movimento mundial (trotsquista) resolveu satisfatoriamente este novo problema teórico" diz Darioush Karim a pág. 240 do seu livro "**A Ditadura Revolucionária do Proletariado**", 1979; reconhecendo, com coragem, que "nos últimos 35 anos, tem-se apenas verificado a variante que Trotsky considerava 'altamente improvável'; isto é, foram partidos pequeno-burgueses, ou partidos nacionalistas democráticos que tomaram o poder; e foram esses partidos que romperam politicamente com a burguesia e o imperialismo, e chegaram até à expropriação de todos os exploradores". Com efeito, foi a pequena burguesia (burocrática-estalinista) que tomou o poder na China, na Jugoslávia, Albânia, Vietnam; e a pequena burguesia democrática-nacionalista que passou a dirigir os destinos da Argélia, Guiné, Angola e Moçambique.

Ora a pequena burguesia nacional dirigindo uma revolução operário-camponesa, não constitui somente uma contradição em termos (o que seria o menos); é o exercício do próprio poder que se torna contraditório

a todos os níveis, através de decisões paradoxais (do tipo uma no cravo, outra na ferradura), que deixam perplexo qualquer observador. A esquerda prudente, tipo PCP, faz acto de fé, quer acreditar que tudo há-de acabar por bater certo. (Olhe que não, olhe que não, camarada Alvaro; deve estar lembrado do Prec português). Na realidade, perante a formidável pressão imperialista (militar, económica, ideológica), a correlação de forças no seio desses partidos revolucionários (que fizeram a revolução) tem vindo a favorecer as facções "moderadas" pró-ocidentais. (As contradições dialécticas têm sido superadas.. no sentido negativo).

Entretanto, dentro do contexto temático do presente artigo, importa sobremaneira destacar um **quarto ponto**: grande número dos desastres económicos ocorridos nos países africanos recém-independentes - em particular, nos de opção socialista - são a consequência das contradições políticas existentes na área do poder, e na sociedade em geral. Da luta de classes, em suma. Ou, usando uma óptica inversa, nem todos os erros e projectos absurdos foram (são) o resultado de impreparação técnica, de má avaliação das possibilidades, de megalomania, nem mesmo da corrupção no sentido comum de administração desonesta; talvez que, a maioria das vezes, tenham sido o resultado daquilo que, com prioridade, se pode classificar de sabotagem. Deve entender-se que estamos pondo a descoberto um fenómeno de raiz ideológico-política. Do qual faz parte - é mesmo pedra de toque - a posição atrás referida relacionada com os fornecimentos provindos de países socialistas. Fique claro que não consideramos a intervenção económica e militar em África do bloco dos países comunistas, isenta de erros. Longe disso. Alguns

são de tal modo incrompreensíveis que apetece procurar a explicação em qualquer cretinismo endémico do sistema. Além disso, a rigidez de actuação dos partidos burocráticos do leste europeu cria um tal clima de relacionamento que é fácil ser aproveitado pela contra-revolução interna. Efectivamente, a campanha anti-comunista (anti-soviética, anti-cubana, etc.) em Angola e Moçambique, começa (começou) a nível oficial. Na sua vertente económica, essa campanha conduz à sabotagem (por calúnia, intriga, entraves burocráticos, isolamento, etc.) dos projectos e operações patronizadas pelos países comunistas. O sector das pescas oferece um exemplo tipificador. Em Angola, especialistas cubanos foram inicialmente encarregados da reorganização do sector. O ministro, escolhido por Agostinho Neto, e a equipa ministerial, eram estudantes ou jovens de fresca licenciatura obtida em Lisboa, com simpatia ou mesmo militância em grupos anti-soviéticos do género MRPP. Podem imaginar-se as relações entre os assessores cubanos e o ministério! Pouco mais de um ano durou este casamento, de produção absolutamente estéril. Um contrato de pesca foi entretanto estabelecido com os soviéticos; um quarto das capturas devia ser entregue para consumo local. Era o único peixe que aparecia no mercado. Mas em pouco tempo estava circulando o rumor que os russos roubavam o povo angolano: que só entregavam o peixe pequeno e guardavam para eles as melhores espécies; que até tinham inventado um sistema diabólico que sugava o fundo do mar destruindo as riquezas marítimas angolanas. O contrato nunca mais foi renovado. O sector deixou de funcionar. Actualmente, a Suécia garante a manutenção de uma escola de pesca; e, cremos existirem acordos de pesca com o Japão e empresas capi-

talistas; mas sem obrigação de abastecerem o mercado local. Em Moçambique houve também uma situação paralela no sector das pescas, onde três acordos foram firmados quase simultaneamente: com o Japão (frota em Quelimane), Espanha (frota na Beira) e URSS (Maputo). A frota mais importante e a que praticava a pesca mais selvagem, sem qualquer controlo, era a espanhola. Ninguém, na RPM, a nível oficial, mencionava sequer os termos (suspeitos) do contrato com os espanhóis; mas as críticas não faltavam em relação à pequena frota soviética. Em determinado momento, os navios soviéticos deixaram de aparecer; as traineiras espanholas passaram as vinte unidades, na cidade da Beira era falado mais o espanhol que o português, o camarão que se vende em Espanha é quase todo moçambicano. Dos proventos destes negócios também nunca ninguém ouviu falar. A sabotagem económica é sem sombra de dúvida, em África, uma manifestação da luta ideológica.

Quanto à "cooperação" capitalista - eufemismo muito em voga em Portugal e Ocidentes, para designar meros negócios lucrativos e altos honorários em dólares - o essencial está contido no comentário da *Lutte Ouvrière* transcrito: "A pretensa ajuda proporcionada aos estados africanos conduz, frequentemente, ao agravamento da sua situação". Assim tem sucedido, com efeito, em Angola e Moçambique e noutros estados do continente. A explicação passa também - inevitavelmente pela luta ideológica. Pela luta de classes. A pequena burguesia que, por um lado, declara guerra ao auxílio do campo socialista, por outro, desfaz-se em facilidades para com a "cooperação ocidental". Aliás, são duas faces da mesma moeda; tivemos por cá algo da mesma natureza com os nossos pseudo-

originais revolucionários moderados. Há sempre alguém, nas estruturas do poder (revolucionário) das Repúblicas populares de Angola ou de Moçambique, para prestar ouvido atento e dar seguimento, aos mais absurdos, disparatados e onerosos projectos de desenvolvimento desde que sejam apresentados por capitalistas ou empresas ocidentais. E essa tolerante empatia começa - embora pareça escandaloso afirmá-lo - pelas próprias presidências, burós políticos, e comités centrais. Seria interminável, a lista dos "desastres económicos" imputáveis à tolerância (ideológica) da pequena burguesia africana em relação à "ajuda" ocidental: desde puras vigarices impingidas por (simpatícos) escroques internacionais, até aos empreendimentos megalómanos do tipo Cumuré. Fortuitamente, por coincidências, um ou outro projecto útil será levado a bom termo; particularmente, nos sectores de reparação e manutenção. Modesto crédito parido pela gigantesca montanha da cooperação capitalistas.

Entretanto, a ajuda proporcionada através dos países governados pela burguesia, produz um efeito secundário que, na nossa perspectiva, importa realçar. Constitui um **quinto tópico** de reflexão. O ponto é o seguinte: verifica-se que a presença dos cooperantes - designadamente em Angola e Moçambique - subverte os princípios socialistas de organização da sociedade, desestabilizando as relações de trabalho e, em geral, desmobilizando o conjunto da população. A analogia com os tempos coloniais torna-se evidente: uma minoria de estrangeiros (cerca de 50mil na RPA, e 20 mil na RPM) ostentando elevados níveis de consumo num universo de miséria e fome, ocupando confortáveis postos de administração ou assessoria. Em primeiro lugar, despertam o antagonismo

e a inveja da pequena burguesia nacional que não vê razão nenhuma para que não seja ela própria a usufruir desses privilégios. A facção moderada (contra-revolucionária) extrai dessa situação poderosos argumentos. Em Angola, neste momento (fins de 1986), a pequena burguesia reclama a saída de todos os cooperantes, e que lhe sejam atribuídos os respectivos cargos e inerentes regalias. O MPLA-Partido do Trabalho está apanhado numa tremenda ratoeira. Na verdade, nem quase pode invocar a insubstituível competência dos cooperantes e a excepcional produtividade da sua colaboração, visto que, nas circunstâncias actuais (incluindo a sabotagem e o antagonismo de que são vítimas), os resultados práticos da cooperação são muito pouco visíveis. A cooperação ocidental capitalista revelou-se como sendo uma armadilha reaccionária destinada a preparar o caminho à recolonização económica. Os movimentos nacionalistas africanos, ou mesmo os partidos revolucionários, não a souberam evitar. (Ou não tinham condições para tal). Contar com as próprias forças, teria sido o caminho certo, segundo Marx e Lenine. Pensamos todavia não ser possível repôr a questão nesses termos depois da pequena burguesia ter conquistado o poder.

Além das ajudas provenientes do campo socialista e do chamado mundo capitalista, encontra-se uma variante que se torna indispensável comentar. Trata-se do apoio - supostamente apolítico e gracioso - pelas organizações internacionais: ONU, e suas infinitas agências; CEE, idem; fundações, movimentos de socorro a calamidades; etc. Relativamente à perspectiva de análise em que nos situamos, essa variante pertence à mesma categoria que a ajuda capitalista; visto que; produz - a

agrava - os efeitos desestabilizadores gerados pela "cooperação ocidental". Os cooperantes da FAO, da OMS, da AID, do Banco Mundial, etc, etc, constituem a elite das elites. Vivem como uns príncipes, num universo de miséria e carências. Recebem honorários fabulosos em dólares, provocando a inveja, não só da pequena burguesia local mas também a dos outros cooperantes. Estabelecem padrões de consumo altíssimos, são os neo-colonos milionários... em países socialistas! Para não gastar mais tinta com tão nefasta caridade internacional, fiquemos com um exemplo típico. Uma qualquer agência da ONU ofereceu a Moçambique um técnico especialista em sanidade rural. Supostamente, sem dispêndio algum para o país beneficiado. Saiu um indonésio, sobrinho ou protegido de um general fascista. Exigiu instalação, viatura, secretária geitosa, mais diverso equipamento para os seus grandiosos trabalhos. A generosa oferta da ONU estava a custar caro. Empestava os serviços oficiais com pedidos de informação e requisições de toda a espécie, em especial viagens aéreas por todo o território. E sabem os leitores qual era o transcendente magistério desse técnico internacional? Ensinar a construir latrinas rurais. (Essas mesmo, as da tropa, um buraco no chão, desinfectante e lona à volta). Por lá andou mais de um ano. Em Angola (afinal vai um segundo caso típico) o responsável pelo sector da agricultura de uma provincia (Kuanza-Sul) prestes a endoidecer devido à chusma de cooperantes que o queriam "ajudar", acabou por abandonar o posto. (E o país). Eram coreanos, italianos, búlgaros, prospectores de empresas ocidentais, comissões e mais comissões de todo o mundo, que o governo do MPLA despejava para o Kuanza-Sul onde a estrutura agrícola parecia funcionar. Os

coreanos, uma equipa de sete ou oito capitaneados por um interprete, estavam logo pela manhã à porta da residência do responsável angolano, trotavam (literalmente) ao lado do jipe que o conduzia à sede do serviço, e acocoravam-se à volta da sua mesa de trabalho aguardando ordens. Queriam ensinar a plantar arroz. Era essa a missão recebida do camarada Kim-il-Sung. Mas não havia nenhum plano para isso, nem terras adequadas disponíveis. Acabaram por ir fazer experiências em talhões dos jardins municipais. Os búlgaros queriam recolher informações. Tudo servia, vasculhavam por todos os cantos. Os italianos apresentavam projectos gigantescos. Etc, etc. Todos tinham exigências logísticas, absolutamente impossíveis de satisfazer. O responsável, suplicou vezes sem conta ao governo central para que lhe levassem os cooperantes, todos, para que, finalmente, pudesse trabalhar. Como acima se disse teve, ele próprio que fugir. São contos kafkianos, sem dúvida. Dois apenas, entre centenas, ou mesmo milhares.

Mas não tem havido cooperação simultaneamente útil e desinteressada, perguntará nesta altura o leitor, apavorado (e um tanto incrédulo) com o panorama que fica esboçado. Sim, tem havido alguma coisa. Casos individuais, projectos isolados. Principalmente no campo da saúde, educação, uma ou outra assessoria técnica. Jovens dedicados - abnegados mesmo - do norte da Europa, holandeses, ingleses, suecos encaminhados por organizações cristãs e comunistas. O PC inglês por exemplo enviou dezenas de cooperantes no quadro da operação Magic. Os cubanos não devem ser esquecidos (além dos militares). Gente que aceita sem pestanejar os lugares de maior sacrificio pessoal, no interior, chegando a passar

fome juntamente com as populações. Idealistas, quase missionários. Merecem todo o respeito. São praticamente ignorados - senão mesmo desprezados pela canalha pequeno burguesa que domina grande parte do aparelho do MPLA e da Frelimo. (Não houve uma simples referência aos dois médicos cubanos e à tripulação soviética que morreram juntamente com Samora Machel).

Ora para terminar o presente apontamento, torna-se indispensável deixar sublinhado como um **sexto pontouma** outra variante da cooperação; a qual, exactamente, correlaciona (entrelaça) a pequena burguesia africana no poder (ou em vias de acesso) com a pequena burguesia ocidental de militância política, isto é, os radicais esquerdistas, tipo m-l & Cia, adoradores do modelo chinês (do antes e do agora) ex-MRPP, ex-LUAR, ex-isto e ex-aquilo; mas como denominador comum: um furioso anti-sovietismo. (Na verdade, um recalcado ódio anti-comunista). A maioria possuindo dois passaportes; estudantes negros, brancos ou mestiços, nascidos em África frequentando escolas na Europa. Com o anúncio das independências, levantaram vô de Portugal e desceram sobre os novos países, qual bando de tordos barulhentos e vorazes. Os estragos que causaram são incalculáveis. Nem René Dumont apesar da total desconfiança que, já em 1961, lhe despertavam os radicalismos exaltados dos jovens negros estudantes em França - nem ninguém, poderia ter previsto a calamidade económico-política, em que se converteu a participação/cooperação da pequena burguesia ultra-radical na governação dos novos países africanos. (O Cambodja, a Revolução Cultural, Pol Pot e Deng Xiao Ping, vinham ainda longe). Em Angola, a "cooperação" dos militantes da extrema-esquerda portuguesa

fez-se sentir principalmente, no sector das pescas (atrás comentado), nos serviços de segurança, na comunicação social e, como não podia deixar de ser, nos domínios da cultura e educação. No entanto, a situação de guerra que sempre existiu, a necessidade de manter a presença militar soviético-cubana, a morte de Agostinho Neto, etc, limitaram a sua intervenção à sabotagem política dos (poucos) projectos de recuperação e desenvolvimento económico de intenção socialista, que foram ensaiados. Rapidamente passaram a aliados e apologistas da "ajuda" e "cooperação" ocidentais, em consonância com a pequena burguesia local. Em Moçambique as coisas sucederam de maneira um pouco diferente. A acção dos esquerdistas portugueses foi mais assumida, contando com a declarada preferência do presidente Samora Machel pelo modelo chinês. Muitos responsáveis pelo sector da agricultura foram recrutados em Portugal entre militantes maoistas. As aldeias comunais moçambicanas tentaram reproduzir as comunas rurais chinesas. Nunca funcionaram; as populações recusaram as sábias doutrinas do Livro Vermelho. Mas não são apenas os desastres económicos relativos à alimentação das populações e ao desenvolvimento agrícola: também na RPM, a cooperação dos oportunistas de esquerda foi sempre inspirada em modelos teóricos e no activismo anti-soviético (anti-comunista), procurando inviabilizar (sabotar) toda e qualquer iniciativa que puzesse em perigo o predomínio e os interesses da pequena burguesia. (Dos educadores do povo).

Em conclusão: a problemática da ajuda económica e cooperação proporcionada aos estados africanos, está envolta numa densa atmosfera de mentira, mistificação, hipocrisia e desonestidade, que pretende ocultar

os designios de recolonização do continente, alimentados pelo imperialismo. Tem razão René Dumont quando acusa os dirigentes africanos; igualmente acusa - em palavras suas proferidas em Lisboa, em 1982 - "os ladrões que estão no poder no Ocidente".

Coincide com a redacção do presente texto, a divulgação do escândalo "Carrefour du Développement" que implica altos funcionários e o próprio ministro da Cooperação do governo socialista de Mitterrand em 1983. O generoso auxílio aos países pobres do Terceiro Mundo servia, afinal, para financiar as campanhas eleitorais do PS francês e encher os bolsos dos funcionários do aparelho partidário/governamental.

- in VERSUS nº 31 - Dez. 86

O ESTADO DA REVOLUÇÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE - I

Em datas recentes, os presidentes das Repúblicas Populares de Angola e Moçambique vieram em demanda ao mundo capitalista ocidental. José Eduardo dos Santos esteve em França, Bélgica, Itália, Vaticano e por fim, Portugal (de 27/9 a 1/10); Joaquim Chissano, uma semana depois, esteve em Paris, na ONU e em Washington. Estas duas viagens quase simultâneas, com objectivos similares - "obter a compreensão do Ocidente para a situação interna do seu país de corrente das agressões da África do Sul" (José Eduardo dos Santos em conferência de imprensa, no Porto, 1/10) - tornam oportuna uma nova análise da situação existente nos dois estados revolucionários da África austral, e na região no seu conjunto; na sequência da série analítica "Marx e Lenine em África, cujos anteriores oito apontamentos estão publicados na "Versus" nºs 13, 15, 17, 19, 21, 24, 26 e 30.

São do conhecimento geral as dramáticas condições sob as quais vivem as populações de Angola e Moçambique. Como uma das grandes tragédias do nosso tempo, é usualmente descrita a situação existente em toda a extensão do território moçambicano, em cujos 800 mil quilómetros quadrados parece não existir um recanto que não tenha sido atingido pela fome e pelo espectro da morte por inanição, pela violência assassina dos bandos armados, assolado pela destruição e o terror. Em Angola, o quadro é relativamente menos catastrófico, com zonas (o distrito de Huíla, por exemplo) onde os habitantes conseguem alimentar-se para além do limite da sobrevivência, e onde está garantida alguma segurança colectiva e individual.

Não faltam observadores dignos de confiança - jornalistas, cooperantes, ou visitantes de passagem - para atestarem a veracidade desse aflitivo panorama. Mas também os próprios dirigentes e responsáveis governamentais não o ocultam: nas digressões pelo ocidente capitalista agora realizadas, ambos os presidentes evocaram a situação calamitosa em que se encontram os respectivos países como principal fundamento para os pedidos de auxílio.

A guerra terrorista - a agressão da República da África do Sul - foi apontada como sendo a causa originária e maior da degradação das condições de vida até o nível crítico actual. Sem dúvida que a ligação causal estabelecida é irrefutável. A reacção portuguesa - através dos media estatizados, inclusivé - pretende distorcer essa evidência insistindo na designação de "guerra civil"; querendo assim contrabandear a ideia que o estado de guerra existente em Angola e Moçambique é uma questão

interna, sendo secundário o apoio e a intervenção dos racistas de Pretória.

A este propósito é curioso notar-se que os textos históricos - incluindo os de origem revolucionária - consagram a designação de guerra civil para os conflitos bélicos que se seguiram à tomada do poder por uma nova classe ascendente; embora as intervenções estrangeiras reaccionárias tenham constituído regra. Lembremos a guerra civil após a Revolução de Outubro no país dos soviéticos; a Revolução Francesa e as invasões das santas alianças; a Revolução Liberal portuguesa no século XIX; etc. Na verdade, quanto a nós, a denúncia da intervenção estrangeira (nos assuntos internos dos estados vizinhos) não deve, por sua vez, secundarizar - e muito menos fazer esquecer - a realidade do conflito interno. Ou seja, a realidade da luta de classes, da existência de inimigos da revolução, declarados ou encapotados, dentro do estado socialista durante muitos anos após a tomada do poder pelo partido revolucionário.

Considerar que todas as desgraças e dificuldades são devidas à agressão externa - e disso se auto-convenceram os dirigentes e responsáveis políticos do MPLA e da Frelimo - corresponde a uma análise política que de marxista nada tem, e que pode vir a ser fatal para os destinos da revolução. A História tem ensinado que a consigna estalinista, "Primeiro a guerra, depois a revolução" resulta geralmente em perderem-se ambas. Assim aconteceu em Espanha, por exemplo. Muito diferente foi o procedimento do partido bolchevique dirigido por Lenine: as grandes transformações sociais, nomeadamente as que tinham em vista captar a adesão das massas camponesas, foram decretadas nos anos da guerra civil.

E certo que, no plano internacional, a insistência repetitiva sobre o papel agressor e desestabilizador da república racista na região austral do continente africano, obedece a uma estratégia diplomática, e visa influenciar a opinião pública das nações mais poderosas. Nesse aspecto alguns êxitos têm sido alcançados pelos governos de Angola e Moçambique. Os dois presidentes, nas suas deslocações ao mundo capitalista procuram, naturalmente, reforçar essa impressão; mas não conservam, seguramente, qualquer espécie de ilusões acerca do alcance e sinceridade das afirmações que recheiam os discursos oficiais, os comunicados conjuntos, os editoriais conspícuos da imprensa conservadora. A burguesia neo-colonialista odeia de morte os regimes socialistas africanos; o imperialismo combate-os por todos os meios (incluindo o assassinato de presidentes) empurrando-os para a capitulação. Vejamos: apenas uma semana passada sobre a visita de José Eduardo dos Santos a Portugal, a Unita utilizava a Agência Lusa, a RDP e a RTP (estatizadas) como se fossem seus órgãos de propaganda, divulgando os comunicados do QG de Savimbi com comentários anti-MPLA. Os solenes compromissos de Soares e Cavaco foram mais umas tantas flores de retórica sem qualquer consequência. De facto, a burguesia portuguesa (e os seus governos e presidentes) deseja o aniquilamento do regime revolucionário angolano, e nesse sentido trabalha e tenta influenciar a opinião pública. A luta de classes não tem fronteiras, nem estatuto exclusivamente nacional. Em Washington, enquanto Joaquim Chissano era recebido no Salão Oval, o relatório de Reagan sobre a África do Sul apresentado ao Senado dos EUA (em 2/10) resultava em claro apoio e encorajamento às posições do apartheid.

Durante os contactos mantidos com os governos ocidentais, os presidentes da RPA e da RPM, além da ajuda humanitária e de facilidades financeiras, teriam também solicitado assistência militar. Notoriamente da parte moçambicana; pois no que respeita à viagem de José Eduardo dos Santos apenas aparece uma notícia concreta (Expresso, 26/9) relativa ao interesse que teria manifestado em Paris na compra de helicópteros Gazelle, mísseis Milan e material de transmissões. Em contrapartida, Joaquim Chissano parece ter, efectivamente, multiplicado os apelos de auxílio militar, quer em França, quer nos EUA. O Diário de 30/9, em correspondência de Paris, menciona que nas conversações realizadas se teriam abordado as hipóteses da instalação de um centro de treino no Maputo, da protecção do caminho-de-ferro Nacaiá-Malawi, fornecimento de material de transmissões, etc. Mas são da América do Norte as informações mais sensacionalistas. Certa imprensa portuguesa, cujo reaccionarismo se caracteriza por um canino saudosismo colonial, já anuncia em parangonas triunfantes de 1ª página, "o regresso da tropa portuguesa a Moçambique". Limitemo-nos ao Expresso, ignorando no entanto as crónicas assinadas pelo chefe da redacção da "África Hoje". (Ele há cada tráfico jornalístico, mais indecoroso!).

Segundo um tal T.J. (Espresso 10/10), Joaquim Chissano teria "em encontro privado" afirmado a senadores americanos que "estava a substituir os instrutores do Leste por portugueses, britânicos, espanhóis e franceses"; que teria ainda dito a Ronald Reagan - e confirmado em conferência de imprensa - "que lhe agradaria a cooperação militar com os EUA". Parece pouca uva para tanta parra, é caso para se dizer; tanto mais que é o próprio

T.J. a esclarecer não ser provável a concessão de qualquer auxílio a Moçambique por parte dos EUA, mesmo de natureza humanitária. Antecedendo de poucos dias a deslocação do presidente da RPM aos EUA, esteve em Lisboa o ministro moçambicano Jacinto Veloso acompanhado de um responsável militar. Teriam abordado com as autoridades portuguesas assuntos relacionados com a protecção da linha de transporte Cabora-Bassa/RAS e a aquisição de material ligeiro. Foi motivo para grande alarido e excitação entre os jornalistas retornas (e subsidiados pelo regime racista).

Mas para além desta barragem sensacionalista e desinformativa, não há dúvida que a evolução do estado de guerra em Angola e Moçambique (seja chamada guerra de agressão, guerra civil, ou bandos armados) constitui ponto de análise de capital importância no estudo a que estamos procedendo sobre a situação actual na África Austral.

No que respeita a Angola, as atenções dirigem-se para o teatro de operações do sudeste do território, onde as FAPLA lançaram uma (esperada) ofensiva com o objectivo imediato da recuperação de Mavinga. Parece que essa (primeira?) investida foi sustida na linha do rio Lomba (a uns 40 kms a norte de Mavinga) pela intervenção da aviação e da artilharia reactiva sul-africana. É pelo menos o que se pode deduzir do comunicado do Ministério da Defesa de Angola, distribuído pela Agência Notícias Angop (cf. Diário 7/10), segundo o qual: "As Forças Armadas sul-africanas atacaram entre os dias 1 e 4 deste mês (Outubro) uma brigada das Forças Armadas de Angola que operava contra os terroristas da Unita na região do rio Lomba... causando um número considerável de baixas

em pessoal e prejuízos em meios de combate". De acordo com o mesmo comunicado, os sul-africanos teriam utilizado quatro batalhões, oito a dez aviões de combate, e artilharia do tipo Kentron. No dia 3 à tarde, o ministro racista da Defesa, Magnus Malan confirmava o envolvimento; na véspera, Savimbi teria recebido em Mavinga, jornalistas provenientes de Joanesburgo (France-Press). Esta campanha de "guerra convencional" no sudeste angolano só poderá manter-se activada durante duas ou três semanas mais, até ao início da estação das chuvas. Seguir-se-á depois - como tem sucedido, e se mantém provável - o ressurgimento da "guerra terrorista", com possibilidade de acções em quase todo o território da RPA, especialmente nos distritos próximos da fronteira do Zaire.

Em relação a Moçambique, a situação militar apresenta um quadro substancialmente diferente. De uma recolha (não sistemática), feita apenas no jornal comunista "O Diário", anotam-se: em 5/8 ataque terrorista da Renamo no distrito do Chokwe (Limpopo), 32 mortos; em 21/8 ataque à vila de Inharrime, quatro horas de combate, 15 mortos; em 2/9 ataque em Manhiça (60 kms a norte de Maputo) a uma coluna de abastecimentos escoltada; ataque a Mandimba, sede de distrito no Niassa, 17 mortos; em 15/9, uma força de 500 homens ataca a cidade e o porto de Angoche (distrito de Nampula), combate de cinco horas. Em 17 e 18/9 "O Diário" noticia a destruição de bases terroristas no distrito de Gaza e Manica pelas Forças Armadas de Moçambique e do Zimbabwe; a 21/9 é o ministro do interior do Zimbabwe quem anuncia uma grande operação contra as bases da Renamo em **território** moçambicano. Em 25/9 a Renamo destrói a missão metodista de Cambine (Inhambane) assassinando 28 pes-

soas; em 28/9 ataca a vila de Zavala, importante centro comercial na província de Inhambane causando 38 mortos; outras acções terroristas na mesma província. Finalmente a 7/10 "O Diário" anuncia acções terroristas da Renamo a 13 kms da capital: destruição da fábrica Luselite e de um complexo agro-pecuário.

Apesar dos elementos acima compilados serem de proveniência exclusivamente jornalística, e não ser a recolha exaustiva e completa, algumas inferências podem-nos ser úteis. Em primeiro lugar, pode desde logo concluir-se que a situação militar em Moçambique, no presente momento, é bastante mais grave que a de Angola. Os bandos armados parecem movimentar-se à vontade, particularmente no sul do país, mostrando-se as Forças Armadas moçambicanas incapazes de assegurar a protecção das populações; mesmo cidades e vilas importantes são alvo de frequente pilhagem e destruições. As operações contra-ofensivas de alguma envergadura estão sendo conduzidas pelo exército zimbabwiano, com o intuito de proteger o "corredor da Beira". A situação militar em Moçambique pode, de facto, considera-se desesperada e na eminência da ruptura total.

Por seu lado, a RPA além de sofrer os efeitos de uma guerra terrorista de características semelhantes à que assola a RPM, defronta-se a sul com o poderoso e tecnicamente bem-apetrechado exército da RAS, numa guerra de características convencionais. Apesar desse duplo enfrentamento e dos revezes sofridos nos confrontos com o agressor boer, as FAPLA revelam-se mais estruturadas e, em termos gerais, exercendo maior controlo territorial; para isso contando com a presença da força expedicionária cubana e as facilidades logísticas soviéticas.

A diferença de capacidade revelada no campo de batalha pelas forças armadas de Angola e Moçambique (e respectivos aliados) perante a pressão ofensiva do inimigo (interno e externo) explica, de imediato e numa primeira análise, a desigual posição negociadora dos dois presidentes tal como se destrinça do amontoado noticioso. José Eduardo dos Santos limitou-se a pedir facilidades de crédito para a compra de material de guerra. Joaquim Chissano tentou conseguir o comprometimento das nações ocidentais no combate contra a Renamo, sugerindo ficarem encarregadas da "protecção" de determinados empreendimentos económicos que cobrem vastas áreas, Mas mesmo assim, apesar de tão sedutoras propostas neo-colonizadoras, parece não ter encontrado grande receptividade. Reagan, com a grosseria habitual dos capatazes imperialistas, ter-lhe-ia replicado que o que interessava era reforçar o papel do sector privado, e acabar com as ideias marxistas; antes disso, nada feito, não levava nem um cêntimo. No entanto, torna-se necessário referir que o sistema de protecção e auto-defesa já está implantado na República Popular de Moçambique. É o caso, atrás mencionado, do "corredor da Beira", designação um tanto estreita para uma vasta área que vai do Save ao Zambeze, englobando grosso modo os distritos de Manica e de Sofala (cerca de 200 mil kms², mais do dobro da superfície de Portugal), área essa vigiada, e efectivamente sob o controlo militar das forças armadas britânico/zimbabwianas. Simultaneamente dentro da mesma zona, registam-se já casos de empresas privadas (capitais ingleses) dispondo de forças próprias de auto-defesa (a fábrica de açúcar e plantações de cana no Marrromeu é o mais conhecido). O presidente da RPM não passou pelas Ilhas Britânicas

nessa última viagem; mas tinha ali estado em Maio. O governo inglês tornou agora pública a concessão de 11 milhões de libras para a reabilitação do caminho-de-ferro Maputo/fronteira do Zimbabue (540 kms); outros 15 milhões a fundo perdido (doação) são destinados a obras no porto, comunicações, etc. (Expresso, 26/9).

Igualmente em relação a Portugal, na mesma ordem de razões, poder-se-á supôr que existe algum fundo de verdade nas versões jornalísticas que atribuíram ao ministro moçambicano Jacinto Veloso a missão de procurar "sensibilizar" o governo de Lisboa no sentido de uma participação portuguesa na (auto)defesa da barragem de Cabora-Bassa; com o (mesmo) argumento de constituir um empreendimento económico que os proprietários (estrangeiros) estriam interessados em rentabilizar.

Tem importância fazer notar, neste ponto de análise, que os problemas logísticos - concretamente, o abastecimento, assistência e ligação com as tropas em guarnição ou em operações - ainda não foram devidamente solucionados em Angola; quanto às autoridades moçambicanas, aquilo que se pode dizer neste momento, face à sua política de transferência das responsabilidades de segurança, é que desistiram totalmente de os resolver. Cremos não ser necessário demorar-nos a explicar aos leitores a causalidade directa existente entre o funcionamento do sistema logístico e a capacidade combativa das tropas. A sabedoria corrente reconhece que não se pode contar com soldados de barriga vazia entregues a si mesmos no mato ou em quartéis isolados. Em pouco tempo tornam-se relaxados e perdem a moral. No limite tratam de se auto-abastecer à custa das populações; isto é, transformam-se no equivalente dos bandos armados que supos-

tamente deveriam combater. Situações deste género, de baixo nível de disciplina e eficiência operacional, consequência directa (prima facie) da inoperância dos canais logísticos e de comando, foram-se verificando desde o início da guerra terrorista, quer em Angola quer em Moçambique. Na RPA um esforço notável no desenvolvimento dos meios aéreos de transporte tem vindo a melhorar as condições logísticas; no entanto, essas condições estão longe de ser satisfatórias, considerando a extensão do território, a pressão inimiga (os bandos da Unita) e o número de unidades que se impõe espalhar para uma mínima cobertura de quadrícula e para acções de contra-guerrilha. Por seu lado em Moçambique o descalabro logístico é total, resultando que as únicas forças militares que se assemelham a um exército regular são as que estão sediadas nas capitais de província; às sedes de distrito já mal chegam os sinais de acção do poder central.

Outros problemas de âmbito específico militar, relacionados com a carência de meios de combate, ficam patenteados quando os governos da RPA e da RPM recorrem ao mercado de armamento nos países ocidentais. As intenções de compra manifestadas por José Eduardo dos Santos em Paris revelam a necessidade de meios de vigilância de grande raio de acção (heli-patrolhamento) e de transmissões adequadas. Ora forçoso se torna concluir que o fornecedor habitual (URSS e países do Pacto de Varsóvia) não possuem material desse tipo ou, pelo menos, de qualidade equiparável. Conclusão preocupante (a confirmar-se) pois sugere que a União Soviética (e Cuba, por arrastamento) empenhada em campanhas contra-guerrilha há longos anos (Angola, Afeganistão) ainda não está tecnicamente apetrechada para esse tipo de guerra.

Na realidade são muitos os indícios, os testemunhos, a própria lógica dos (maus) resultados que levam a suspeitar que o poderoso exército vermelho e os seus insígnos generais não estão especialmente vocacionados - ou não cultivam agora o estudo e a tradição revolucionária do povo russo da "pequena-guerra" (guerrilha, do castelhano), Hipótese arrojada, quase herética, pensarão os leitores. Mas o facto é que entre a técnica e a doutrina (na ciência militar, ou em qualquer outra) existe um inconfundível parentesco (interdependência dialética). Os conselheiros militares soviéticos e os instrutores cubanos têm mostrado desde a independência em Angola e Moçambique junto dos estados-maiores e no magistério das escolas de formação de quadros, uma tal preferência pelas soluções macro-bélicas, que só encontro um único termo para classificar semelhante atitude: irracionalidade.

Repare-se que só no teatro de operações do sul-sudeste de Angola, no embate com o exército regular da RAS, podem ter aplicado as doutrinas (e as técnicas) da condução da guerra em moldes convencionais. Ora o facto é que, também aí, o saldo das batalhas travadas não tem sido favorável às FAPLA, supostamente treinadas e orientadas por conselheiros do leste. Haverá insuficiências de execução do exército angolano; mas para além dessa hipótese, entende-se através do último comunicado do ministério da defesa de Luanda, relativo aos combates a norte de Mavinga (no dia 1 de Outubro) que foi o confronto técnico - de armamento - que decidiu a sorte do dia. No entanto, nem a artilharia reactiva Kentron, nem os aviões Mirage são novidades no equipamento das forças boers. Efectivamente, são armas usadas com extrema eficácia pelos militares racistas, desde a primeira incur-

são em território angolano (1975-76), espalhando o temor entre os soldados das FAPLA devido a uma precisão que parece miraculosa (dando origem a várias lendas e relatos fantásticos). É porém impensável admitir-se que não existam nos arsenais soviéticos os antídotos técnicos (armamento) capazes de neutralizar a artilharia de longo alcance e direcção electrónica de tiro que equipa o exército da RAS. De qualquer modo, não se compreende como as brigadas angolanas são lançadas ao ataque contra as bases da Unita sem terem previsto a intervenção dos sul-africanos.

Os governos das duas repúblicas populares revolucionárias africanas levaram certo tempo (demasiado) para se aperceberem da irracionalidade da preparação militar ministrada nas escolas e centros de instrução geridos pelos soviético-cubanos. Têm, nos últimos anos, procurado colmatar algumas lacunas, nomeadamente no que concerne ao treinamento anti-guerrilha. No caso de Angola, através da contratação de um número limitado de instrutores portugueses indicados pelo almirante Rosa Coutinho. No caso de Moçambique, os britânicos que ficaram treinando o exército zimbabwiano após a independência desse país, passaram a instruir militares moçambicanos; e, principalmente, passaram a dirigir as operações contra-guerrilha nos interior dos distritos de Manica e Sofala obtendo assinaláveis êxitos. Segundo as agências noticiosas, Joaquim Chissano teria proposto em Paris ao governo francês um plano de auxílio militar, que incluiria a instalação de centros de instrução. Tudo indica, efectivamente, que está terminada a fase da influência e presença militar soviética na RP de Moçambique - em todo o caso, sempre muito mais discreta e reduzida que em

Angola. A participação da RPM, com o estatuto de observador, na conferência dos países da Commonwealth que teve lugar no Canadá (13 a 15 de Outubro) sob a presidência da madame Thatcher, constitui indicador insofismável quanto a nova influência que domina a política externa da Frelimo.

já vai longo este apontamento e nem sequer entrámos no tema principal que pretendíamos dilucidar: **o estado da revolução** em Angola e Moçambique no presente momento e as perspectivas revolucionárias no cone sul do continente africano. Teremos, por imposição de espaço, de deixar esse desenvolvimento para próximo(s) número(s); procurando então submetê-lo, mais explicitamente, à crítica trotsquista, para o efeito apoiando-nos nos dois tomos dos seus "Escritos Militares".

- in VERSUS nº 39 - Out. 87

O ESTADO DA REVOLUÇÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE - II

Terminamos o apontamento anterior desta série sem termos sequer chegado a abordar o núcleo central do tema em análise, ou seja, "O estado da revolução em Angola e Moçambique", e as perspectivas revolucionárias no conjunto da região austral do continente africano. Praticamente limitámo-nos a traçar um bosquejo da situação militar/terrorista; o qual, tendo embora preenchido seis páginas da nossa revista ficou requerendo algumas considerações suplementares.

Desde logo, nos dois meses entretanto decorridos (15 de Out. a 15 de Dez.) os acontecimentos noticiados consolidam as linhas essenciais do quadro traçado. Em Moçambique continuam os ataques/massacres da Renamo, sem que o exército da Frelimo se mostre capaz de controlar a situação. A capital, Maputo, encontra-se virtualmente cercada. As colunas de viaturas civis, sob escolta ar-

mada, que pretendem sair da cidade têm sido aniquiladas com indescritível ferocidade. (29 de outubro, em Taninga na estrada nacional nº 1, 278 mortos; em Maluane, 28 de Novembro, ao km 50 da mesma estrada, 65 mortos, 78 feridos, 32 viaturas destruídas). As vias férreas continuam fora de serviço devido a frequentes sabotagens e emboscadas.

Em Angola, o exército sul-africano depois de ter sustido a ofensiva das forças angolanas (FAPLAS) contra o reduto da UNITA no extremo sudeste do país, encontra-se agora nas imediações de Cuito Canavale; não há, no entanto, notícias relativas a novas operações nessa frente (Quando-Cubango). Em contrapartida, o governo de Luanda denuncia na ONU (20 de Novembro) importantes movimentações de tropas racistas nas províncias de Cunene e Huila. O comité central do MPLA, por seu lado, acusa (30 de Novembro) a República do Zaire de estar convertida em base da Unita, com o intuito de abrir novas frentes terroristas no leste e no norte (províncias de Moxico e Luanda).

Enquanto isto, registou-se uma alteração política da máxima relevância no contexto geral do sub-continente. Referimo-nos ao reconhecimento oficial pela República da África do Sul do seu envolvimento (responsabilidade) na invasão e ocupação do território da República Popular de Angola. O ministro de Defesa (Agressão), Magnus Malan declarou em Pretória, no dia 12 de Novembro, que o chefe do regime, Pieter Botha, acompanhado por quatro dos seus ministros, se tinham deslocado, dias antes, à frente de combate no interior de Angola. "Ou aceitávamos a derrota de Savimbi, ou sustínhamos a agressão soviética"... "para proteger a liberdade africa-

na"... visto que, "a RAS como potência regional tem o direito de ajudar a formular as leis básicas de interacção (?) na zona". (O Diário, 13/11).

Quanto a nós, estas tomadas de posição dos governantes boers não devem ser entendidas apenas como um arrogante desafio, como uma simples provocação atirada à opinião pública internacional. Sem dúvida que são produto da dinâmica paranóica do tipo nazi, que arrasta a sociedade do apartheid; mas, simultaneamente, destinam-se a responder (a cauterizar) as dúvidas e contradições internas que se manifestam em volume crescente à medida que aumenta o envolvimento militar e se faz sentir o esforço de guerra.

Ora é este segundo aspecto que merece um destaque especial. Pois, ao contrário do que julga a vulgar opinião burguesa, não existe divisória estanque entre as coisas da guerra e o estado da nação. A imprensa capitalista, e os inefáveis comentadores geo-estratégicos, vivem obsecados com a supremacia dos canhões e a tonelagem das bombas; acabam sempre por concluir que o mais forte - no caso, a RAS - virá fatalmente a triunfar. Na verdade, o que está sucedendo é que, de vitória em vitória no campo de batalha, a potência racista está perdendo a guerra. Os sinais acumularam-se neste final do ano de 1987, doze anos após a primeira invasão, em Agosto de 1975, com Angola ainda sob soberania portuguesa.

A crise na RAS não se resume apenas ao aparecimento de contradições no seio da minoria branca que detém o poder; nem é o resultado unívoco das guerras de agressão contra os países vizinhos. Como é notório e sabido, a contradição mais profunda existente no espaço territorial designado por República da África do Sul, resi-

de no conflito social que opõe a maioria dos 20 milhões de negros trabalhadores explorados, à minoria branca de cerca de 5 milhões de privilegiados, exploradores directos ou indirectos da força de trabalho negra.

Pensamos, no entanto, dever prevenir contra a leitura imediatista (esquerdista) desta desproporção que leva a anunciar com ardente fé marxista a próxima explosão revolucionária das massas negras, a matemática certeza que a maioria dos explorados esmagará a minoria dos exploradores, instaurando o comunismo sobre as ruínas da sociedade afrikander. Devemos ser mais prudentes... visto que somos mais experientes, setenta anos passados sobre as madrugadas que cantam (cantavam).

Em boa dialética, os factores da crise (da desestabilização do sistema do apartheid) estão todos realacionados entre si. Terá sido a marcha histórica e a pressão das massas negras que atemorizou o regime e a sua classe dominante, lançando-o em aventuras externas e no reforço da segregação racial e da repressão internas; com a guerra, a comunidade branca começa a pagar o preço (inclusivé em vidas) de uma política sem futuro, e a questioná-la cada vez com maior frequência; as vacilações assim geradas no seio da classe dominante vão permitir às massas exploradas avançar mais uns passos (ou fases) na sua luta reivindicativa e revolucionária; etc, etc. E dá a volta. A revolução sul-africana, no presente momento - no fim de 1987 - é uma hipótese; mas não é mais do que isso.

Muitos dirigentes da Frelimo, vários do MPLA, além de incontáveis revolucionários teóricos espalhados pelo mundo, depositaram as suas esperanças na revolta do proletariado negro sul-africano. Ilusão desta natureza

foi vivida - mas com muito maior base real - pelos revolucionários russos de 1917 em relação à revolução europeia nomeadamente a alemã. O facto é que não passa de desejo utópico esperar o fim do poder branco na RAS, em termos de colapso súbito do sistema, algo parecido com o "25 de Abril" em Portugal. O espírito e a organização do estado boer são muito idênticos (diria iguais) aos do estado hitleriano. São nazis, sobre isso não pode haver ilusões. O caminho para a revolução no conjunto da Africa Austral terá que ser aquele que tem sido percorrido, com tremendos sacrifícios, pelos povos de Angola, Moçambique e também da Namíbia. Uma luta longa, de resistência e desgaste do inimigo contra-revolucionário. E esse, aliás, o carácter próprio das lutas de libertação. Não existem variantes mágicas. (Infelizmente).

O problema que agora se coloca, e que interessa sobremaneira apreciar quando um novo ano enormemente difícil está prestes a começar, consiste em saber até que ponto poderão resistir os países que são alvo prioritário da agressão racista - designadamente, Angola e Moçambique; quais as capacidades objectivas de sobrevivência (inclusivá, à fome): qual a determinação e força anímica que revelam o MPLA e a Frelimo e os respectivos dirigentes.

Consoante temos vinda a assinalar, são bastante diferentes os condicionalismos da situação para os casos da RPA e RPM. Desde logo, a localização geográfica em relação à potência agressora. Basta olhar para o mapa para saltar à vista a posição vulnerável de Moçambique, principalmente na parte sul (provincias de Gaza, Inhambane, e Maputo), onde ademais se situa a capital a escassos 80 kms da fronteira. Pelo contrário, o teatro de operações

angolano está a milhares de kms do centro administrativo e económico afrikander; além disso, a RPA dispõe de mais alguns milhares de kms para aguentar uma defesa em profundidade. São igualmente favoráveis a Angola as condições económicas, em comparação com as de Moçambique, como se sabe. A RPA dispõe de um manancial de divisas - o petróleo - para mais situado no extremo norte do território. Quanto a apoio militar também se conhecem as substanciais diferenças: a RPA recorre aos seus aliados socialistas com completo à-vontade. Mesmo as condicionantes do direito internacional beneficiam o caso angolano: a Namíbia, donde partem os ataques racistas, está debaixo da jurisdição formal da ONU.

Nestas circunstâncias, dentro de uma perspectiva geral de análise, as derrotas das FAPLA assumem (apenas) uma importância relativa. O facto é que cada nova ofensiva das forças angolanas tem obrigado o inimigo racista a maior concentração de meios, a um mais profundo empenhamento em todos os domínios: militar, económico e político. O recente insucesso do ataque a Mavinga (ver número anterior) saldou-se afinal por um transcendente êxito político: forçou o governo de Pretória a reconhecer o seu envolvimento no conflito armado, e a desacreditar publicamente os seus aliados da Unita. Além disso as tropas angolanas aprendem a combater. Modernizam os seus meios de combate. No espaço aéreo, por exemplo, a aviação racista já não dispõe da liberdade de acção e da superioridade técnica de há uns anos atrás, sofrendo perdas sensíveis, com efeitos altamente desmoralizantes na frente de batalha e na retaguarda.

Em resumo, pensamos que a guerra de atrição que se desenvolve no sul e sudeste de Angola constitui

o factor individual da maior potencial acelerador na perspectiva da desagregação do regime do apartheid. Superior mesmo, nesse sentido, à agitação social e às lutas de carácter revolucionário que estão a ser levadas a cabo pelos trabalhadores negros no interior do estado sul-africano. Haverá quem possa julgar herético este nosso ponto de vista, em termos da doutrina marxista-leninista; mas ele resulta do isolamento dos factores para efeitos da sua valorização relativa, em determinado momento do processo dialéctico.

As vitórias militares racistas no terreno de operações do sul de Angola, são autênticas vitórias de Pirro. A medida que o regime de Pretória mais se empenhar no combate à "ameaça soviética", mais cavará a sua própria ruína. Com reflexos positivos na situação global em todo o sub-continente; nomeadamente, consolidando a via para as transformações revolucionárias.

No presente momento o governo do MPLA mostra determinação suficiente para manter o esforço de guerra, o espírito revolucionário à altura de recusar entendimentos com a Unita e de não ceder a outras chantagens aliciadoras insinuadas pelas sereias do imperialismo. A firmeza dessa posição depende, antes de tudo, da continuação do auxílio das nações do campo socialista; com destaque especial, para a URSS e a República Socialista de Cuba. Alguma imprensa ocidental de tendência liberal (v.g. "EL PAIS" de 21/9) vinha anunciando que "Angola vaya a ser, o lo sea ya en este momento, la primera victima del deshielo soviético-americano". Não seria a primeira vez que o país dos soviets apunhalava pelas costas em plana luta revolucionária, povos e partidos aliados. É uma possibilidade aterradora. No entanto, ultrapassada

já a assinatura do tratado de limitação de armas nucleares, nada (ainda) indica alteração nas relações triangulares Angola-URSS-Cuba. Façamos votos para que os profetas da desgraça não passem de boateiros ao serviço da desinformação imperialista.

Mas voltemos a observar o caso moçambicano. A independência da RPM parece, com efeito, estar à mercê das iniciativas do poderoso, agressivo e criminoso vizinho. Que, inclusivamente, já organizou a eliminação física do 1º presidente da RPM e fundador da Frelimo, Samora Machel. Que por intermédio dos bandos terroristas da Renamo, que controla e apoia, continua exercendo uma pressão esmagadora perante a qual o estado moçambicano não consegue reagir de forma minimamente eficaz. O governo da Frelimo já se submeteu ao humilhante Acordo de Nkomati; já expulsou o ANC e outros "inimigos de Pretória; já dispensou os conselheiros e cooperantes da União Soviética e doutros países socialistas; etc. Praticamente cedeu a todas as exigências do regime racista. Que mais pretende Pieter Botha e o grupo ultra que o rodeia? O fim último (inconfessado) é fácil de adivinhar, considerando o tipo de ideologia que professam; ou seja, converter Moçambique em mais um bantustão, do modelo Swazilândia ou Lesotho, com um governo fantoche totalmente submisso aos ditames da potência protectora. Por que é que o governo racista não concretizou ainda esse objectivo, servindo-se de um qualquer pretexto para invadir Moçambique, à semelhança daquilo que faz em Angola? Quanto a nós, pelo facto de o governo da RPM estar beneficiando do apoio e da protectora simpatia dos países ocidentais (capitalistas) europeus; e mesmo de uma expectante benevolência da nação que lidera o campo imperia-

lista, ou seja os EUA.

Nesta altura convém lembrar que o projecto imperialista mundial para o cone sul do continente africano não é de natureza qualitativamente diferente do projecto prosseguido pelo imperialismo regional da RAS. Ambos pretendem o domínio dos países da área (e suas economias), a conversão dos sistemas de inspiração socialista ao evangelho capitalista da iniciativa privada. Simplesmente o apartheid e as teorias do racismo boer tornaram-se insuportáveis para uma burguesia que faz dos direitos humanos uma das bandeiras da sua modernizada ideologia. Além disso - talvez principalmente - a direcção imperialista de chefia americana, não pode tolerar as autonomias (as iniciativas não autorizadas) de um sub-imperialismo, por mais anti-comunista que se proclame. Os fantasmas do Irão do Xá, e do Vietnam de Diem ainda tiram o sono a muita gente em Washington. Por conseguinte uma das prioridades do projecto americano para a África Austral passa por uma cosmética democrática no rosto do regime branco da RAS, e pela vassalagem da burguesia local ao grande ecapital transnacional. Todavia, de modo algum, isso suspende a actividade contra-revolucionária, a infiltração em partidos e governos progressistas, a preparação de conspiratas a curto e longo prazo.

O governo da Frelimo tem manobrado diplomaticamente com indiscutível habilidade, no mar das contradições (secundárias) do campo imperialista. Êxitos de política externa se podem chamar, numa determinada perspectiva, aos acordos que tem estabelecido com a Grã-Bretanha, Itália, França, Espanha, etc. Inclusive no âmbito da cooperação militar. Noutra perspectiva diametralmente oposta, pode-se ouvir perguntar, qual o preço?

quais as cedências? Pode ainda argumentar-se que à Frelimo não restava outra alternativa; ou fazia esse jogo perigoso de tentar explorar as divergências ocasionais do campo imperialista, ou abandonava o poder à Renamo, deixando o povo moçambicano à mercê de um bando de assassinos. Efectivamente, seja como fôr, mesmo admitindo a máxima lucidez dos dirigentes da RPM, enormes são os riscos que corre a revolução com uma política que se vê na necessidade de aliciar a simpatia dos governos burgueses das nações ocidentais. Insensivelmente, no meio de um côro de aplausos ao realismo e virtuosismo diplomático da Frelimo (lembrar Nkomati), o imperialismo irá alcançando, pela via doce, os seus objectivos contra-revolucionários. Contudo é de elementar justiça reconhecer que a Frelimo ainda não produziu nenhum Siad Barre, nem há sinais de traição interna no aparelho do partido.

Em geito de balanço neste final de ano, podemos concluir que o imperialismo, quer o de dimensão planetária, quer o regional sul-africano, não logrou concretizar os seus planos contra-revolucionários para a região. Mesmo em Moçambique, onde a situação apresenta grandes perigos, o novo presidente Joaquim Chissano está defraudando as (ilegítimas) esperanças da reacção internacional.

Por outro lado, "o estado da revolução" em Angola e Moçambique parece continuar em fase de congelamento; isto é, com maiores ou menores razões objectivas, prevalece a tese, perfilhada pelo MPLA e pela Frelimo, que primeiro que tudo é preciso ganhar a guerra (ou exterminar o banditismo), e depois se tomarão as medidas sociais de carácter revolucionário. Tese que a história

condena, como é bem sabido. Os programas de recuperação económica anunciados recentemente, por um e outro partido, nada representam ideologicamente. Nestas circunstâncias, tornar-se-á difícil a mobilização militante das massas trabalhadoras nas cidades e nos campos. Não iremos conjecturar sobre o que o próximo ano reservará para os destinos da revolução na África Austral. Limitamo-nos a expressar alguns votos, em primeiro lugar, fazemos votos para que a direcção do campo socialista - a URSS - não tenha atraído a revolução angolana, mercadejando-a em negociações com a super-potência imperialista. Não queremos acreditar nisso. Na realidade, não temos conhecimento do menor indício que aponte nesse sentido; pelo contrário, as mais recentes declarações dos responsáveis políticos da RPA e da URSS exprimem grande firmeza. Em segundo lugar, fazemos votos para que a Frelimo e o povo Moçambicano ultrapassem as terríveis dificuldades actuais, sem danos irremediáveis para o projecto socialista, e sem caírem nas garras dos abutres imperialistas.

Em terceiro lugar, fazemos votos para que a luta das massas negras trabalhadoras na RAS registre novos avanços; no sentido do incremento da agitação social e recusa do sistema do apartheid, mas também no sentido da elevação da consciência revolucionária e recusa das propostas reformistas.

São votos modestos, como se vê. Nenhuma aposta em radiosas vitórias que venham pôr termo, a curto prazo, às tragédias de guerra, fome, destruição e violência que as forças imperialistas provocam e alimentam na

África Austral, para se apossarem das suas riquezas e escravizarem os seus povos. Uma única previsão segura se pode fazer: a luta continuará. A qual, podem crer os leitores, dadas as circunstâncias atrás descritas, é uma previsão optimista.

- in VERSUS nº 41 - Dez 87

O ESTADO DA REVOLUÇÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE - III

Infelizmente, parece que não chegarão a cumprir-se os votos por nós formulados para o corrente ano, quando escrevemos o balanço sobre o estado da Revolução em Angola e Moçambique relativo a 1987, e publicado no último número da "Versus" (nº 41, de 25/Dez./87). Os sinais que nesta altura (meio-Fevereiro) se desenham no horizonte não são de bom agouro.

O mais inquietante dentre eles é, sem dúvida, representado pelas novas posições para que recuou o governo da RP de Angola nas negociações com o imperialismo, relacionadas com a retirada do contingente internacionalista cubano. Segundo se pode depreender através dos despachos transcritos pela imprensa comunista (Avante de 4/2/88 e O Diário de 1,2,3/2/88) os "novos elementos" discutidos na reunião de Luanda, de 29 e 30 de Janeiro, entre o MPLA e a delegação americana, com a presen-

ça de um observador cubano, correspondem à adopção da primitiva tese americana do "linkage". Ou seja, em resumo: a retirada das tropas cubanas constitui condição prévia para a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia... e para tudo o resto. A aceitação deste "elemento novo" - que afinal é bem velho - pelo governo do MPLA só pode ter como explicação exactamente aquela que mais tínhamos ao formular os votos para o corrente ano: isto é, pressões da União Soviética sobre o seu aliado/dependente, a República Popular de Angola (e também sobre a República socialista de Cuba) no sentido de se mostrar mais "flexível" nas negociações com o imperialismo. O que equivale, utilizando a imagem revolucionária, a apunhalar pelas costas as forças que combatem o apartheid, que defendem a fronteira do socialismo em Africa. Concretamente, circulam já notícias (embora de fonte não oficial) indicando restrições nos fornecimentos de material bélico à RPA por parte da URSS, em especial aviões de combate.

Venham ou não a confirmar-se as pressões concretas da URSS no domínio da assistência militar, o facto é que as pressões diplomáticas estão perfeitamente de acordo com a orientação geral da política externa soviética, tal como tem sido desenvolvida nos últimos tempos (Gorbatchov/Schvardnaze). Quer em relação ao Afeganistão - onde a retirada das tropas russas mais parece o abandono da revolução afegã; quer em relação à Nicarágua - onde, aí confirmadamente, as limitações soviéticas no fornecimento de combustível forçaram o governo sandinista a flexibilizações indecorosas, sentando-se com os contra-revolucionários à mesma mesa de nego-

ciações.

A verdade é que a face externa da perestroika - a única que está ao alcance da vista - revela uma conflagrada submissão aos desejos e ditames dos EUA. Num ano de eleições presidenciais em que, tradicionalmente, a direcção imperialista perde capacidade de iniciativa, Gorbatchov parece apostado em oferecer ao moribundo Reagan uma gloriosa reforma. Incompreensível, é o mínimo que se pode dizer. Se fôssemos avaliar a face interna da perestroika apenas pelo que estamos vendo no campo da política externa soviética, sobrariam razões para temer pelo futuro do socialismo na pátria de Lenine!

Os mais optimistas amigos da RP de Angola - e da União Soviética - pretendem agora, numa característica cabriola, apresentar a aceitação da retirada do contingente cubano, como prova de que as FAPLA estão de tal modo capacitadas para a guerra que se torna desnecessária a presença do contingente cubano em solo angolano. Chama-se a isto, fazer da necessidade virtude. Pensarão igualmente os impenitentes optimistas que a RPA poderá também dispensar a assistência técnica logística dos países socialistas, incluindo o abastecimento de armas e munições? E essa, podem crer senhores optimistas, será a próxima exigência dos negociadores americanos. Quando se entra no plano inclinado das cedências, as exigências não param.

No entanto, interessa reconhecer que o governo do MPLA, apesar de ter sido forçado pelo seu poderoso aliado soviético a uma "flexível" posição negocial perante os representantes do imperialismo, não dá sinal de qualquer abatimento ou de menor combatividade. Pelo contrário, a avaliar pelas últimas declarações oficiais. Devemos

saudar este estado de espírito como sinal positivo pois certamente ele reflete os sentimentos populares e a própria moral dos soldados que, na frente de Cuito-Canavale, estão travando com êxito a progressão sul-africana. Façamos votos (mais uma vez) para que esta determinação revolucionária do povo de Angola seja suficiente para contrariar os espírito de entrega da perestroika gorbatchoviana.

Joaquim Chissano, presidente da RP de Moçambique, em entrevista transmitida muito recentemente pela RTP (11 de Fevereiro; mas parecendo ter sido gravada em fins de 1987) revelou possuir a lucidez bastante para afirmar que, "não existe qualquer possibilidade de recuperação económica sem ser acompanhada por um aumento da segurança... os dois aspectos estão interligados... o povo reorganiza-se em auto-defesa, e na produção agrícola... temos obtido alguns êxitos nessa dupla acção".

A sensata observação de Joaquim Chissano tem o mérito de reduzir o mito da cooperação estrangeira - os grandes projectos, os investimentos, os polos de desenvolvimento - a um exercício de retórica vã; obrigando a concluir tratar-se de pura demagogia pró-capitalista, jogo de ludíbrio, o verdadeiro conto do vigário muitas das vezes. A problemática da cooperação foi, mantém-se, deliberadamente colocada no reino da fantasia - do irrealismo - como arma poderosa da ofensiva ideológica contra a revolução em Angola e Moçambique, e em todos os outros países carenciados que optaram por uma via socialista de organização económica. Sobre isto não podem restar dúvidas.

Ora a verdade é que os governos e os responsáveis do MPLA e da Frelimo, logo pouco depois da inde-

pendência e até ao presente, tem consumido milhares e milhares de horas de trabalho, milhares e milhares de quilómetros de viagens, negociando a cooperação ocidental. Repetem-se os acordos, sucedem-se as "fases históricas de novo relacionamento", a reabilitação de Cabora-Bassa e do Caminho de Ferro de Benguela já foi anunciada milhões de vezes, ministros burgueses sorridentes visitam todos os meses Luanda e Maputo, e vice-versa. Há poucos dias por cá esteve Mário Machungo, conversando com os empresários do norte e do sul, prometendo facilidades capitalistas de vária ordem, garantindo ser esta ocasião excelente para lançar empreendimentos industriais em Moçambique. Qual o significado de semelhante comédia, pergunta-se o comentador medianamente informado, que todas as semanas lê notícias de ataques e massacres perpetrados pela Renamo nas proximidades dos maiores centros urbanos (enquanto diversas capitais de distrito continuam ocupadas pelos bandos armados), que tem conhecimento da miséria e fome que grassa em todo o país, da insegurança generalizada! Em lugar de sonhar com eventuais milagres da cooperação ocidental, faria melhor Mário Machungo (e muitos outros responsáveis africanos) em alinhar o seu discurso - e o seu pensamento - pelas palavras sensatas do seu presidente Joaquim Chissano, atrás citadas. Por aquele caminho - a organização das massas na defesa e na produção - poder-se-á ir construindo o socialismo; através da iniciativa privada de empresários burgueses de extracção ocidental, o que ficará construindo é um capitalismo dependente, mero apêndice do imperialismo neo-colonialista. Conforme escrevemos no artigo anterior (Versus nº 41), "enormes são os riscos que corre a revolução com uma política que se vê na ne-

cessidade de aliciar a simpatia dos governos burgueses das nações ocidentais".

Ora não é apenas na esfera económica que essa política de alto risco tem sido seguida; também na esfera da cooperação militar se vêm intensificando os compromissos assumidos perigosos. Senão vejamos.

Uma pequena reportagem exibida no telejornal do dia 12 servir-nos-á de ponto de partida: Um grupo de nove jovens oficiais moçambicanos desembarca no aeroporto de Madrid, para frequentar na Guarda Civil Espanhola um curso anti-terrorismo com a duração de seis meses. Uma primeira questão salta logo ao espírito: porquê a Espanha e não Cuba? Com efeito, desde a proclamação da independência centenas de jovens moçambicanos têm sido enviados para Cuba, onde têm recebido variadíssimo treino escolar e técnico, incluindo luta anti-bandidos, domínio onde os cubanos se tornaram mestres reconhecidos. O que foi feito desses especialistas? Porque motivo (ou motivos) a sua acção não se tem feito sentir na eficiência combativa do exército moçambicano?

Por outro lado, poderá entender-se que o acordo de cooperação militar com a Espanha representa, essencialmente, para o governo da Frelimo a forma de compromisso de (mais) uma nação ocidental com a defesa e segurança (com os interesses) da RPM. Talvez até que, além da formação pessoal, o governo espanhol se tenha comprometido a fornecer (grátis) algum material (mais ou menos obsoleto), assistência técnica no terreno, etc. Tudo bem, dirá o observador moderado de entranhas social-democráticas: afinal foi um bom negócio - um magnífico êxito diplomático - conseguido pela RPM.

Só que, mesmo o mais inocente observador

sabe alguma coisa sobre o preço que as nações pobres e impotentes acabam por pagar pela "desinteressada" ajuda ocidental, seja ela económica ou, principalmente, militar. Para já, a (inevitável) missão militar espanhola em Maputo vai ter acesso aos dossiers da segurança, etc; os jovens oficiais moçambicanos em Madrid vão ser inevitavelmente "trabalhados" por vários serviços secretos; etc, etc. Depois seguiu-se o acordo com Portugal cujos preparativos já levaram a Moçambique uma luzida delegação de oito reaccionários militares portugueses dirigidos por um brigadeiro fascista (governador da Zambézia até ao 25 de Abril); e a agência moçambicana de notícias congratula-se pelo clima de entendimento em que decorreram as conversações! Com o governo francês também vão muito adiantados os preliminares de um próximo acordo militar. Com a Grã-Bretanha a cooperação efectiva no terreno data já de alguns anos, na zona de protecção do corredor da Beira, e através da formação de quadros e unidades no Zimbabué.

Como se verifica, não faltam cooperações e cooperantes de origem ocidental capitalista ao dispôr das forças armadas da República Popular de Moçambique, governada pelo partido Frelimo de opção marxista-leninista! Uma vaga de tal grandeza, naturalmente expulsou a assistência militar prestada pelos países socialistas desde a independência; em rigor, desde os tempos da luta armada contra o colonialismo português. Assim é, com efeito. Os instrutores chineses, que ainda em 1977-78 somavam algumas dezenas, foram os primeiros a desaparecer. Os cubanos, conselheiros e organizadores do sector da segurança estão de malas aviadas; ainda morreram dois ao lado de Samora Machel, no avião derrubado pelos

racistas de Pretória. Os especialistas da RDA no domínio das informações, que muito pouca influência exerceram, valha a verdade, foram afastados expeditamente. Quanto aos soviéticos, embora não disponhamos de dados seguros, cremos que ainda se mantêm na escola militar de Nampula e em algum outro centro de formação; mas ninguém lhes presta atenção a não ser para pedir mais fornecimentos de material e combustível (grátis, claro).

Estando portanto a atingir-se o fim da substituição da cooperação de origem socialista nos domínios militar/segurança, pela origem capitalista (e, neste contexto, pode-se falar de contra-revolução) encontramos novamente perante a interrogação inicial; ou seja, onde param as centenas (milhares) de moçambicanos e moçambicanas que receberam treino específico na União Soviética, na China, em Cuba? Ou nos múltiplos centros de instrução instalados por esses países no território de Moçambique? Qual o mistério que explica que tão intenso magistério não tenha produzido frutos, concretamente na luta contra os bandidos armados? Questão de profundas implicações para qualquer revolucionário, organizações e partidos de inspiração marxista. Cujas análises constituem um dever inescapável no presente momento histórico de perestroika em movimento... em movimento de abandono, no Afeganistão, na Nicarágua; e - receamos - também em Angola como acima deixámos sugerido.

Temos estado analisando o caso da República Popular de Moçambique, país onde o processo de substituição da assessoria militar deve ser entendido como uma vitória importante (porventura decisiva) da contra-revolução internacional e interna. O autor destas linhas tem uma certa experiência da cooperação militar em Angola

e Moçambique, nos anos que se seguiram à independência de 1976 a 79; prestada a título individual e voluntário, como refugiado político internacionalista; e, talvez por isso mesmo, bastante significativa. Creio estar em condições de poder dizer aos leitores o que sucedeu aos elementos considerados **comunistas** - bastando para isso ter frequentado qualquer curso na União Soviética ou em Cuba. Quer em Angola, pelo menos até ao falecimento de Agostinho Neto, quer em Moçambique, pelo menos até ao assassinato de Samora Machel, a facção moderada (anti-comunista/anti-soviética) que dominava o MPLA e a Frelimo, manteve esses elementos marginalizados, caluniando-os e saneando-os sempre que julgou conveniente. Houve excepções, evidentemente, mas muito poucas e, em geral, de "arrepentidos" (de simpatias **pró-comunistas**). O grupo de cerca de 12 portugueses que pediu asilo político em Angola após o 25 de Novembro, nunca encontrou uma aceitação franca para a colaboração que, desde o momento da chegada, ofereceu à direcção do MPLA incluindo directamente, ao presidente Agostinho Neto. Tinha-nos precedido a fama de "perigosos comunistas **pró-soviéticos**". O autor viu ignoradas todas as insistências que fez para que lhe fosse permitido, no mínimo, acompanhar as forças que executavam a contra-ofensiva, repelindo os invasores racistas sul-africanos. Companheiros pilotos-aviadores, reputados ases, não conseguiram também que a sua "cooperação" fosse considerada. O autor permaneceu em Angola até meados de 1977, adstrito ao Ministério da Defesa, mas sempre impedido de manter contactos com as unidades operacionais ou os centros de instrução. Em Moçambique, depois, no aspecto de "cooperação militar", a segregação de que o autor foi alvo durante dois

anos foi de natureza idêntica.

Parece ter ficado esboçada uma tese que explica - embora à custa de algumas ilusões perdidas - a ausência (a marginalização) dos elementos revolucionários nas forças armadas moçambicanas; e, em menor medida, nas FAPLA nomeadamente sob a presidência de José Eduardo dos Santos. A qual consiste em atribuir à poderosa facção pequeno-burguesa que controla vastos sectores do MPLA e da Frelimo, a responsabilidade por essa marginalização; por essa vigilância contra-revolucionária, melhor dizendo, que abrange a cooperação internacionalista.

No entanto, um outro dado vai-nos obrigar a alargar a tese explicativa acima esboçada. De facto, quer em Angola ou Moçambique os estados-maiores das missões militares soviética e cubana também se mostraram absolutamente alérgicos à ideia da colaboração internacionalista; no caso, em relação aos militares revolucionários portugueses exilados naqueles países.

Infelizmente não se trata de um caso pontual. A perversa concepção de solidariedade revolucionária - de internacionalismo proletário - que decorre da doutrina estalinista do "socialismo num só país", traduz-se na prática, a todos os níveis - no relacionamento com os revolucionários de todo o mundo, e os povos em luta - por uma atitude de desconfiança permanente e doentia, de auto-isolamento em ghettos, de auto-suficiência chauvinista; que, não só fazem perder percentagem avultada do rendimento da ajuda concedida como, pior ainda, criam condições e clima favorável à contra-revolução. Isto sucedeu, e continua sucedendo, em Angola e Moçambique. E de que maneira! Já não há perestroika que salve os es-

tragos produzidos, em todo e qualquer ponto do globo, onde a burocracia soviética, militar e civil, se tenha instalado em missão internacionalista.

Mas outro aspecto deve ser focado, pois passa facilmente despercebido. Acontece, com efeito, que a peculiar teoria e praxis estalinista respeitante à cooperação e solidariedade internacionalista, serve de modelo para todos os partidos comunistas de obediência soviética (e não só, e não só) estejam ou não no poder nos respectivos países. Era inevitável e é natural, dir-se-á sem mais pausa. Mas alto lá! Repare-se como fica singularmente modificado o problema da responsabilidade pela política de segregação internacionalista praticada pelo MPLA e pela Frelimo (de que demos testemunho pessoal), e que atrás atribuímos à facção pequeno-burguesa. Ora agora podemos reconhecer que o exemplo, os conselhos, as presenças dos burocratas soviéticos em missão junto dos governos de Luanda e Maputo partilham essa responsabilidade; indo ao encontro - potenciando - a acção sabotadora da pequena-burguesia.

Mas não é apenas pela sua acção directa que a burocracia estalinista intervém negativamente no processo internacionalista. Intervém igualmente, no mesmo sentido negativo, através dos destacamentos dos cooperantes e combatentes cubanos e doutras nacionalidades, todos condicionados pela perversa doutrina do PCUS, pelo "chauvinismo internacionalista" que a informa. (Que passe a expressão, absurda em si própria, mas esclarecedora). Pode o autor testemunhar que militares cubanos das suas relações quando destacados para Angola, recebiam ordem expressa para evitar contactos com os militares portugueses revolucionários, em particular com indi-

cação do meu próprio nome. Simultaneamente, o comportamento de partidos comunistas com ligações históricas com o MPLA e a Frelimo - é o caso muito especial do PCP - segue pari e passo, a linha soviética em matéria de cooperação internacionalista; cabendo-lhe assim também apreciável parcela de responsabilidade nos desvios oportunistas e chauvinistas dos partidos dirigentes da RPA e da RPM. O papel e a influência do PCP sobre a marcha das revoluções angolana e moçambicana tem sido absolutamente insignificante; menos que nulo, na verdade, pois em vários aspectos tem sido negativo. Uma postura acrítica, de estrito respeito "diplomático", traduzindo-se em vagidos de aplauso a tudo o que possua chancela oficial: guinada para a esquerda ou para a direita, medidas revolucionárias ou contra-revolucionárias, tudo é indiferente para a solidariedade internacionalista, tal como é compreendida pelos PCs que têm o PCUS como modelo e guia. Chegará o dia em que a actual direcção do PCP terá que prestar contas ao movimento revolucionário mundial sobre a espécie de apoio que concedeu a Angola e Moçambique nos anos seguintes à conquista da independência, e que deviam ter sido os anos da consolidação da vitória socialista.

Mas devemos prolongar a nossa investigação sobre as consequências nefastas do internacionalismo à moda soviético/estaliniana nos domínios da cooperação militar e da segurança; embora, mutatis mutandis, fosse aplicável noutras áreas. Pois alguma coisa ficou por explicar quanto ao mistério dos fracos resultados obtidos por um investimento maciço: treino, assessorias, cursos fora e dentro do país, fornecimento de material de instrução e de quantidades prodigiosas de material de guerra, unida-

des completas de especialistas; e por fim, a presença de contingentes expedicionários de milhares de homens, como é o caso dos cubanos em Angola, durante longos anos.

Efectivamente, está em questão o baixo rendimento da assistência militar soviética (e cubana). O assunto reveste (tem revestido) enorme importância para os destinos da revolução mundial. Mencionemos, por lembrança, as operações na China nas décadas de 20 e 30, a guerra em Espanha, o conflito com a Finlândia (1939), a "genial" estratégia de Estaline, que ia oferecendo a vitória às hordas hitlerianas; e, nos dias de hoje, aos nossos olhos atónitos, o desastre militar/político no Afeganistão, terminando por uma retirada vergonhosa que em nada difere da derrota americana no Vietnam. Ora isto passa-se já sob o signo da perestroika gorbatcheviana; o que levanta terríveis apreensões sobre o que está na forja para Angola, quando o princípio do abandono - negociações com os racistas - já está inscrito na agenda e imposto ao MPLA.

De facto, a ineficácia demonstrada por soviéticos e cubanos face à actividade guerrilheira e terrorista dos contra-revolucionários, no Afeganistão e em Angola para não voltar a falar em Moçambique, não pode ser imputada aos soldados desses dois países socialistas, valentes e abnegados como poucos; e, especialmente nos caso dos cubanos, dotados de elevada consciência internacionalista. Cabe por inteiro, às chefias, à alta hierarquia, dos generais burocratas do PCUS; em última análise, ao sistema e seus métodos que, inevitavelmente, segregam dirigentes quadráticos, e sem qualquer capacidade (ou vontade) de adaptarem a doutrina e regulamentos a circunstâncias não-previstas. E realmente verdade - pode

o autor garantir - que nas escolas de formação de oficiais em Angola e Moçambique, a instrução seguia os moldes clássicos de preparação para uma guerra convencional; chegando a incluir-se matéria relativa à guerra atómica. Foram precisos vários anos até a luta anti-guerrilha ser incluída no esquema de treino. E igualmente verdade que a arma blindada (os carros de combate) fanatiza completamente o pensamento táctico dos militares soviéticos, que ainda vivem os dias gloriosos da Grande Guerra Pátria. A mais singela operação de patrulhamento em África (ou no Afeganistão) requiere a inclusão de meia dúzia de carros pesados, transformando-a num pesadelo logístico, e alertando o inimigo a quilómetros de distância. É verdade que o comando soviético ainda hoje não domina a utilização do helicóptero nas operações anti-guerrilha, nem sequer possuindo a gama necessária de aparelhos.

A lista dos grandes e pequenos absurdos cometidos pela cooperação militar soviética em países estrangeiros é muito extensa. Uns foram sendo corrigidos; outros não houve tempo para isso: como em Moçambique, e no Afeganistão. Pela sua posição hegemónica, as missões soviéticas condicionam (negativamente) a actuação de outros núcleos de cooperantes socialistas, interferem constantemente, inclusivé no estado-maior do corpo expedicionário cubano. Em Moçambique, pode dizer-se, terem des-instruído as forças armadas e de segurança: em Angola, terá ficado alguma aprendizagem relativa à guerra convencional (do que dará testemunho o bom comportamento das FAPLA face ao exército - convencional - sul-africano).

Resultados muito pobres, na esfera militar, para a grandeza dos meios utilizados e para a duração

do esforço! Na esfera revolucionária - aquela que verdadeiramente nos interessa - temos que reconhecer que os efeitos sobre o estado da revolução em Angola e Moçambique são mais negativos que positivos. A reacção interna pequeno-burguesa esfrega as mãos satisfeita; o imperialismo averba os ganhos a prepara-se para novas exigências.

Fechada sobre si própria num chauvinismo estéril e arrogante, isolando-se dos povos aos quais se destina a sua ajuda, e dos internacionalistas que desejam participar na luta, a cooperação soviética - militar, e não só - é bem o espelho de uma política, a antítese do modelo idealizado pelo marxismo proletário.

E não será com uma perestroika imposta de cima para baixo que veremos o partido de Lenine e de Trotsky regressar aos caminhos por eles preconizados e trilhados: os da solidariedade proletária e comunista, de fraternidade entre os revolucionários de todo o mundo.

- in VERSUS nº 42 - Fev. 88

**LENDO OS "ESCRITOS MILITARES"
DE LEON TROTSKY
Com os olhos postos em África**

No decurso dos apontamentos que estamos escrevendo sobre a revolução em África, encontram-se dispersas referências à actualidade do pensamento (digamos, as lições) de Leão Trotsky sobre as questões militares, no âmbito da (de uma) guerra civil revolucionária. Na Versus nº 39 ficou até o compromisso de submeter à crítica trotsquista alguns aspectos da revolução e guerra civil em Angola e Moçambique, procurando para o efeito, apoio nos dois tomos dos "Escritos Militares".

A edição que temos ao dispôr é do Ruedo Ibérico-Paris, 1976 tradução do russo para castelhano de Fernando Claudin. "Como se armou a revolução", é um dos (sugestivos) sub-títulos da obra. O I Tomo (412 págs) diz respeito ao ano de 1918; o II Tomo (432 págs.) a 1919.

"Os materiais para a História do Exército Vermelho" - o outro sub-título da obra - estavam reunidos

e prontos para publicação em Fevereiro de 1923. Dessa data é o Prefácio da autoria do próprio Leon Trotsky. Que termina da seguinte maneira:

"Chegará a hora em que os camaradas de outros países, se colocarão as mesmas essenciais tarefas e dificuldades que nós conseguimos superar. Talvez estes materiais contribuam para evitar, ainda que seja apenas em parte, alguns dos erros cometidos. Nada se pode fazer sem erros e, muito menos, a revolução. No entanto, não seria mau reduzi-los ao mínimo".

O sentido do devir - e do dever - histórico caracterizam os revolucionários marxistas-leninistas. Escrever, publicar ou fazer publicar, na esperança que a experiência pessoal, aquilo que aprenderam nas suas vidas de luta, venha a poder ser útil a outros revolucionários; designadamente aos vindouros, aos futuros dirigentes da revolução internacionalista mundial. Para que os erros sejam reduzidos ao mínimo, os perigos evitados, as hesitações resolvidas; para que, enfim, a marcha para a vitória do socialismo, neste e naquele local de luta, seja mais rápida e segura.

Mas o voto que Trotsky acima formula está já mitigado por prudentes reticências. Talvez... apenas em parte... alguns dos erros... Na verdade, em 1923, já muitas esperançosas revoluções se tinham perdido, devido a grosseiros erros de direcção revolucionária: na Finlândia, Hungria, Baviera, sobretudo na Alemanha.

Infelizmente - sabêmo-lo nós 65 anos depois, e têmo-lo dito não só a propósito das revoluções angolana e moçambicana - as reticências de Trotsky feitas na longínqua década de 20, têm vindo a ser justificadas em muitos (demasiados) casos. Para bem pouco parecem ter ser-

vido as lições das passadas revoluções, das triunfantes ou das fracassadas. Os mesmos erros - equivalentes ou paralelos - repetem-se com assustadora frequência. Compete-nos não esquecer Portugal 1974-75.

E no entanto, o legado intelectual dos grandes pensadores revolucionários tem sido lido e relido exaustivamente, tem sido objecto de infinitas análises e comentários; inteligências superiores dedicaram vidas inteiras ao estudo e divulgação da doutrina marxista-leninista. Algo falhou, portanto; sendo fácil detectar aonde: naturalmente, na transposição da teoria para a prática política-revolucionária; na adaptação dos princípios à realidade concreta de cada diferente situação revolucionária. Também é fácil - embora seja assunto embaraçoso para alguns sábios - atribuir responsabilidades: as maiores, pertencem, naturalmente, aos dirigentes dos partidos marxistas, aos condutores do movimento comunista internacional. Uma terceira conclusão - de evidência menos imediata - lembra-nos a existência de um vastíssimo leque de adulteradores do marxismo e do leninismo. Desde os primeiros tempos, ainda em vida de Marx e Engels; coetâneos da Revolução de Outubro; até os eurocomunistas e outras chinesices. Desde intelectuais estipendiados para o efeito, directa ou indirectamente pelas várias centrais de intoxicação imperialistas, até aos teóricos oficiais do estalinismo e da burocracia no poder. Do ponto de vista em que nos situamos, são estes últimos os mais nefastos: pois execem o seu magistério e conselheirismo junto das novas (sucessivas) camadas de revolucionários, à sombra da autoridade da potência soviética.

De todas essas responsabilidades está isento Leão Trotsky. Bem contra a sua vontade, como é sabido.

Vítima da mais medonha perseguição política do século, o seu pensamento foi considerado herético, a sua obra caluniada e proscrita dentro e fora da União Soviética. Nestas circunstâncias pode-se legitimamente afirmar que, tivesse sido a sua obra divulgada, não tivesse a sua doutrinação ficado reduzida a um pequeno grupo de fiéis seguidores... talvez que... nem que fosse apenas em parte... alguns erros, teriam sido evitados. Na verdade, a esta distância em tempo histórico (mais de meio-século) devemos ser mais assertivos que Leão Trotsky no prefácio dos seus "Escritos Militares" e afirmar, sem qualquer espécie de rodeios que, tivessem sido ponderadas as suas reflexões - em especial, a denúncia da perversão estalinista - outro diferente e melhor seria o estado da revolução mundial neste fim de século.

De entre toda a vasta bibliografia de Leão Trotsky, uma das obras menos conhecidas será, exactamente, os "Escritos Militares". É bem possível que a atenção que lhe estamos dedicando, constitua o primeiro comentário em língua portuguesa. Se assim fôr... talvez que... ainda que em parte... possa vir a ser útil em futuras e até presentes situações revolucionárias, como nos casos de Angola e Moçambique.

Para Trotsky as questões relacionadas com a criação e organização das forças armadas revolucionárias devem ser encaradas com máxima importância por todos os partidos comunistas em qualquer país. Uma atitude negativa a esse respeito é absolutamente criminosa, diz a determinado passo na Introdução. Parece ser uma asserção pacífica - mesmo banal - assim formulada em sentença abstrata.

No entanto, está longe de ser banal a autorida-

de revolucionária de quem a profere - o Exército Vermelho foi criado e organizado por Leão Trotsky a partir do caos, sob a pressão das invasões contra-revolucionárias, debaixo do fogo inimigo; em simultâneo com um intensíssimo debate teórico travado nas várias instâncias representativas do poder soviético, lutando pelas suas ideias contra numerosos adversários (mencheviques, moderados de direita, radicais de esquerda, etc.).

Torna-se importante sublinhar este duplo - dialético - aspecto da actuação de Trotsky na esfera dos assuntos militares (também na económica); visto que configura uma exemplar posição marxista-revolucionária, estabelecendo um modelo. De facto, Leão Trotsky contitui o arquétipo do militar revolucionário (ou vice-versa).

Os "Escritos Militares" documentam com efectiva clareza, os dois aspectos da actividade de Leão Trotsky nos anos de 1918 e 1919. São os capítulos sobre as grandes operações de guerra e as agressões intervencionistas: o desembarque anglo-francês em Murmansk; as várias sublevações fomentadas por agentes imperialistas, entre elas a do corpo checo-eslovaco, em Julho de 1918; a ofensiva de Kolchak (Março-Abril 1919); a luta por Kazan, de Agosto a Novembro 1918; a ofensiva de Denikin (Maio-Agosto 1919); o raid de Marmontov; a luta por Petrogrado; a contra-ofensiva do Exército Vermelho na Ucrânia e no Don; etc. Simultaneamente, o labor intelectual e doutrinário: entrevistas, cartas, discursos, ordens do dia, conferências, decretos; em especial, os informes e teses apresentados aos VI, VII e IX Congressos dos Sovietes.

Ficamos quase subjugados perante tão gigantesco esforço e febril empenhamento. Em apenas dois anos! Os mais perigosos e decisivos!

Depois de Leão Trotsky outros dirigentes militares/revolucionários alcançaram justa fama: Fidel e Che Guevara; Ho-Chi-Min e Giap; Mao e Chu-En-Lai. Não vem ao caso tentar estabelecer uma escala de méritos relativos; conquanto, em nossa opinião, o criador do Exército Vermelho detenha indiscutível primazia. Interessa sim destacar a dupla característica comum a todos eles, de homens de acção e de pensamento, capazes de uma abordagem dialéctica (marxista) dos problemas da guerra e da organização das forças de combate. Esta foi, aliás, uma das razões fundamentais dos seus êxitos; reciprocamente, a ausência de debate e a incapacidade crítica estão na origem de todos os fracassos revolucionários (não apenas na esfera militar, bem entendido).

As revoluções angolana e moçambicana não produziram, infelizmente, até hoje, nenhum dirigente político-militar comparável aos acima citados. Samora Machel foi aquele que maiores expectativas despertou. Parecia fundamentada essa esperança. Chefe vitorioso da guerra de libertação, líder incontestado do partido revolucionário, de espírito franco e aberto, predisposto ao diálogo e à confrontação de ideias. No entanto, a pouco e pouco, as suas intervenções públicas foram-se revelando mais como um colorido exercício de oratória populista que o resultado de qualquer reflexão colectiva no seio dos órgãos do partido Frelimo. Um "One man's show", sem consequências.

Na realidade, o autor destas linhas, não tem conhecimento de ter sido efectuado na República Popular de Moçambique qualquer debate aprofundado sobre a problemática militar, ou de segurança (anti-terrorista). Nem as várias publicações da Frelimo deixam transparecer

algum indício. Quer durante os anos que ali permaneceu exilado, quer posteriormente. Na República Popular de Angola, algo de semelhante aconteceu (cremos que continua a acontecer). O autor é uma testemunha - digamos - autorizada: revolucionário com provas dadas, possuidor de preparação profissional no domínio da ciência militar. Jamais foi instado a fornecer qualquer parecer especializado. (Os informes que apresentei, quer em Moçambique quer em Angola, foram da minha própria iniciativa, e não tiveram consequências).

A nota pessoal serve aqui somente para reforçar a demonstração pretendida; ou seja, que em Angola e Moçambique - à revelia do aviso de Trotsky - "as questões relacionadas com a organização das forças armadas revolucionárias não foram encaradas com a máxima importância". A história dir-nos-á qual o grau de responsabilidade (criminosa, segundo Trotsky) que cabe aos dirigentes de ambos os países; e ainda - não esqueçamos - a que cabe à influência (conselheiral) dos países socialistas, com destaque para a URSS.

Acessoriamente, este ponto vai-nos permitir esclarecer o significado profundo (marxista) do pensamento de Trotsky. Pois que, "dar importância a um assunto" - noutro caso, a organização do exército revolucionário - não é, simplesmente, mencioná-lo repetidas vezes nos discursos, ou colocá-lo mesmo com prioridade na lista das tarefas imperativas. Dar importância a um assunto, sob o ponto de vista do materialismo científico/dialéctico, é submetê-lo à análise, à discussão, à prova e à crítica dos factos; num processo ininterrupto, cuja velocidade é regulada pela gravidade das situações e urgência das decisões. Como se vê, não era tão banal como isso a observa-

ção preliminar de Leão Trotsky na apresentação introdutória dos seus "Escrito Militares".

Identificam-se, com facilidade, os temas predominantes que constam da obra: necessariamente aqueles em torno dos quais se travaram os mais intensos combates de ideias, no cenário dramático do país invadido e da revolução cercada.

Fixemos em primeiro lugar, a questão do guerrilheirismo versus exército centralizado. Trata-se, na verdade, da questão primordial, quer cronológica quer conceptualmente. "Precisamos de um exército", assim intitulou Trotsky o discurso em que expôs as linhas mestras do seu pensamento ao Soviete de Moscovo, na sessão de 19 de Março de 1918.

"O ano de 1918 e grande parte de 1919, foram teatro de uma luta contínua e tenaz pela criação do **exército centralizado e disciplinado**, dirigido e abastecido a partir de um centro único. Essa luta reflete na esfera militar - de forma extrema - o processo que ocorre em todas as outras esferas da edificação da República Soviética".

Triunfaram - como é sabido - as teses de Leão Trotsky vencendo as teses guerrilheiristas defendidas pela oposição anti-bolchevique (mencheviques, sociais-revolucionários de direita e os de esquerda). O recém-formado Exército Vermelho, apesar de todas as suas debilidades e insuficiências, debaixo da chefia centralizada do comissário do povo para a guerra, Léon Trotsky, foi capaz, nos dois primeiros anos da sua existência, de repelir o invasor estrangeiro em quatro frentes, de esmagar mais de uma dezena de focos de sublevação interna.

Repare-se que a tese anti-militarista (anti-

exército regular) encontrava sólidos argumentos na decomposição do antigo exército tsarista, no ódio à guerra, no esgotamento e desejo de voltar para casa dos milhões de camponeses que constituíam a massa dos soldados. Era uma ideia com muitos adeptos (pág. 48, II vol.), e sociologicamente compreensível (pág. 315, I vol.), reconhece o próprio Trotsky.

Só que a tese dos "partidos conciliadores" teria levado a revolução e o país dos soviets a ficarem desarmados perante os seus inimigos externos e do interior. Os eternos moderados (mencheviques e sociais-revolucionários de direita) e os eternos esquerdistas (sociais-revolucionários de esquerda) sempre manifestaram, em todo o lado e em todos os tempos, a mesma instintiva vocação para adoptarem posições e conceitos favoráveis à contra-revolução!

"O campo conciliador - que marcou com o seu selo fatídico a primeira época da revolução - parecia ter muito maior implantação do que na realidade possuía. Isso era devido à natureza social das camadas onde recrutava os seus efectivos; refiro-me à 'intelligentsia' burguesa e pequeno-burguesa... A sua influência jamais se traduziu na resolução de um único dos problemas levantados pela revolução; pelo contrário, tratavam de os bloquear, agravando todas as dificuldades".

São inúmeras as passagens onde Trotsky ataca rudemente as posições teóricas defendidas pelos moderados mencheviques e os "anarcoguerrilheiristas". Mas nem uns nem outros desarmam. Em Fevereiro de 1919 (Informe na Casa dos Sindicatos). Trotsky torna a denunciar "a indigna agitação levada a cabo em vários regimentos, por elementos desses partidos; e pela respec-

tiva imprensa que declarava que o Exército Vermelho não fazia falta, e que a guerra civil devia terminar quanto antes, pois o povo estava exausto e famélico". (O que, aliás, correspondia à realidade). Serviço militar obrigatório versus sistema voluntário de milícias, é uma outra formulação da questão anterior; pois que o exército centralizado proposto por Trotsky requeria, com efeito, o recrutamento obrigatório. Medida impopular entre todas, de imediato explorada pelos inimigos e adversários da revolução. Mas também neste aspecto Trotsky conseguiu impôr o seu ponto de vista: o decreto sobre a instrução militar obrigatória foi adoptado, logo em 22 de Abril de 1918, pelo Comité Central Executivo.

O segundo tema polémico que mais ocupa Leão Trotsky durante os anos de 1918-19, diz respeito aos "especialistas militares". Concretamente, a utilização nos quadros do Exército Vermelho dos antigos oficiais e sub-oficiais (sargentos) do exército tsarista. Trotsky esteve, desde o início, resolutamente a favor; a oposição anti-bolchevique, em nome da pureza da doutrina proletária condenando a heresia em altos brados.

"A instrução militar obrigatória de toda a população da Russia (implica) que cada operário e camponês deve dedicar determinadas horas por dia na sua instrução militar.

Haverá que utilizar como instrutores veteranos experimentados, sargentos e representantes do antigo corpo de oficiais." Discurso na Casa do Povo, 22 de Março de 1918.

"A partir do momento em que decidimos organizar um exército, devemos utilizar especialistas. Tencionamos pôr ao serviço os antigos generais... Quan-

to aos inimigos internos, o nosso regime soviético está suficientemente forte para não temer aquilo a que chamam 'o perigo dos generais'." Conferência em Moscovo, 21 de Abril de 1918.

Não obstante o optimismo de Trotsky, o facto é que se verificaram muitas traições e sabotagens, alimentando a querela dos "especialistas militares" para além de 1919. As mais espectaculares - do comandante do Báltico, almirante Chestni em Maio 1918; as deserções para os exércitos brancos de Krasnov, Denikin, etc; a traição de Mironov, em Agosto de 1919; e vários outros casos - obrigaram o comissário do povo para os assuntos militares a tomar posição frequentes vezes, conforme ficou documentado nos dois volumes dos seus Escritos. Por outro lado, não faltam as referências aos especialistas (antigos oficiais e sargentos) que se bateram leal e heroicamente pela revolução; alguns tendo feito jus a serem nomeados para os mais altos comandos. (Tuchachevsky e Egorov, por exemplo. Futuros marechais... e futuras vitimas de Estaline). Em resumo, feito o balanço histórico, a tese de Leão Trotsky revelou-se justa; não havia, aliás, outra alternativa, dada a permanente necessidade em organizar o exército, e em enviar unidades para as frentes de operações.

Um terceiro problema que merece a Trotsky comentários extensos, concerne o papel dos comissários políticos versus comandantes operacionais; ou seja, a delimitação das respectivas áreas de competência. Vê-se imediatamente que se trata de uma consequência directa da utilização dos mencionados especialistas; uma concessão aos criticos, que Trotsky teve que aceitar, (mas não muito a seu gosto).

"Quanto mais se integrar o comissário no trabalho operacional, e o comandante no trabalho político, tanto mais nos aproximaremos da direcção única em que um homem posto à cabeça da unidade reunirá as qualidades de comandante e de comissário; isto é, de chefe militar e de educador político." Escrito no Outono de 1918.

Em relação a problemas conexos, a acção do comissário do povo para a guerra pautou-se pelos mesmos conceitos, procurando sempre assegurar a autoridade do partido através da direcção unipessoal. O regime dos comités eleitos, estabelecido pela Revolução de Outubro, foi rapidamente abolido por iniciativa de Trotsky, logo em Abril de 1918.

"O exército revolucionário - na medida em que é um exército de acção e não uma arena de propaganda - é incompatível com o regime dos comités eleitos... Os sociais-revolucionários (s-r) de esquerda levaram até ao absurdo esse pseudo-democratismo caótico quando se dirigiram a certas unidades militares afim que estas decidissem se estavam de acordo com as condições do armistício (Brest-Litovsk) ou se tomavam a ofensiva contra os alemães". "O caminho do Exército Vermelho"; Maio 1922.

Em Dezembro de 1919, com o apoio de Smilga, volta à carga, na reunião dos responsáveis políticos do Exército Vermelho, opondo-se ao sistema de direcção colegial, e propondo a fusão das funções de comandante e comissário.

Devemos deixar sublinhado que as ideias básicas de Leon Trotsky sobre a criação e organização do Exército Vermelho Operário e Camponês - incluindo

as que atrás destacámos - estão condensadas nos 15 parágrafos da Resolução apresentada e aprovada no V Congresso dos Sovietes, em Julho de 1918. Este programa inicial (por assim dizer) norteou a acção do comissário do povo ao longo de todos os anos em que desempenhou as funções de máximo responsável revolucionário na esfera militar; alguns pontos de vista, no domínio técnico, sofreram modificações de acordo com as diferentes circunstâncias e a situação no terreno; mas, no essencial, os objectivos programáticos estabelecidos em meados de 1918, mantiveram-se válidos.

Compreende-se, após o bosquejo feito atrás dos "Escritos Militares", por que razão Leão Trotsky adquiriu reputação de autoritário; e até, nos círculos adversos à revolução, o de militarista. Aliás aplicou os mesmos métodos enérgicos e centralizados na reorganização dos transportes ferroviários, no combate à fome, na resolução do problema do abastecimento do exército (a luta contra os açambarcadores, os kulaks, os sabotadores).

Mas recorde-se que Lenine também sempre se mostrou autoritário no decorrer da revolução; ou melhor, tal como Trotsky, foi um inflexível fautor da autoridade revolucionária. Sem isso, sem essa inflexível disposição de impôr e assegurar o poder e a autoridade da revolução, esta não teria logrado resistir aos seus inúmeros inimigos e ao oceano de dificuldades onde esteve quase a submergir.

Foi assim na Rússia dos Sovietes desde 1917 até final da guerra civil. De facto é uma lei universal: sem autoridade revolucionária e dirigentes capazes de a imporem, a revolução soçobrará. Compete-nos não esquecer Portugal 1974-75.

Em que medida - ou em que pontos - pode a leitura dos antigos "Escritos Militares" de Leon Trotsky, ser útil numa 'leitura' da nova situação revolucionária existente em Angola e Moçambique?

Começemos por verificar qual a actualidade em ambos os países dos temas predominantes atrás analisados - embora considerando que o paralelo com a situação angolana é mais flagrante: já lá vão 13 anos de guerra civil e invasão estrangeira.

A alternativa exército regular/ sistema de milícias (d direcção militar centralizada/guerrilheirismo) nunca mais se chegou a pôr depois da Grande Revolução. Todas as revoluções socialistas que posteriormente triunfaram, criaram um exército nacional centralizado, sem qualquer hesitação ou discussão interna. Em Angola e Moçambique assim sucedeu. Poder-se-á afirmar que a tese trotsquiiana ficou consagrada pelo devir histórico; que a sua 'lição' (ensinamento; experiência) produziu frutos, foi aproveitada pelas gerações seguintes. Quanto a nós, a lição revela-se mecanicamente aprendida; até porque ao exército pós-Estaline lhe falta o espírito e a inspiração do Exército Vermelho Operário Camponês.

Já comentámos, noutra oportunidade, acerca do modo como o modelo militar soviético é exportado para qualquer parte do globo, sem tomar em conta as circunstâncias locais, impondo-se por força da assistência material e técnica. Claro que isso não absolve os partidos revolucionários - Frelimo e MPLA - da "criminososa atitude" de aceitação acrítica, de não se terem esforçado ao máximo, na criação e organização de um exército que correspondesse às necessidades da revolução nas condições específicas de cada um dos dois países. O caso do Vietnam

demonstra que foi (é) possível receber auxílio militar da URSS, mantendo uma total independência quanto à direcção organizativa e estratégia das forças combatentes. Aliás a isso se devem os formidáveis êxitos militares das forças vietnamitas.

Acresce que várias das premissas sobre as quais se baseia o conceito (modelo) do exército nacional (soviético) - como, por exemplo, o serviço militar obrigatório - não são exequíveis nas Repúblicas Populares de Angola e Moçambique. O regime adoptado (por força das circunstâncias) em ambos os países tem sido um misto de voluntariado mais ou menos real, com um voluntariado mais ou menos compulsório. (A Unita vai ao ponto de utilizar o rapto de crianças como método de recrutamento). O sistema de milícias foi ignorado, de acordo com a orientação organizativa preconizada pelos conselheiros do leste europeu. No entanto, na luta contra os "bandidos" (os bandos terroristas da FNLA, Unita, Renamo) teria tido cabimento a organização de núcleos de auto-defesa em várias regiões. Só muito recentemente - e cremos que só em Moçambique - esta solução tem sido ventilada em círculos responsáveis. Decididamente, demasiado tarde. Em Angola, a seguir à independência, o autor teve oportunidade de observar tentativas espontâneas em localidades do interior que não tiveram sequência devida à falta de apoio e estímulo por parte do MPLA.

A este propósito podemos regressar aos "Escritos Militares" para verificar que o homem que impusera no início de 1918 o modelo do exército centralizado, é o mesmo Leão Trotsky que em finais de 1919 apresenta ao IX Congresso do Partido Comunista Russo as "Teses sobre a transição para um sistema de milícias". Com o

seguinte argumento: "Ao presente período de transição - que pode ser dilatado - deve corresponder um tipo de organização das forças armadas que permita dar aos trabalhadores a necessária instrução militar com a mínima separação possível do trabalho produtivo. Tal sistema não pode ser outro que a Milícia Vermelha, operária e camponesa, construída sobre o princípio territorial".

E é ainda o mesmo intransigente opositor ao guerrilheirismo, nos primórdios da revolução, quem passa a dizer, em Setembro de 1919: "Através de uma longa luta lográmos superar o guerrilheirismo informe, torpe, e organizar regimentos e divisões regulares, instruídos e disciplinados. Pois justamente agora, quando já temos um exército regular forte, podemos e devemos completá-lo com destacamentos guerrilheiros bem estruturados". E afinal, o longo período a que Trotsky se referia não chegava a atingir os dois anos! Uma revolução vertiginosa, requerendo adaptações constantes e situações mutáveis. A que distância incomensurável está o génio militar e revolucionário de Leão Trotsky, da tacahez e auto-suficiência conservadora da chefia (estalinista) do actual exército soviético! Há 13 anos em Angola, há 10 no Afeganistão, e ainda nada perceberam, nenhuma alteração importante introduziram na sua doutrina militar, continuam imaginando-se em plena II Guerra Mundial dirigindo grandes massas de carros de combate contra a Wehrmacht. Um desastre intelectual. Um crime anti-revolucionário, diria Trotsky, caso fosse vivo.

Quanto à questão dos especialistas militares, o segundo tema polémico que mais ocupou a atenção de Trotsky nos primeiros tempos da revolução russa - não chegou sequer a ser equacionado em Angola e em Moçam-

bique. O MPLA e a Frelimo limitaram-se a aceitar os conselheiros (e os conselhos) soviéticos, cubanos, chineses, etc, sem minimamente os questionarem. Atitude negativa, absolutamente criminosa, para de novo recorrermos à sentença trotsquiã. Porquê? Sobre os motivos de semelhante passividade já alguma coisa temos dito; repartindo equitativamente as responsabilidades entre os conselheiros e os que se deixam aconselhar. É claro que o auxílio do campo socialista - com a URSS ocupando posição hegemónica indiscutível - trouxe consigo o controleirismo imbecilóide e patológico, de que por cá temos amostra; um chauvinismo tão anti-marxista, como só exibiu a pior pequena burguesia patrioteira do século XIX... e que foi adoptada pela pequena burguesia do MPLA e da Frelimo sem a menor hesitação.

Assiste-se a este espectáculo paradoxal: o regime racista, ultra-reaccionário da África do Sul utilizando especialistas militares de todas as nacionalidades contra Moçambique, na Renamo; contra Angola, no próprio exército nacional racista notícias recentes mencionam os oficiais portugueses, Brigadeiro Ferreira e ten-coronel Magalhães no comando de unidades operacionais na região de Cuito; enquanto isto, os partidos de opção marxista que dirigem os destinos de Angola e Moçambique, dedicam-se a boicotar a colaboração voluntária de militares revolucionários portugueses de alto nível técnico. Enfim, já fizemos em apontamentos anteriores a denuncia desta atitude paradoxal, considerando-a no essencial, uma reacção política contra-revolucionária.

Há quem atribua a motivações psicológicas - o chamado complexo do colonizado - nas reacções negativas dos responsáveis africanos (inclusive nos países de

opção socialista) em relação aos especialistas; aos técnicos, em geral, aí englobando os cooperantes estrangeiros pagos em dólares. Contam-se inúmeros episódios ilustrativos; os quais, à primeira vista, parecem de facto estabelecer a predominância de tese psicológica. Ao autor destas linhas depararam-se diversas situações desse tipo. Como por exemplo: o chefe da artilharia das FAPLAS, em 1976, (Nini, se bem recorde o nome de guerra) tinha sido cabo no exército colonial português. Tentei contactá-lo na melhor das intenções, para me colocar ao seu dispôr. Após várias evasivas acabámos por vir à fala. Limitou-se a pedir-me regulamentos, Mandaram-mos de Lisboa, cêrca de uma dúzia de títulos diferentes, que lhe entreguei. Nunca mais teve uma palavra para me dizer, ou um escla-recimento a pedir.

Outro caso: a 2ª Repartição do Ministério da Defesa era dirigida por um ex-tenente miliciano do exército colonial (negro, hoje em alto cargo). Reduzia-se a uma ou duas raparigas, e um pequeno lote de revistas estrangeiros. Também me pediu o regulamento, e também o obtive; juntei um breve memorando de arranque organizativo. Nem resposta, nem agradecimento. Em Moçambique assisti ao caso de um oficial da marinha brasileira (capitão mar-e-guerra, refugiado em Cuba depois do golpe de 1964) voluntário para assessorar o sector naval moçambicano. Arrumado para uma escola náutica em formação, ficou debaixo das ordens de um ex-seminarista que nunca tinha visto um navio. O comandante Godoy não aguentou, regressou a Cuba, passados meses. Haverá centenas, ou mesmo milhares, de casos idênticos. Complexos de inferioridade? Admitindo que existam, representam uma segunda (ou terceira) explicação; e são já de si, produto

de sentimentos pequeno burgueses anti-revolucionários.

Trotsky condena, em diversas passagens dos seus "Escritos Militares", a "hostilidade e desconfiança" que rodeavam os especialistas militares nos primeiros tempos da revolução russa. Mas aqui tratava-se de um fenómeno inverso: um excesso de vigilância revolucionária exercida em relação aos antigos oficiais tsaristas.

Aliás na RPAngola e na RPMoçambique a prova de contraste não engana ninguém: a especial amizade com que o falecido Samora Machel distinguia publicamente o general fascista português Sousa Meneses. Nas últimas semanas, enquanto é denunciado o envolvimento directo de oficiais do exército português nas actividades da Renamo, o partido Frelimo multiplica diligências junto do governo de direita Cavaco Silva, afim de conseguir a cooperação militar de Portugal. Estamos perante nova situação paradoxal, que parece querer reeditar a ilusão/lo-gro de N'Komati.

Poderíamos rematar, comentando com filosófica resignação, que nem todas as revoluções produzem um Lenine ou um Trotsky. Assim é. Infelizmente. Mas se nem todos os dirigentes revolucionários podem ser geniais, eles devem pelo menos, dar mostras de que tentam aproveitar a experiência acumulada desde a Grande Revolução de Outubro.

"Nada se pode fazer sem erros e, muito menos a revolução", escreveu Leão Trotsky no proscénio da sua colectânea de "Escritos Militares"; logo deixando entender que caberia aos futuros dirigentes revolucionários reduzi-los ao mínimo.

Em Angola e Moçambique demasiados erros foram cometidos, durante demasiado tempo. Nomeada-

mente no domínio militar/revolucionário, onde Leão Trotsky atingiu indisputada consagração.

A situação na Africa Austral, no presente momento, possui ainda elevado potencial revolucionário. Apesar de tudo, há que manter a esperança num desfecho vitorioso para a classe operária, para o socialismo.

*

* *

APÊNDICE:

Citações de Leon Trotsky

"Sim camaradas, a guerra e o exército são a continuação da política; a política, por sua vez, é o reflexo da força do exército".

-in Informe ao V Congresso dos Sovietes;
Julho 1918

*

* *

"A auto suficiência que se tranquiliza com os pequenos êxitos, é o pior traço do pequeno burguês e é radicalmente inconciliável com as tarefas históricas do proletariado... Esses elementos, os piores do novo regime, tendem a cristalizar na burocracia soviética... Aí estão os verdadeiros cúmplices da contra-revolução, embora não entrem em complots... Só o pobre burocrata soviético, agarrado ao seu novo lugar, pode comportar-se com desconfiança gratuita perante aquele que conhece bem o seu ofício, perante o organizador, o técnico, o especialista..."

-in Carta a um Amigo: De maneira científica ou como calha?; Janeiro 1919

"A carência de conhecimentos não é evidentemente, uma culpa mas sim uma desgraça; aliás uma desgraça corrigível. Essa carência converte-se em culpa, ou inclusive em crime, quando vem acompanhada da suficiência - do confiar-se nos 'talvez', 'julgo que' - e de hostilidade invejosa em relação a todo aquele que sabe mais".

-ibidem

*

* *

"Não há muito, no II Congresso Panrusso dos Conselhos de Economia, o camarada Lenine disse: É a altura de abandonarmos velhos preconceitos e incorporarmos no nosso trabalho todos os especialistas que necessitemos... O camarada Lenine falou de fatuidade intelectual e de estupidez grosseira. Palavras duras que não obstante (ou mais exactamente devido à sua dureza) provocaram uma tempestade de aplausos. Eu aplaudo mentalmente com os demais. A auto suficiência intelectual que promete tudo resolver com recursos caseiros, não é outra coisa, na verdade, que a face oculta da estupidez incapaz de compreender a complexidade das vias que levam à sua solução".

- in carta contestando artigos insertos no Pravda: Dezembro 1918

"O comunismo burocrático soviético é uma detestável enfermidade bastante difundida".

-ibidem

*

* *

"Sabemos que a classe operária está habilitada, felizmente, com uma enorme dose de espírito crítico. Faltam-lhe outras coisas, mas disso tem bastante. De

organização prática, capacidade para um trabalho sistemático, disciplina, tem pouco por agora; mas está penetrada até ao tutano de desconfiança e inclinada à verificação".

-in "O Exército Vermelho", discurso no CC;
Abril 1918

"Pese aos erros das massas trabalhadoras, pese à rudeza do seu regime, pese a que ele roça demasiado asperamente a epiderme de alguns senhores intelectuais, pese a tudo isso, o regime soviético tem direito a desenvolver-se. Consolidar-se-á. E, para isso, necessita do exército. Esse exército será criado".

-ibidem

*
* *

"Há que optar entre os dois monopólios - o dos operários e camponeses, ou o dos kulaks e dos ricos - não em palavras mas em actos. A essência dessa opção é a guerra. E o nosso partido está pela guerra civil! Nós, os soviets, avante!... Sim, viva a guerra civil! A guerra civil em nome do pão para as crianças, os velhos, os operários e o exército vermelho; em nome da luta directa e implacável com a contra-revolução".

-in "Duas vias", discurso no Soviete de Moscovo, Junho 1918

*
* *

"A classe operária é propensa à magnanimidade e à brandura. Nós dizemos: Não! Até que o inimigo não esteja definitivamente destruído, em nossas mãos deve estar uma espada desembainhada".

-in "As tarefas interiores e exteriores do

poder soviético", Conferência pronunciada em Moscovo, a 21 de Abril de 1918

"É que o poder, camaradas, não é uma broa de pão que pode partir-se ao meio, ou dividir-se em quatro partes. O poder é um instrumento com a ajuda do qual determinada classe afirma a sua dominação. Ou bem ele serve à classe operária, ou então serve contra a classe operária. Não há alternativa".

-ibidem

*
* *

"Seria extremamente prejudicial que os revolucionários de outros países ficassem com a ideia que um exército revolucionário se forma por intermédio da propaganda. Antes de tudo é preciso ter uma concepção clara: um plano de edificação militar que corresponda às condições sociais, políticas e técnicas, assim como aos recursos do país revolucionário em causa. Unicamente sobre esta base pode a propaganda (exercer-se)... No domínio militar, mais que em qualquer outro, a palavra é apenas um complemento da acção".

-in Prefácio II Volume, Janeiro 1924

*
* *

Citação de Lenine

"Mostrem-me outro homem capaz de criar num ano, praticamente do nada, um exército modelo, impondo-se ao respeito dos especialistas militares. Nós temos um tal homem: Trotsky. Temos tudo o que necessitamos para vencer".

-Máximo Gorki, em "Reminiscências de Lenine"

- in VERSUS nº 43 - Abril 88

GUERRA COLONIAL

- a versão deles

Os que fizeram a guerra nas colónias - e sobre isso capitalizam de várias maneiras - foram os encarregados de estabelecer a respectiva versão oficial. Que leva o título geral de "Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1961-74". Um mundo de intenções inconfessadas logo na escolha das palavras de apresentação: em particular, na redução do conceito de guerra ao de simples campanha.

O 1º Volume, "Enquadramento Geral", veio agora a público, em Maio do corrente ano. Dadas as circunstâncias, não seria de admirar tratar-se de uma obra apologética e desculpabilizante; mas que se esperaria contida dentro do âmbito profissional (militar/corporativo). Ora, o facto é que os redactores deste volume inaugural - um general, um brigadeiro, cinco coronéis - resolveram ir mais longe. Pelos caminhos invios do enquadramen-

to histórico-militar procuram chegar à justificação da tese e das posições salazaristas relativas à "guerra que nos foi imposta no nosso ultramar". Um trabalho saudosista, de exumação dos mitos colonialistas. Com a aprovação do Estado-Maior-Exército, bem entendido; entidade da qual dependem os redactores, e que assume a responsabilidade da edição.

O carácter defensivo das campanhas portuguesas é mesmo o primeiro sub-título do Capítulo II. A tese é peregrina: o país Portugal, e a sua classe dirigente, através dos tempos históricos - desde Afonso Henriques e das cruzadas! - jamais tiveram uma política de expansão ou de conquista. Os portugueses limitaram-se a defender as suas legítimas posses dos ataques dos inimigos externos! Está, por exemplo, escrito a página 68: "As fortificações erigidas pelos nossos antepassados, e ainda hoje testemunhos do nosso passado militar em todos os continentes, dão-nos a imagem de um Portugal eminentemente defensivo. (...) De um modo geral, todas as campanhas (será forçoso ler-se guerras) inseridas no período do Império, nunca ultrapassaram o objectivo de garantir os direitos adquiridos, e de defesa da nossa presença legítima". Lê-se, e custa a acreditar. Assim raciocinava, o coronel Custer do 7º de Cavalaria, no Far-West americano. A tese pseudo-histórica da "Comissão para o Estudo das Campanhas de África" é tão caricata que só apetece troçar. Porém, é evidente que teve consequências no domínio da apresentação - ou omissão - dos factos; da selecção - ou sonegação - de documentos; da interpretação - explícita ou implícita - dos acontecimentos. Dois simples exemplos ilustram a manipulação histórica que presidiu à redacção do volume. O desastre da Índia - militar, di-

plomático, 'imperial' - suscita apenas quatro linhas de comentário na página 104: "Em Dezembro de 1961, verificou-se a invasão por forças regulares da União Indiana - numerosas, bem armadas e equipadas e apoiadas por meios aéreos e navais - que rapidamente conquistaram o território". O massacre da Baixa do Cassange, em Janeiro de 1961, típico crime colonialista em que as vítimas foram os trabalhadores negros do algodão, é relatado através do excerto de uma publicação oficiosa de 1969: "As nossas tropas... vendo-se cercadas por milhares de amotinados, armados de canhangulos, armas de caça, catanas e mocas, que ameaçavam massacrar os militares, tiveram necessidade de abrir fogo, provocando um certo número de baixas".

Tornar-se-ia redundante comentar semelhante método de "evitar todo o juízo crítico" (em Introdução); de estabelecer "um quadro geral dos antecedentes históricos e militares daqueles treze anos da campanha" (idem).

Note-se que o EME podia ter-se dispensado a dissertação histórico-militar que constitui a I Parte da obra; reduzindo-a à II Parte - "O Exército que tínhamos" - onde a matéria tem (por suposto) um carácter mais neutro, do tipo documental/estatístico. Mas não. As chefias do Exército, em 1988, no ano quatorze do regime democrático instituído por via do golpe militar do 25 de Abril, acham oportuno e conveniente fazer pública profissão de fé na política colonialista do regime fascista; alinhar com os generais da brigada do reumático, afastados em 1974, subscrevendo a quase totalidade dos seus pontos de vista ultra-reaccionários. Sinal dos tempos, não há dúvida. Tempo de fantasmas, de regresso ao passado.

Os militares saudosistas autores da Resenha

não parecem incomodar-se com o facto das suas teses e interpretações poderem ser consideradas uma tentativa provocatória de contradizer a doutrina que o estado democrático português assume (formalmente) em relação à descolonização e à independência dos "novos países de expressão oficial portuguesa". Têm as suas razões para não se incomodarem. Eles sabem que o restauracionismo está na ordem do dia, que a velha classe dominante colonialista está novamente no poder, agora com a etiqueta social-democrata. Num contexto desta natureza, o que poderá surpreender, é a condescendência dos governos das ex-colónias e respectivos partidos revolucionários. Ainda há poucos meses esteve na República Popular de Moçambique, chefiando uma delegação militar, o brigadeiro Nascimento Garcia, um dos ideólogos/redactores da Resenha, último comandante da zona de guerra do Tete (até 1974). Pois foi recebido amavelmente como um perito credenciado! No dia 6 de Junho do corrente ano, partiu para a República Popular de Angola, a convite do governo do MPLA uma delegação do movimento de solidariedade anti-apartheid chefiado por Costa Gomes. O mesmo que, em 1975, sendo presidente da República, não quis tomar conhecimento da invasão do território angolano pelo exército sul-africano, mantendo imobilizadas as forças portuguesas. Pois botou conferência sobre a arte da guerra contra-subversiva, explicando aos militares das FAPLA como tinha liquidado o MPLA!!

A publicação do 1º Volume da versão oficial - militarista e reaccionária - da Guerra Colonial não levantou reparos audíveis, quer em Portugal quer nos países africanos. Exceptuando, talvez só, um artigo duro de César Oliveira em "O Jornal" de 21.6.88. De resto, os órgãos

institucionais do regime democrático, os historiadores, os homens da política, preferiram deixar passar mais esta manobra restauracionista sem reagirem. Sinal dos tempos. Os literatos, reunidos em Forum na Faculdade de Letras em 29 de Junho, revelaram-se ne generalidade, auto-satisfeitos com a produção artística relativa ao tema. Houve até quem - Agustina Bessa Luis - se mostrou capaz de ombrear com os autores da Resenha, ao discretear sobre "a ausência de vocação guerreira neste povo de afectuosidade". Os marechais e os capitães da Revolução dos Cravos (anti-colonialista na sua essência) guardaram prudente silêncio perante mais esta manifestação de cunho filo-fascista dos seus camaradinhos de armas. É hábito que vem de longe, da contra-revolução de 1975, esse de deixar sem correctivo as manobras da direita e da extrema-direita. Um dos mais destacados novembristas - Vasco Lourenço - por ocasião do último aniversário do 25 de Abril, aludiu na TV à "guerra limpa" que o exército português teria praticado em África. Eis outra tese peregrina que merece ser recomendada para desenvolvimento aos autores da Resenha.

Quanto a nós, são exactamente estes sinais (e outros) da colagem às teses da Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa que constituem o aspecto mais preocupante (potencialmente perigoso) da publicação oficial sobre a Guerra Colonial. Na realidade, são séculos de perseguição religiosa/ideolôgia com a recarga moderna dos 50 anos de repressão fascista; é a hipocrisia fradesca como modelo da governança; é a manipulação da história, admitida como direito divino (ou natural) do poder; são os reflexos - dir-se-iam já genéticos - de servilismo e subserviência. Uma dose demasiado pesada para um corpo

social de tão doentia constituição. Não admira que na personalidade portuguesa não avulte o espírito crítico, ou a coragem das opiniões. Não admira que os militares pretendam desfigurar a história da Guerra Colonial, e que os civis nada tenham a objectar. Mas daqui advêm consequências práticas, consoante atrás se salienta. É estranho ver um historiador preocupado - César de Oliveira no artigo referido - pôr objecções à reprodução em Anexo (na Resenha, Cap. VII - Acção Psicológica) de documentos autênticos. Porque incluem o clero e os católicos progressistas como inimigos subversivos? Porque classificam o "Portugal Socialista" na área do PCP, e isso pode melindrar o actual PR? Ora, na verdade, a exigência de todos os interessados no tema da Guerra Colonial deverá ser inversa; isto é, quantos mais documentos forem divulgados, melhor será. E que os redactores do EME deixem de propôr teses absurda e interpretações históricas caricatas. Ou pretende César Oliveira sugerir que houve escolha dos documentos mais provocatórios? Nesse caso, estaríamos perante uma manipulação qualificada. Há de facto, sérias razões para temer pelo destino reservado "à quantidade enorme de documentação que se sabe existir mas que, na sua maior parte, não está devidamente arquivada e, por vezes, nem sequer identificada". (em Introdução).

"Muita outra, no período da turbulência que se seguiu à Revolução, fora intencionalmente aniquilada", acrescenta no prefácio o presidente da Comissão redactora, general Manuel Themudo Barata. Uma insinuação reles, que pretende atirar para cima do 25 de Abril com uma responsabilidade que, evidentemente, pertence às forças comprometidas com a guerra colonial: fascistas,

pides e colonialistas. A personalidade do General Themudo Barata - conservador, católico de beatério, filho dilecto da "outra senhora" - não se coaduna, nem de perto nem de longe, com o perfil do imparcial historiador que evoca no Prefácio. Em 25 de Abril de 1974 era comandante militar de Cabinda. Teve problemas e foi afastado. Isso não impediu a sua ascensão ao generalato durante o "período da turbulência". Ramalho Eanes nomeia-o director do Serviço de História Militar. Sempre considerado. Hoje, já perto dos 70 anos, debita de cátedra sobre a guerra colonial - perdão: campanhas de Africa. Na lista das fontes eruditas citadas na Resenha, aparecem misturados nomes como Jaime Cortesão, Marcelo Caetano, António Sérgio, Veríssimo Serrão, etc. Caldeirada mistificatória, à moda portuguesa.

Também sobre a guerra colonial teremos que aguardar as monografias de origem estrangeira para desmistificação do tema. É uma triste sina, lastimosa condição do intelectual português.

Entretanto, a classe burguesa retornada ao poder volta a galardoar os heróis mata-pretos. Agora com pensões vitalícias. Nem a casta militar, nem a casta dos políticos reaccionários vê qualquer contradição em exaltar simultaneamente a guerra colonial, na visão imperialista de Angola é Nossa, e os descobrimentos quinhentistas, na visão hipócrita-humanista de Dar Novos Mundos ao Mundo. Decididamente, o mistifório histórico é uma especialidade da cultura lusófona, de que a "Resenha Histórico-Militar das Campanhas de Africa, 1961-74" é um bom exemplo.

- in VERSUS nº 45 - Out. 88

BATALHA DE IDEIAS E DIRECÇÃO REVOLUCIONÁRIA NA RAS

Merecem desenvolvimento teórico alguns aspectos da luta de classes cujo processo revolucionário está em curso na República da África do Sul (RAS); considerando-os não apenas dentro do espaço ocupado pelo território do estado racista, mas no conjunto da região austral do continente.

Numa primeira aproximação, iremos relançar a polémica (a crítica recíproca) entre as posições do ANC/PCSA (Congresso Nacional Africano/Partido Comunista da África do Sul) e a Tendência dos Trabalhadores Marxistas, Inqaba ya Basebenzi (Fortaleza dos Trabalhadores). A tendência Inqaba formou-se dentro do ANC e aí pretende manter-se travando a sua luta ideológica, em nome do trotskismo. Por outro lado, sabe-se que a linha ideológica predominante no ANC corresponde à do PCSA: partido comunista ortodoxo, pró-soviético, esta-

linista no seu tempo, agora discípulo fiel do gorbatchevismo.

O PCSA publica em Londres o quadrimestral "The African Communist"; a tendência Inqaba publica também, desde 1980, na capital inglesa o seu jornal, com periodicidade idêntica. Ambas as publicações são distribuídas clandestinamente na RAS; ambas contêm colaboração de excelente nível teórico.

O ataque crítico sustentado pela Inqaba contra o PCSA concentra-se sobre a chamada "teoria das duas etapas"; ou seja, em síntese, haverá em primeiro lugar uma revolução democrática nacional (burguesa... ou não); seguida (ou simultânea... ou a prazo) da revolução socialista. Na realidade, esta é uma questão crucial da teoria revolucionária; visto que condiciona, directamente, a estratégia da acção do partido revolucionário na tomada do poder. (O ritmo da revolução; a via para o socialismo, etc, se quizessemos utilizar uma qualquer expressão mais ou menos eufemística). Além disso, a teoria das fases da revolução está intimamente associada a outras questões importantíssimas, tais como a da ditadura do proletariado, e a da revolução permanente; na verdade, formam um todo (quase) inseparável.

Assim sendo, compreende-se que o tema das fases revolucionárias seja constantemente abordado por todos os autores marxistas. Karl Marx e Friedrich Engels dedicaram-lhe extensas considerações, a propósito da revolução liberal alemã de 1848, da Comuna de Paris de 1871, e noutras, variadas, ocasiões. Será, porém, Lenine a autoridade suprema na matéria, pois que alia na sua pessoa a lucidez crítica e doutrinária - designadamente aplicada em relação à 1ª Revolução Russa (1905) - à ge-

nial capacidade de chefe revolucionário e condutor de massas, que soube imprimir à revolução democrática de Fevereiro de 1917 o ritmo necessário para a transformar na primeira revolução socialista do mundo, apenas em oito meses.

Interessa no entanto, deixar assinalado que, estando o tema das fases revolucionárias inescapavelmente omnipresente em toda a literatura marxista, ele não foi objecto de nenhuma tese específica sob a formula "Teoria das Duas Etapas" utilizada (et pour cause) pela tendência Inqaba na polémica que trava com o PCSA. O título que mais recorda uma visão dualista do processo revolucionário será, "Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática" escrito por Lenine em 1905, e publicado nesse mesmo ano; mas trata-se claramente, de um texto desactualizado e polémico na forma; permitindo extrair citações desgarradas para todos os gostos. No mínimo, tem que ser lido à luz da intervenção posterior de Lenine na Revolução de 1917 e produção teórica subsequente.

Aliás, é precisamente isso que faz Leon Trotsky em 1929 nas suas "Teses sobre a Revolução Permanente", escritas já no exílio; e, mais tarde, em 1938, quando define as tarefas concretas para a IV Internacional, no que chamou "Programa de Transição". Vem a propósito referir que, nesse interim - em 20.4.1935, exactamente - Trotsky dirigiu uma carta ao movimento operário sul-africano ("Sobre as Teses do Workers Party da África do Sul"); encontrando-se, além disso, espalhadas por diversas obras suas, frequentes e extensas considerações relativas à luta pelo socialismo nos países colonizados ou de desenvolvimento industrial retardado. Na polémica com

o Partido Comunista, a tendência Inqaba apoia-se no pensamento e na orientação preconizada por Leon Trotsky para a conquista do poder pelo proletariado; todavia, são bastante mais frequentes as referências às teses respeitantes à Revolução Permanente, que às reivindicações (democráticas) constantes do Programa de Transição. Isso será devido, pensamos, ao teor mais radical do primeiro dos textos. Assim pode ler-se na alínea 2, da Revolução Permanente (Teses): "Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular para os países coloniais e semi-coloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução completa e verdadeira das suas **tarefas democráticas e de libertação nacional** não pode ser outra que a ditadura do proletariado, o qual encabeça (a luta) da nação oprimida, designadamente a das suas massas camponesas". Enquanto que, o Programa de Transição apenas estabelece (subdivisão 3): "É preciso ajudar as massas, no processo da sua luta quotidiana, a encontrarem a ponte entre as suas reivindicações actuais e o programa da revolução socialista". Ou, mais adiante, na subdivisão 15: "Os problemas centrais dos países coloniais e semi-coloniais são: a **Revolução Agrária**, isto é, a liquidação da herança feudal, e a **Independência Nacional**, isto é, o derrubamento do jugo imperialista".

Vejamos agora qual a posição teórica assumida por Joe Slovo (fundador do PCSA, e desde 1987, seu secretário-geral) no seu livro "South Africa: No Middle Road" (um título já de si radicalizante), publicado em 1976, e tornado referência obrigatória. Escreve a págs. 54, edição portuguesa: "Mas há que atender a algumas fases. Interessa sublinhar que a referência feita às tarefas das fases "imediata" e "futura" não implica necessaria-

mente um compromisso com a criação gradual de duas formações socioeconómicas distintas: primeiro uma democracia burguesa não-racista e, depois, a ordem socialista". Mais adiante, no entanto, já introduz uma condicional: "Se a luta de libertação levar ao poder uma aliança democrática revolucionária dominada pelo proletariado e pelo campesinato, a fase pós-revolucionária poderá certamente, tornar-se o primeiro passo de um processo contínuo rumo ao socialismo..."

Repare-se que 1976 foi um ano de grandes expectativas em África, devido à independência das colónias portuguesas verificada em 1975. Para trás estava uma tradição de luta de indiscutível carácter proletário: a Revolta do Rand, em 1922 foi levada a cabo por inspiração, e em nome, da Revolução de Outubro. Mas é a partir de 1956, com a proclamação da Carta da Liberdade, adoptada como programa pelo ANC, que o movimento de massas na África do Sul adquire um poderoso desenvolvimento. O Partido Comunista, no seu programa de 1962 (ainda vigente), declarando embora que a Carta da Liberdade não é um programa para o socialismo, promete o "apoio incondicional" do Partido à sua execução. Pouco antes, em Dezembro de 61, unidades organizadas do Umkhonto We Sizwe (A Lança da Nação-MK), constituído por iniciativa conjunta do ANC e do PCSA, iniciavam a luta armada na África do Sul, efectuando ataques à bomba contra instalações governamentais.

O documento "Estratégia e Tática" subscrito em 1969 por todas as organizações que lutavam contra o regime do apartheid merece (também) a crítica do Inqaba pela forma evasiva, condicional, reticente com que formula as conclusões doutrinárias. Num extenso suple-

mento (160 págs) à edição de Março 1982, o jornal da tendência dos Trabalhadores Marxistas, Inqaba Ya Basenbezi, declara quase a terminar a sua análise política: "Se tanto insistimos neste documento num tema determinado - ao explicar os erros da abordagem das 'Duas Fases' - foi porque ao fim e ao cabo todas as questões de política, estratégia e tática giram à volta disso. O perigo das ilusões (que estão contidas) na ideia de um 'estado democrático nacional', na tentativa de construir a democracia em fundações capitalistas, em permanecer receptivo ao pensamento do compromisso com a burguesia liberal - consiste em deixar intacta (undestroyed) a ameaça da reacção... e o terreno ficará preparado para a contra-revolução".

Podíamos continuar compulsando os textos teóricos publicados nos dois quadrimensais depois de 1982 até ao presente; concluiríamos que as posições antagónicas, pró e contra a teoria das 2 fases, não só se mantêm, mas sobem de tom. Assim no nº 103 do African Communist, (Outubro 85) o articulista Nyawusa procede a uma vigorosa defesa da revolução em duas fases, considerando a uma consequência irrecusável da tese sobre "O Colonialismo de Tipo Especial", ambas adoptadas pelo PCSA em 1962. O artigo intitulado "Novas Tendências 'Marxistas' e a Batalha de Ideias na África do Sul" (a palavra marxistas entre comas no original) aponta como autores dessas heterodoxas ideias marxistas, a comunidade dos estudantes brancos, e os círculos intelectuais brancos, acusando-os de, procurarem impôr a aventureirista ideia do 'socialismo já' ao movimento revolucionário sul-africano, servindo-se para isso da crítica à teoria das duas fases.

No nº 110 (Julho 1987), Sisa Majola começa

dissertando sobre "AS Duas Fases da Nossa Revolução" por uma citação de Lenine (que esquece datar, mas que é de 1905). Afirma rotundamente que "O objectivo político urgente da nossa revolução é o de estabelecer uma república democrática". E mais, continuando a abonar-se com Lenine: "Visto que não há suficiente força, assume-se um compromisso temporário, surgindo (a necessidade) de um acordo negociado"... "A abordagem de Lenine à transformação revolucionária do mundo era a de um processo envolvendo várias fases, não apenas um acto único. Noutras palavras, a república popular torna-se um instrumento político (nas mãos) dos trabalhadores para avançarem a revolução até ao socialismo".

Mais explícito ainda é Moreku Gaitherule que em carta ao editor da revista comunista (nº 111, Out.87) escreve: "OS ultra-esquerdistas, que a si mesmos se proclamam marxistas, esquecem-se de tomar em consideração a situação real no nosso país... A África do Sul necessita de uma fase de rectificação, que será caracterizada por um conflito ideológico que a limpe da maldição do racismo... A estratégia do ANC para a libertação nacional é o único caminho correcto ditado pelas condições objectivas existentes na RAS. Não é reformista, ou anti-socialista, nem tem raízes pequeno-burguesas. De momento é a única via que poderá garantir que o socialismo será construído no nosso país".

A tendência Inqaba, por seu lado, contrapõe argumentos teóricos igualmente bebidos no manancial leninista; completando-os com observações colhidas na obra de Leon Trotsky. Mas não vale a pena proceder a uma análise pontilhistas e semântica da polémica ideológica em curso na RAS. (Método exumatório que, geralmen-

te, não leva a lado nenhum). De facto, a situação sul-africana é altamente dinâmica, sucedendo-se as tomadas de posição e as guinadas de marcha. Joe Slovo numa entrevista ao Observer, em Março 87, avança com a seguinte extraordinária afirmação: "Estou absolutamente convencido que se conseguirmos uma sociedade de real democracia na África do Sul, a questão da passagem ao socialismo será resolvida mais pelo debate que nas ruas". O jornal do Inqaba, (nº 23, Abril 87) pela voz de Paul Storey, não lhe perdoa. Lembrando a trajectória radicalizante de Joe Slovo - "No Middle Road", chefia do MK (Umkhonto We Sizwe) - observa que a sua ascensão à direcção do Partido Comunista parecendo indicar uma guinada à esquerda, "o afastamento da velha e rudimentar teoria das 'Duas Fases', substituída pela (sua) nova teoria da 'Revolução Ininterrupta', vem afinal a desembocar em propostas de compromisso com o inimigo de classe". Evoca ainda Paul Storey - quanto a nós, com propriedade - os antecedentes estalinistas de Slovo e os laços organizacionais, de tradição e perspectiva, que ligam o PCSA à burocracia soviética. E, em perfeita sintonia com o pensamento trotskista, sublinha: "A burocracia estalinista, enquanto que no plano internacional está em conflito com a classe e o estado capitalistas, encontra-se simultaneamente impedida, em defesa do seu próprio interesse, a opor-se, obstruir e combater qualquer ameaça da classe operária chegar ao poder dirigindo ela própria a revolução".

A mesma edição do Inqaba inclui - não será por acaso - um artigo assinado por Richard Monroe, em cujo título se pergunta: "A chefia soviética apoia a nossa revolução socialista?". No número seguinte (Outubro 1987) Gavin Jantjies responde com outra epígrafe: "A revolução

socialista pode ter que esperar um século! afirma alto funcionário soviético". O qual, Goncharov de seu nome, vice-director do Instituto dos Estudos Africanos da Academia de Ciências da URSS, estava falando para a imprensa ocidental. Este perito em assuntos sul-africanos, e um outro seu colega, Starushenko, explicam ao Weekly Mail (Janeiro 87), ao Frankfurter Allgemeine (Agosto 87), etc, que "... primeiramente é necessário resolver os problemas da luta de libertação, e então passar para a fase seguinte da revolução social na África do Sul". Benditos sejam estes teólogos, tão explicadinhos que eles são.

O breve relançamento acima efectuado sobre a luta ideológica que se desenrola na RAS, e que tem como eixo a tese das duas etapas, oferece-nos a oportunidade de chamar a terreiro a experiência revolucionária portuguesa recente (1974-75). Seria criminoso não a aproveitar, pois acreditamos que assim podemos contribuir para esclarecer a questão. Poder-se-á mesmo dizer que constitui uma contribuição decisiva, visto que já está confirmada pela passagem da História. O fracasso (a derrota) da Revolução Portuguesa demonstra clamorosamente a inanidade da tese das Duas Fases; as perigosas ilusões que contém; o vírus capitulacionista que a habita.

Com efeito, são muitos os paralelismos que se podem estabelecer entre o PC português dirigido por Alvaro Cunhal, e o PC da África do Sul dirigido por Joe Slovo. Uma mesma estirpe e bordão soviético, uma mesma formação, mentalidade e perspectiva doutrinária estalinista de ambos os líderes. E não só, pois a sua longa permanência na cúpula dos respectivos partidos, acabou por modelar estes à sua imagem e semelhança.

Sabe-se que o esquema das etapas revolucionárias, transfigurado pela concepção internacionalista sui generis de Estaline, está na origem dos grandes desastres ocorridos na sua época. A derrota da Revolução Chinesa de 1925-27 permanece como o exemplo clássico; mas também em Espanha, na Alemanha - estendendo-se até ao Portugal retardado de 74-75 - a maléfica interpretação/aplicação da teoria das etapas foi, por toda a parte, pavimentado o caminho para a vitória da contra-revolução.

Repare-se como deixa de valer a pena - quando o tempo histórico cristaliza as suas sentenças - proceder à análise exumatória do corpo teórico estalinista; nesta área, como em outras. os ideólogos ao serviço do poder soviético de então (que ultrapassaram com prodigiosa agilidade todas as desestalinizações) escreveram incansavelmente, como lhes competia, sobre a revolução democrática e a socialista, o período de transição, a ditadura do proletariado e/ou do campesinato, etc. Até (inevitavelmente) algumas vezes, com acerto; embora fique evidente em toda a literatura produzida (até hoje, até hoje) uma marcada preferência pelo Lenine de 1905 (da derrota), em simultâneo com um certo alhjeamento em relação ao impetuoso, arrojado e vitorioso Lenine de 1917.

Também Alvaro Cunhal e Joe Slovo (mais respectivos correligionários) escreveram e escrevem coisas acertadas, de vez em quando, acerca da transformação da revolução democrática em revolução socialista; chegando mesmo, em determinadas ocasiões, a mostrarem-se extremamente radicais e enérgicos. Tudo bem (ou quase) no reino da palavra. Aí o voo do pensamento é livre... e a responsabilidade limitada. Digamos que o

edifício teórico é um edifício vazio. Dar-lhe-á vida a acção revolucionária.

Examinando a obra, antes da prova dos factos, podem, eventualmente ser detectados defeitos grosseiros de construção; mas não é provável que isso aconteça com artifices consumados (de rabo pelado) como Alvaro Cunhal ou Joe Slovo. O subterfúgio, a ambiguidade, o ecletismo, dão para enganar o cliente mais afoito. Quanto a nós, o que tem mais interesse procurar descobrir nas teses ideológicas propugnadas pelos dirigentes políticos comunistas, é a predisposição subjectiva que as ditou, o animus revolucionário que indicam. Ou a falta dele.

No caso da Africa do Sul uma averiguação nesse sentido possui (ainda) grande pertinência. Considerando que a direcção revolucionária na RAS é, indiscutivelmente, hegemónica pelo ANC/PCSA, pode ser que (talvez que) o combate ideológico que a tendência Inqaba sustem contra a interpretação/aplicação da teoria das Duas Etapas possa vir a reduzir os seus efeitos capitulacionistas. Compete-nos saudar Inqaba pela coragem e clarividência da sua intervenção.

O dossier da Revolução Portuguesa está encerrado. Por unanimidade. E selado, quatorze anos após o 25 de Abril, com a vitória absoluta da direita social-democrata nas eleições de 19 de Julho 1987. Durante uma dezena de anos, o PCP teimou cegamente em sustentar, contra toda a evidência dos factos, o mito da vigência da etapa revolucionária democrático-burguesa. Anestesiou os seus militantes com a ideia que assim se avançava para o socialismo, com as conquistas irreversíveis, com as formações económicas de transição, etc, etc. Procurou a qualquer preço firmar alianças com os mais diversos

sectores da burguesia e da pequena-burguesia sofrendo revezes humilhantes; acabando por se contentar com imprestáveis repescados do caixote do lixo da burguesia, tipo Costa Gomes. Sonhou com bonapartismos salvadores, chegando a depositar as suas esperanças em Ramalho Eanes, chefe premiado da contra-revolução. Não vale a pena perder tempo reconstituindo *pari passum* o calvário do PCP, a sua dolorosa via sacra de erros, falta de visão e de coragem política. Mais que não seja, por piedade.

Porém, o apego desesperado do Partido Comunista Português à teoria das Duas Etapas, agarrando-se durante dez anos à miragem de uma fase de transição para o socialismo, enquanto efectivamente decorria a inexorável restauração burguesa, facultava uma lição de extraordinária importância - para todo o movimento revolucionário mundial, atrevo-me a dizer: ou seja, a tese das duas etapas revolucionárias sucessivas revela-se uma falácia. Não é de modo nenhum seguro que a revolução democrática nacional **prepare o caminho** para a revolução socialista. Neste contexto, não é lícito, não é sério, não é cientificamente tolerável, falar em periodos cósmicos de 100 anos ou mais. Seria converter o marxismo em escola profética, Mesmo considerando periodos mais curtos - de dez anos, por exemplo - também não é de modo nenhum seguro que uma qualquer revolução democrática - a portuguesa, por exemplo - **prepare o caminho** para a revolução socialista.

Aliás, designar como "revolução" a instauração, ou restauração, do poder da burguesia constitui uma armadilha semântica em que só cai quem quer. Ou melhor, quem possui, ou adquiriu, predisposição para se deixar iludir; quem já fica satisfeito com as conquistas dessa

"etapa". Compreende-se que em vida de Karl Marx e Friedrich Engels quando a revolução liberal burguesa estava na ordem do dia e varria a Europa e a América do Sul, ela representasse um fenómeno progressista abrindo horizontes de esperança; compreende-se que para Lenine e Leon Trotsky, na feudal e retardada Rússia de 1905, a revolução democrática representasse um gigantesco passo em direcção ao socialismo. Mas neste final do século XX, as "revoluções" democrático/liberais, que instalam, restauram e, por fim, consolidam a burguesia no poder, não podem ser consideradas um fenómeno progressista. Não devem sequer ser apelidadas de revoluções. Não constituem, a não ser por imponderável excepção, qualquer etapa para o socialismo.

Alvaro Cunhal, como é sabido, desenvolveu extensas considerações sobre o tema das etapas revolucionárias, na sua obra "O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista" (1ª ed. 1971).

Com efeito, uma das acusações mais fortes (sob o ponto de vista teórico) dirigida na época, ao PCP, pelos grupos e grupelhos de confissão maoista, era, exactamente, o que chamavam a sua "linha etapista". O líder comunista não teve dificuldade em meter a ridículo a "doença infantil de queimar etapas", de que sofriam os radicalizados representantes da pequena burguesia intelectual.

No entanto, no desenvolvimento da sua argumentação, Alvaro Cunhal recorre à distinção algo especiosa, entre etapas e fases: "o PCP não indica apenas etapas da revolução mas afirma ainda que cada etapa tem fases diversas..." (pág. 63, 4ª ed., sublinhados do autor). Quanto a nós, essa subtilidade analítico/semântica é excessiva (por

sua vez, cada fase poderia ser dividida em sub-fases, etc, etc); e, julgamos, não encontra suporte em nenhum texto doutrinário marxista-leninista.

Aliás, com os seus famosos "ses" a págs 77, Alvaro Cunhal vem revelar (involuntariamente) a natureza artificiosa da distinção entre os conceitos de **etapa** e de **fase**, mas principalmente, que a chamada etapa da revolução democrática nacional quando esvasiada dos 'ses', não representa transição para coisa nenhuma, mormente para o socialismo. Vejamos o parágrafo, em transcrição: "Bem se pode dizer que, SE a classe operária souber assegurar o papel determinante na revolução democrática e nacional (ou segundo a expressão clássica; assegurar a hegemonia na revolução); SE souber reforçar a aliança com o campesinato; SE souber neutralizar as camadas mais vacilantes da pequena burguesia e dos sectores anti-monopolistas da média burguesia; SE souber impedir que a revolução seja desviada num sentido democrático-burguês; SE souber vencer os complexos e inevitáveis conflitos de classe que surgirão no seio da própria frente anti-monopolista e as igualmente previsíveis tentativas de golpes contra-revolucionários, SE ainda puderem ser realizados os objectivos programáticos fundamentais do PCP para a revolução democrática e nacional - as duas **etapas** poderão transformar-se em duas **fases**, e a revolução democrática e nacional poderá ser (parafraseando Marx e Engels) 'o prelúdio' da revolução socialista". Foi longa a transcrição, mas achamos que valeu a pena. Um bom exemplo da lógica da batata: SE o meu pai não tivesse morrido, ainda hoje estaria vivo.

De facto, tornando a utilizar a mesma imagem, pensamos que não vale a pena proceder à análise

exumatória do corpo teórico cunhalista/estalinista. Pois que, entretanto, por aqui passou o comboio da revolução socialista. Quedou-se pela etapa democrático-nacional. Pelos vistos e acontecido, a classe operária não soube manobrar a locomotiva da história; não preencheu todos os numerosos condicionais constantes da célebre lista dos 'SES'. E é curioso constatar a antecedência (em 1971) com que Álvaro Cunhal se sangra em vida, endossando para uma abstrata classe operária as responsabilidades a haver, por eventuais (temidos? adivinhados?) fracassos revolucionários; desde logo deixando ilibado dessas responsabilidades o partido que, por definição, deveria estar na vanguarda da futura revolução; e, no mesmo passe de mágica, fazendo desaparecer do campo das responsabilidades o dirigente máximo, ele próprio.

Afinal, o que sobretudo vale a pena destacar, é a existência desse estado de espírito, dessa pré-disposição capituladora que transparece através da casuística dos condicionais. Visto que, quando a revolução está na rua, de nada valem os grossos tomos de doutrina marxista, ou as escapadelas teóricas adrede preparadas. Nesse momento, a revolução só não estará condenada ao fracasso (a não ultrapassar a etapa democrática nacional)... SE a direcção do partido proletário souber ter confiança nas massas e na sua capacidade revolucionária; SE souber manter determinação combativa e fé na vitória; SE souber libertar-se da herança estalinista, do seu defensismo, da atração fatal do frentismo com a pequena e a média burguesia; SE, em suma, a direcção do partido dos trabalhadores - no caso, o PCP - revelasse possuir a capacidade subjectiva necessária para dirigir a revolução até ao socialismo. Isso faltou completamente, como ficou demons-

trado; nenhum destes últimos condicionais 'SES' foi preenchido em Portugal pela direcção do PCP liderada por Álvaro Cunhal, em especial 1974-75.

Ora, no contexto da análise que estamos efectuando sobre a polémica ideológica em curso na África do Sul, a 'lição portuguesa' vem dar razão às dúvidas expressa pela tendência Inkaba em relação à firmeza revolucionária do PC Sul-Africano dirigido por Joe Slovo. Com efeito, quanto a nós, é absolutamente justificada a suspeita de que, por debaixo da teoria das Duas Fases se oculta o germen do compromisso de classes, a pré-disposição capitulacionista perante a burguesia, a falta de confiança nas massas africanas e nas suas capacidades revolucionárias. Dois partidos com muitos paralelismos; dois líderes com a mesma formação; uma idêntica interpretação - rígida; desmoralizada e desmoralizante - da teoria das etapas revolucionárias.

Mas refresquemo-nos um pouco com a leitura da "Revolução Permanente". Escreve Leon Trotsky, a págs 101 das Editions de Minuit: "Certas etapas do desenvolvimento histórico podem tornar-se inevitáveis sob certas condições, sem o serem do ponto de vista teórico. Pelo contrário, a dinâmica da evolução pode reduzir a zero etapas teoricamente 'inevitáveis'; a maior parte das vezes, isso acontece durante as revoluções, que a justo título se chamam as 'locomotivas da história'. Foi assim que o nosso proletariado 'saltou' a etapa do parlamentarismo democrático, depois de ter concedido uma insignificante meia-dúzia de horas à Assembleia Constituinte: Etc..." Nesta obra de 1929, Leon Trotsky aborda as questões mais importantes que ainda hoje-em-dia provocam polémica ideológica na África do Sul. Aliás o próprio

Trotsky, quando vivo, em carta datada de 20.4.1935, dirigida ao Worker's Party da África do Sul (a tendência trotskysta da época) aconselhava os seus partidários sulafricanos, já então em confronto ideológico com um ANC pró-estalinista. Entre outras observações, cuja validade permanece surpreendentemente actual, pode ler-se na carta de 1935: "O pior crime por parte dos revolucionários seria o de fazer a mínima concessão aos preconceitos e privilégios dos brancos... a esses 'socialistas' que lutam pelos privilégios dos brancos temos que denunciá-los como os piores inimigos da revolução". Mas é nas Recomendações acerca das teses do Worker's Party que mais flagrante se revela a actualidade do pensamento de Leon Trotsky: "Ao contrário do Congresso (ANC), os bolcheviques-leninistas levam por diante um programa revolucionário de luta de classes... As teses não colocam como palavra de ordem política fundamental a de um 'Estado Nacional-Democrático', e sim - correctamente - a de um Outubro sulafricano,,, A solução dos problemas (nacional e agrário) conduz inevitavelmente à ditadura do proletariado... (a qual) abrirá uma era de regime soviético e construção socialista... Esta conclusão é a pedra angular de toda a estrutura do programa (do Worker's Party). Nisso estamos totalmente de acordo".

Na realidade, a teoria das Duas Etapas (Fases) coloca os partidos comunistas perante um dilema insolúvel: como atingir o objectivo da 2ª etapa - revolução socialista, estado socialista, ou equivalente - enterrando logo na 1ª etapa, como instrumento inútil e incómodo, o conceito de ditadura (do poder) do proletariado? Essa tem sido a ilusão (ou lá o que é) do PC português. Revestindo aspectos patéticos desde Novembro de 1975 até

ao presente. Esta é a via sem horizonte que se propõe seguir o ANC/PCSulafricano quando preconiza o compromisso de classe - com a burguesia branca racista! - na fase dita democrática, da revolução. Semelhantes posições são simplesmente espantosas, quando o inimigo dos povos - o imperialismo capitalista - assume, por toda a parte, a nível mundial, com jactância, o seu direito de exercer a ditadura da burguesia. Seja em Portugal com os governos sociais-democratas; ou na África do Sul do apartheid, na Grã-Bretanha da srª Thatcher, etc. Para não mencionarmos o recurso às intervenções armadas e às conspirações de toda a ordem contra os estados e movimentos de opção socialista. Pois então, paralelamente, porque não defender com redobrada energia, o conceito de "ditadura democrática do proletariado", em contraponto à efectiva "ditadura democrática da burguesia"? Aqui fica a sugestão, para uso de gorbatchevianos à procura de saídas.

Ao acompanharmos a batalha de ideias (e a luta política) em curso na RAS, há uma lacuna que fatalmente fere a nossa atenção: a quase completa ausência de referências à Revolução Portuguesa de 74-75. Momento no que diz respeito ao processo de independência das colónias, aos problemas que se colocaram à Frelimo e ao MPLA (e ao PAIGC) na tomada do poder, e durante os primeiros anos de governo autónomo. Espanta realmente, verificar esse alheamento, tanto mais que ele é compartilhado pelo ANC/PCSA e pelos críticos à sua esquerda. Na verdade, não conhecemos nenhum estudo aprofundado, de origem revolucionária sulafricana, que aborde a experiência da construção do socialismo nas ex-colónias portuguesas. Angola e Moçambique são países vizinhos frequentemente visitados por destacados dirigentes de

ANC e doutras organizações. Não faltam ali dados e ensinamentos que permitem clarificar as questões polémicas que preocupam a direcção revolucionária sulafricana. Nomeadamente, na aplicação da teoria das Duas Etapas, desenvolvimento da luta de classes, papel e organização do proletariado, aparelho e burocracia, etc, etc. Pois o facto é que para o ANC, para o PC da África do Sul e mesmo para os trotsquistas locais da tendência Inkaba, é como se Angola e Moçambique e as respectivas revoluções jamais tivessem existido.

Ainda mais difícil de compreender é a escassa atenção prestada pelas forças revolucionárias sulafricanas aos problemas da guerra nas fronteiras, em que está envolvido o exército racista. Designadamente no sul de Angola, com o empenhamento de elevados efectivos, esforço orçamental, baixas entre os brancos, derrotas no campo de batalha, etc. Afora as consequências na moral do sistema.

Ora tudo isto faz parte da bagagem dos conhecimentos de qualquer comunista, medianamente familiarizado com a história das revoluções modernas. Não vamos agora perder tempo a invocar a influência determinante da guerra externa, no caso da revolução bolchevique, da chinesa, etc. Da portuguesa também, já agora.

Com efeito, aparece como um indicio extremamente inquietante, sob o ponto de vista revolucionário, a voluntária abstenção em debater e agitar a problemática da guerra, adoptada pelas formações políticas que na África do Sul combatem - clandestinamente, deve sublinhar-se - o regime para-nazi do apartheid. Tudo indica estarmos perante um compromisso ideológico gravíssimo ditado por um espírito capitulacionista, na antecipação

- utópica e criminoso - da famosa 1ª Fase Democrática-Nacional; onde, supostamente, se sentariam lado-a-lado comunistas e racistas na governação da sociedade sulafricana.

Sabemos que a direcção do movimento revolucionário na África do Sul - em primeiro lugar o PCSA - se encontra mal apoiado e aconselhado no plano internacional; e conhecemos todos a dura luta clandestina, no plano interno. No entanto, isso não pode resultar no abandono dos objectivos estratégicos da Revolução, ou na rejeição de linhas tácticas vantajosas, sem que os responsáveis por semelhante orientação se tornem passíveis de desconfiança. Na realidade, no presente momento, a direcção comunista na África do Sul não oferece garantias de ser capaz de encaminhar as massas trabalhadoras para a vitória sobre a minoria racista; nem parece mesmo que seja esse o seu verdadeiro propósito.

Janeiro 1989

SOCIALISMO EM AFRICA

Desenvolvimento e Cooperação

Poder-se-à afirmar, neste começo de 1989, de forma rotunda e sem mais delongas, que o socialismo falhou... também em África. Designadamente, em Angola e Moçambique. Entenda-se que usamos o termo socialismo, não no sentido lato de formação social, mas no sentido restrito de um modelo de desenvolvimento económico; cujos traços dominantes são a propriedade colectiva dos (grandes) meios de produção e a existência de um plano de cumprimento obrigatório; de ambos devendo resultar o estabelecimento de novas regras (relações) de trabalho e produção.

O nosso objectivo é o de procurar averiguar as causas do (provável) fracasso do modelo económico socialista em Angola e Moçambique; e quais os aspectos mais salientes que o enformam.

No principio era a política. Era mesmo o

verbo político, quase se poderia dizer, em paráfrase bíblica, aplicando-a à enorme maioria das revoluções sociais. Porém, de facto, é impossível separar política de economia; aliás o conceito de "economia política" é bastante anterior a Karl Marx. Na época moderna, neste século XX, os partidos revolucionários que lutam pelo poder, ou que efectivamente o conquistam, procuram concretizar o seu programa político através de medidas de carácter económico, de sentido geral socialista, invocando (com maior ou menor legitimidade) o evangelho marxista.

Entretanto cada revolução segue um curso próprio, desenrola-se em circunstâncias singulares. Sucodem-se situações e contradições que não se encontram consignadas (exactamente) em nenhum manual. Desde logo as massas populares irrompem no processo com impetuosa e desordenada energia. Ocupam terras, edifícios, fábricas; organizam comissões, soviets, milícias. Aceleraram a revolução... (mas só) quando o partido que tomou o poder - a vanguarda revolucionária, por suposto - souber coordenar toda essa energia no sentido de satisfazer as necessidades e aspirações proletárias; em primeiro lugar, as de carácter económico.

Em Angola e Moçambique, por um conjunto de razões que adiante examinaremos, não foi essa - a via do socialismo revolucionário - a via adoptada pelo MPLA e pela Frelimo. O modelo económico que se procurou instaurar em ambos os países corresponde ao que estava em vigor nos países do chamado 'socialismo real'. Um modelo economicista e desenvolvimentista, divorciado dos interesses imediatos e reais das massas populares, tendo como objectivo superar os índices atingidos pela economia capitalista (colonialista, no caso). Modelo autoritário,

imposto burocraticamente, cujos resultados lastimosos estão hoje à vista, na URSS, em Cuba, etc. Também em Angola e Moçambique a receita não teve êxito. Vejamos então, mais de perto, porquê.

Guerra e Banditismo. Citamos em primeiro lugar este factor, considerando que ele é invocado de imediato e sempre que vem à discussão critica qualquer assunto respeitante a Angola e Moçambique; mormente os de natureza económica. Os insucessos nessa área são, por norma, enfaticamente apresentados - e justificados - como consequência do estado de guerra e de desestabilização interna. Ora essa argumentação só em determinados casos é válida. Em grande parte é mistificadora. Serve para encobrir os erros de direcção, a ausência de uma estratégia económica; que, exactamente, deveria ser coerente (adequada) ao estado de guerra e de banditismo interno. De economia de guerra há experiência bastante entre os povos revolucionários; inclusivé, o MPLA e a Frelimo administraram extensas zonas durante os anos da luta de libertação. De facto, a argumentação da guerra e banditismo pode ser usada ao contrário, pois acentua o absurdo e a incoerência da política económica seguida em Angola e Moçambique após a independência. Repare-se, por exemplo, na insistência sobre os grandes projectos (barragens, caminhos-de-ferro, etc.) extremamente vulneráveis às acções da guerrilha; em contrapartida, os problemas da alimentação das populações só passaram para o primeiro plano das preocupações governamentais quando atingiram níveis de catástrofe mundial. Até mesmo os apoiantes da tese, 'primeiro ganhar a guerra (ou/e eliminar os bandos armados); e só depois a reconstrução económica', vão perdendo argumentos à medida que a situação

se mantém inalterada anos a fio, e é preciso 'ir fazendo alguma coisa'; isto é, dar qualquer orientação aos diversos sectores económicos.

Modelo económico soviético. A opção política marxista do MPLA e da Frelimo conduziu à introdução em Angola e Moçambique de muitas normas características do modelo económico soviético. Teria sido possível ter evitado essa fatalidade? Em teoria, decerto que sim. Já mencionámos, em diversas ocasiões, a atração inicial da Frelimo pelo modelo chinês; outras experimentações avulsas foram empreendidas. Porém, de facto, no campo das acções (opções) práticas, foi o auxílio do bloco socialista aquele que desde logo esteve disponível; aquele com que se podia contar (pensando até abusar) desde o dia da independência. Por outro lado, não devemos esquecer que o imperialismo desencadeou nessa mesma altura, uma poderosa ofensiva de sabotagem e desestabilização contra Angola e Moçambique, incluindo a frente económica; a título de exemplo basta recordar a enorme operação do êxodo dos colonos brancos portugueses.

Resultou de toda esta conjuntura que a questão das vias alternativas de desenvolvimento económico nem chegou a ser equacionada. Equipas de assessores e técnicos oriundos dos países do "socialismo real" instalaram-se junto dos vários ministérios da área produtiva, elaborando planos, orientando alguns projectos, redigindo relatórios, etc. Em Angola predominaram os cubanos em sectores como o café, açúcar, pescas, habitação, portos, etc; búlgaros, na agro-indústria e pecuária; até norte-coreanos. Em Moçambique houve uma presença chinesa nas zonas rurais; no ministério do plano (com Marcelino dos Santos) funcionaram consultores da RDA e soviéticos;

estes últimos também se empenharam nos sectores mineiro e geológico; etc. No conjunto, pode dizer-se que os resultados de toda esta cooperação foram tristemente decepcionantes. Não apenas no aspecto da rentabilidade produtiva, do abastecimento e resolução dos problemas imediatos das populações. Quanto a nós, os maus resultados quantitativos alcançados - o chamado fracasso do modelo económico socialista - devem atribuir-se fundamentalmente a causas conceptuais (ideológicas). São essas, aliás, as que nos interessam destacar, visto que possuem validade universal.

Com efeito, o socialismo real - burocrático e degenerado - tem exportado, em bruto, para todo o mundo onde chega a sua cooperação, um modelo económico equivalente; isto é, necessariamente burocrático e degenerado. Uma reflexão sobre os resultados desastrosos verificados em Angola e Moçambique ajudará a compreender os fracassos do modelo na URSS, em Cuba, etc; que agora surgem incontestáveis graças à glasnost/perestroika, mas que foram previstos por Leon Trotsky já lá vão mais de cinquenta anos.

Mais acima fizemos alusão à "ofuscação" desenvolvimentista e economicista de que padece o modelo soviético. Consiste, no essencial, na substituição dos objectivos próprios de uma economia socialista ao serviço dos homens, pelos da conquista de recordes de produção, expressos - ainda por cima, e para que não haja dúvidas - nos índices macro-económicos específicos do modelo capitalista. Daqui resultou, como é bem de ver, o inevitável desvirtuamento dos princípios conceptuais do marxismo-leninismo. Degenerescência, consoante lhe chamou Leon Trotsky.

Em Angola e Moçambique os planificadores da escola soviética anunciaram logo de entrada, como meta a curto prazo, a ultrapassagem dos níveis de produção colonialistas. Cedo se revelou a inanidade de semelhante proposta. A tónica passou então a recair sobre os grandes projectos de desenvolvimento, destinados a transfigurar a fisionomia económica de ambos os países. O grande salto em frente! Outra roda da ofuscação desenvolvimentista, que faz parte integrante do modelo soviético. A megalomania, a crença nos efeitos miraculosos da obra gigantesca, dos projectos grandiosos. (Para 'épater le bourgeois' é caso para dizer-se). Assim aconteceu na URSS, passou por Cuba e alhures. Receita cuja aplicação parecia particularmente absurda em Angola e Moçambique, dada a situação real existente em ambos os países após a independência. Mas que fez vencimento junto do MPLA e da Frelimo. O que, na realidade, não deve surpreender. De facto, a mitificação da obra colossal é tão antiga quanto a civilização humana; recente é apenas a associação com a ideia de milagre económico. Mas não foram só de origem socialista que apareceram as propostas para os empreendimentos irrealistas. Apercebendo-se da receptividade existente, não faltaram os projectos miríficos de origem ocidental, engodando por diversas vias, os nem sempre honestos governantes e dirigentes dos dois partidos revolucionários. Dispensamo-nos aqui de novamente fazer o levantamento do mar de ruínas deixado pela ofuscação megalómana em Angola e Moçambique. O que há a reter, neste contexto, é que ela já ia na bagagem dos assessores socialistas: os quais, por conseguinte, não tinham condições para prevenir os elefantes brancos, para desviar as estovadas economias angolana e moçambicana dos enormes

buracos onde foram caindo.

Mas deste Síndrome Importada de Degenerescências Adquiridas (dá SIDA e é igualmente deletério) falta apontar a principal componente: o burocratismo. Aquela que Trotsky mais temia, e de que chegou a ver - com horror - os primeiros avanços e a consolidação. O burocratismo é, como toda a gente sabe, um polvo de mil tentáculos asfixiantes. Complica, atraza, exaspera, desmoraliza; progressivamente paraliza a iniciativa e vontade de trabalhar. A máquina produtiva funciona para o cumprimento formal do plano (com fraude, muitas vezes), para a apresentação de relatórios que salvaguardem as responsabilidades; do mesmo passo, seleciona os mediocres. O monstro burocrático possui dois tentáculos que facilmente se distinguem: o controleirismo e a espionite. De todas essas degenerescências que tipificam o modelo económico soviético, houve em Angola e Moçambique exibições ao vivo protagonizadas por assessores e equipas técnicas provenientes dos países socialistas. Também não surpreenderá grandemente a adopção do burocratismo na esfera económica em Angola e Moçambique. Curiosa sim é a unanimidade verificada: pró-soviéticos e anti-soviéticos, comunistas e contra-revolucionários de vários disfarces, todos igualmente entenderam que a via burocrática era a mais rápida e segura para atingirem os seus fins. Os primeiros, confiando ingenuamente na eficácia do modelo soviético; os anti-comunistas pensando (a justo título) que um sistema onde impera a intriga e a espionite constituiria o terreno ideal para as suas manobras.

Observemos mais de perto o funcionamento do sistema. Em qualquer dos países, Angola ou Moçambique (mas podia também ser em Cuba ou na Ucrânia) existe

uma empresa estatal, de nível nacional ou regional, que começa a produzir resultados. Imaginemos que é do ramo alimentar: frangos e ovos. O restante sector - carne, peixe, legumes, fruta, etc - não cumpre as quotas de produção, revelando-se incapaz e desorganizado. Ao cabo de um par de meses, a nossa empresa de frangos e ovos tornou-se vedeta. É alvo da atenção especial das 'estruturas'; abatem-se sobre ela visitas, inspecções, bandos de assessores, pedidos de relatórios e mais relatórios. Os vários escalões burocráticos dão ordens e contra-ordens. A distribuição do produto converte-se em assunto de discórdia nacional; o próprio presidente, chefe do estado, intervém na contenda. Murmura-se que o director da empresa o que quer é ser ministro. Um menino (oriundo do MRPP português) descobre que as galinhas poedeiras são de proveniência capitalista. O cerco à empresa aperta-se. Em nome da re-estruturação do sector, o crédito é reduzido, a empresa é sub-dividida. São nomeados dois novos directores, jovens de vinte anos, acabados de formar ou regressados de estágio no estrangeiro. Ao antigo director são-lhe atribuídas funções decorativas no ministério. A produção de frangos e ovos entra em queda livre. Fica "normalizada" de acordo com o modelo burocrático. Deixa de preocupar os responsáveis. Está restabelecido o nível geral de incompetência e inoperatividade.

A situação caricatural acima descrita baseia-se num facto real. Podia ter acontecido no sector da informação (um jornal), no hoteleiro, numa fazenda de café, ou numa central eléctrica. Num sistema afectado pela degenerescência burocrática, exceder o patamar da mediocridade é ficar, ipso facto, condenado à "normalização"; ser alvo do rancor de toda a hierarquia.

Pequena-burguesia e Oportunismo. De imediato, poder-se-à fazer notar que no entrecho acima caricaturado, não fica exclusivamente em causa o modelo económico, mas também a actuação dos aparelhos partidários e governamentais dos respectivos agentes e responsáveis. Assim é, com efeito. Já em várias oportunidades abordámos a questão da mentalidade pequeno burguesa de grande número dos quadros do MPLA e da Frelimo. É um facto, ao nível do subjectivo quer se queira quer não; consequência lógica da formação intelectual recebida, dos meios que frequentaram, do colonialismo que viveram.

Esses quadros revelaram uma apetência pelos cargos do aparelho burocrático herdado do colonialismo; e uma igual adaptabilidade às novas estruturas criadas já sob a égide do modelo socialista soviético. O que confirma, não só a natureza universal (em qualquer regime) do burocratismo e suas degenerescências; mas que é o meio ideal onde a pequena burguesia se sente como peixe n'água. Meio no qual floresce com exuberante vigor uma das características mais perniciosas da pequena burguesia: o oportunismo.

O pequeno burguês oportunista abraça, conforme as circunstâncias, as causas que mais lhe convêm, onde vislumbra algum proveito pessoal. Já abordámos em apontamento anterior (Versus nº 15, Abril 85) a maneira como o problema (real) da carência de quadros foi manipulado pela pequena burguesia local para justificar o assalto ao poder e privilégios; nomeadamente, na área económica. Na realidade os cargos burocráticos e técnicos foram ocupados pelos mais hábeis na intriga; só excepcionalmente, por elementos competentes, preparados para a função.

Ora sucede que esta primeira vaga - que, efectivamente, tornou a pequena burguesia a "classe dominante" em Angola e Moçambique - estabeleceu um precedente, uma referência de comportamento. Depois disso, não há praticamente nenhum jovem angolano ou moçambicano, com alguma escolaridade ou algum estágio no estrangeiro, que não se julgue com direito a um lugar de chefia em qualquer degrau da pirâmide burocrática. Não há modelo económico que resista a semelhante estado de espírito. Ainda menos o modelo soviético, ele próprio sofrendo da mesma degenerescência burocrática/carreirista.

A xenofobia é uma outra consequência "ideológica" do oportunismo pequeno burguês. Em Angola e Moçambique. Utilizada inicialmente para abrir vagas, para afastar os estrangeiros (na maioria portugueses) dos lugares que porventura continuaram a ocupar no aparelho burocrático, tornou-se institucional em pouco tempo. Também neste ponto o modelo soviético autoriza a degenerescência; ele próprio xenófobo, filho da bastarda teoria estalinista de "o socialismo num só país".

Compreende-se que nestas circunstâncias a cooperação estrangeira em Angola e Moçambique tenha estado sempre debaixo da vigilância desconfiada da pequena burguesia dominante. Por irónico que pareça, as principais vítimas desse ambiente hostil são os internacionalistas revolucionários; enquanto que a cooperação do tipo capitalista, paga em dólares, recolhe a máxima benevolência. Afinal não deve causar espanto que o oportunismo pequeno burguês se oriente - nem que seja apenas subjectivamente - nesse sentido. Mas vamos ao tema.

Cooperação. Aborrece tanta demagogia sobre o assunto! Rios de tinta, torrentes de discursos, continuam

a correr, alimentados por interesses muito pouco transparentes. No conjunto, a posição oficial portuguesa (dos sucessivos governos reaccionários pós 25 Novembro) destaca-se pela impostura e esterilidade. Dá vômitos ouvir anunciar, "uma nova era nas relações de cooperação entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa" a um Eanes, a Soares, Balsemões, outra vez Soares agora associado aos Cavacos. Já não há pachorra, francamente.

Também nós próprios já escrevemos o que basta sobre os aspectos económicos da famosa cooperação. (Designadamente na Versus nº 31, Dez. 88). Em resumo, em nossa opinião, a cooperação internacional, destinada a fomentar o desenvolvimento económico em Angola e Moçambique, falhou completamente nesse objectivo; e mesmo ao nível elementar de satisfazer necessidades e carências, não ajudou a criar nenhuma solução estável; pelo contrário, acrescentou novas distorções e hipotecas.

Em abono desta nossa perspectiva - de facto, pessimista - já recorremos várias vezes ao testemunho de René Dumont. (Cujo último livro "Pour l'Afrique: j'accuse", foi agora posto à venda em tradução portuguesa). Vamos hoje acrescentar apenas a opinião de um outro conhecido estudioso da problemática africana, José Capela. (Trata-se realmente, do padre Soares Martins que foi coadjutor do bispo da Beira, Sebastião Rezende antes do 25 de Abril. Em 1978 foi designado adido cultural em Maputo; posto onde, pensamos, ainda se mantém. Tem várias obras de investigação publicadas sobre temas culturais moçambicanos, com o mesmo pseudónimo). Interroga ele, ironicamente, em artigo constante do nº 66 do semanário "Africa" de 17.8.88, "se tanta ajuda não será ajuda

a mais". E explica o seu pensamento: "Chovem os projectos sugeridos de fora para dentro, mais espectaculares uns que os outros... Dirigentes africanos de países objecto de cooperação já tomaram consciência do cariz neo-colonialista de alguma, talvez de muita cooperação... Um país não só não se desenvolve, como nem sequer consegue manter padrões constantes de produção com técnicos provenientes do exterior, desenraizado as mais das vezes a riscarem do calendário os dias que faltam para o curto exílio".

José Capela/Martins Soares revela o mais absoluto cepticismo em relação à cooperação. E acaba por lhe contrapor uma alternativa, relativamente utópica em nosso entender, mas que traduz o radicalismo de uma posição alicerçada em muitos anos de observação: "Parece-me que a **emigração** tem todas as condições para ajudar a África a adquirir o que ela quer. E é muito duvidoso que a **cooperação** o possa fazer".

Verifica-se pois que a cooperação para o desenvolvimento em África (na forma como tem sido exercida) recebe uma condenação inequívoca por parte de especialistas insuspeitos e desinteressados; os que amam os povos africano e sinceramente desejam o seu bem-estar e felicidade.

Ganha assim maior autoridade a nossa própria opinião. Mas a crua realidade é que o sistema de cooperação continua funcionando nos mesmos moldes, como se não fosse evidente o seu fracasso. Ele mantém-se por inércia dos governantes enredados em contradições e dificuldades; mas também devido à dinâmica dos interesses obscuros de ordem privada, ou ligados à conspiração racista e imperialista; por força dos intuítos neo-colonia-

listas e disputa de esferas de influência; e ainda pela cumplicidade cobarde e oportunística de milhares de cooperantes que calam as suas experiências frustrantes na mira de mais alguns rendosos contratos.

Num quadro de fracasso global, não se salva - e mal se distingue - a cooperação que é costume designar por internacionalista. Efectivamente, devido às causas políticas e ideológicas atrás apontadas, um modelo socialista de desenvolvimento económico, mais ou menos copiado dos existentes nos países do leste europeu, não conseguiu vingar em Angola e Moçambique; mesmo quando ensaiado em sectores produtivos de âmbito local ou regional. Ao fim de pouco tempo, a cooperação de origem internacionalista limitou-se a disputar projectos à cooperação capitalista, em concorrência igualmente desenvolvimentista.

Em rigor, não valeria, pois, a pena comparar a **qualidade** (técnica ou tecnológica) dos dois sistemas de cooperação económica. Assim é, com efeito. Ambos têm sido essencialmente ineficazes; ambos são culpados de ingenuidades, utopias, mega-projectos ruinosos; ambos são co-responsáveis pelos elevados custos de aprendizagem dos novos re-descobridores de África. Importa sublinhar a simetria das posições, na medida em que no ocidente (em particular, Portugal) somente circulam as anedotas desprestigiantes para a cooperação de origem internacionalista; ora, podem-se contar outras tantas ridicularizando os tecnocratas e as empresas capitalistas que operam em África. Erro por erro, incompetência por incompetência, nenhum se fica a rir do outro; sucedendo, no entanto, que as facturas capitalistas são, regra geral, bem mais pesadas.

Todavia, de um ponto de vista revolucionário, merece severa condenação a falta de preparação com que se apresentou em África (e noutras regiões do globo, valha a verdade) a cooperação dita internacionalista, cuja missão doutrinária seria a de ajudar os povos recém-independentes a consolidarem as suas opções marxisto-leninistas. Impreparação que é, sem dúvida, consequência da degenerescência estalinista, da malfadada teoria do 'socialismo num só país'. Na URSS e nas outras repúblicas socialistas, a atenção dedicada aos problemas do terceiro-mundo, foi sempre mantida a um nível mínimo. Referimo-nos, evidentemente, à previsão de situações; à preparação político-intelectual, técnica das respostas adequadas. A política da URSS em África (e não só) foi sempre uma política de navegação à vista, de resposta empírica às diferentes situações que vão surgindo; com custos elevadíssimos, erros e desastres clamorosos, (a barragem do Assuão; o apoio à Somália de Siad Barre; etc). Em contraste, o imperialismo está preparado; possui uma política a longo prazo para o continente africano. Lembremos apenas, a título de exemplo, os inumeráveis centros de estudo, institutos, publicações que, no ocidente capitalista, se dedicam, em exclusivo, aos assuntos africanos. Integram milhares de intelectuais negros; à sua volta gravitam especialistas de todas as nacionalidades. O que existe de equivalente no bloco socialista? Talvez, no máximo, uma meia-dúzia de instituições oficiais, guarnecidas de velhos bonzos do tempo de Estaline. Quem já ouviu falar de especialistas estrangeiros colaborando nessas instituições? De docentes angolanos ou moçambicanos lecionando em universidades soviéticas? Pessoalmente, não tenho conhecimento de nenhum caso. E quando se

é forçado a admitir que as fontes privilegiadas de informação do PCUS sobre as ex-colónias portuguesas, têm sido quadros do PCP formados na escola da clandestinidade, então compreende-se (levando as mãos à cabeça) mais alguma coisa sobre o grau de impreparação patenteado pela cooperação de origem estatal-socialista.

Para completar (e finalizar) esta alínea devemos voltar a mencionar as organizações-não-governamentais (ONG, na sigla convencional). Há quem as considere as flores no pântano da cooperação. Algumas serão, com certeza: novos missionários do progresso técnico, mas com suficiente respeito pelas crenças, costumes e cultura das comunidades que pretendem apoiar. Após dezenas de anos em contacto com cooperantes e cooperação, René Dumont mantém uma opinião favorável sobre as ONG: "Os micro-projectos não resolverão todos os problemas, mas são essenciais para ajudar os camponeses. Ajudá-los a libertarem-se, a organizarem-se, a educarem-se, a defenderem-se. As ONG constituíram assim forças políticas rurais, nas quais os poderes políticos honestos pudessem apoiar-se para melhor defenderem o interesse nacional - e portanto também o dos mais desfavorecidos". (pág. 239 do seu último livro). Logo segue numa extrapolação que ele próprio designa por semi-utópica: "A escala mundial, seria possível, ou mesmo necessário, conceber e realizar, por etapas, sistemas económicos libertos das duas ideologias que nos governam, e que estão, tanto uma como outra, à beira da falência".

Em Angola e Moçambique as ONG laicas tiveram existência efémera, rapidamente tornadas inexecutáveis pela acção da guerra e do banditismo. Porém, abstraindo das visões utópicas de René Dumont, parece,

com efeito, que o tipo conceptual de solução representado pelas ONG, constitui a melhor via para a recuperação económica de Angola e Moçambique, e doutros países, devastados não só por guerras e calamidades naturais, mas vítimas também de uma cooperação internacional, privada ou estatal, incompetente, megalómana e completamente alheia aos interesses reais e imediatos das grandes massas populacionais africanas.

Fevereiro 1989

CONSIDERAÇÕES DECORRENTES

Não parecem existir motivos de encorajamento, neste dealbar de 1989, para as esperanças postas na consolidação do socialismo em África, designadamente em Angola e Moçambique. Esperanças que nasceram com o movimento de libertação anti-colonial subsequente ao final da II Guerra Mundial; às quais Samir Amin e outros pensadores marxistas quiseram dar expressão teórica, sugerindo a hipótese que esse movimento seria, "a principal força de emergência do socialismo" nos tempos actuais.

Abordámos na presente colectânea de textos, algumas razões do malogro dessa ilusão; tão só aqueles cujo destaque entendemos dever ser feito, pois ficam em regra votados ao esquecimento. Também achámos desnecessário evocar aspectos sociológicos e afins (estrutura das sociedades tradicionais africanas v.g.) os quais

(além de excederem a nossa competência) estão largamente estudados por especialistas da matéria. A nossa atenção fixou-se sobre a problemática revolucionária.

Em nosso entender - e cremos que isso terá ficado evidenciado - as razões mais remotas do malogro da experiência socialista em África prendem-se com a degenerescência do internacionalismo proletário, tal como ele era concebido por Marx e Lenine. A III Internacional foi levada ao descrédito mais absoluto por Estaline que, por fim, acabou por a extinguir em 1943. "O socialismo num só país", dispensou, por força de definição, uma estratégia internacionalista; como poderia estar preparado para compreender e apoiar correctamente, o fenómeno dos movimentos de libertação e da emergência do socialismo nos novos países independentes? Dentro da lógica estalinista, a assistência e cooperação concedidas a Angola e Moçambique foram resultado de uma política estatal, pouco tendo a ver com os princípios da solidariedade internacionalista. A perversão burocrática, estatal-nacionalista contaminou o movimento comunista a nível mundial; o MPLA e a Frelimo não escaparam ao contágio.

Estamos convictos que outro teria sido o destino da revolução em Angola e Moçambique, caso existisse uma organização internacionalista de natureza revolucionária; uma IV Internacional, tal como Leon Trotsky a idealizou; a qual, infelizmente, nunca dispôs de meios suficientes para contrabalançar a hegemonia exercida pelo bloco das potências do 'socialismo real'.

*

* *

Em segundo lugar, consideramos que o interdito crítico que tem rodeado as revoluções angolana e

moçambicana acabou por impedir uma reflexão aprofundada sobre determinados aspectos de extensa importância para o futuro do movimento revolucionário mundial. Referimo-nos, em concreto e em especial - à problemática relacionada com a consolidação da vitória revolucionária; com o 2º dia da Revolução, na sugestiva imagem.

Na realidade, a interdição à crítica revolucionária é (também) parte integrante da degenerescência estalinista. Sucessivas gerações de comunistas formaram-se nessa escola. O MPLA e a Frelimo, seus quadros dirigentes e militantes mais devotados, revelaram não estarem suficientemente preparados para enfrentarem as situações e os problemas práticos inerentes à administração do estado autoproclamado, socialista. Disso demos conta ao longo das páginas reunidas no presente volume. Estamos convencidos que algo de diferente poderia (e deveria) ter sucedido; bastando para isso que tivessem sido aproveitados os ensinamentos de anteriores processos revolucionários. O de Cuba, por exemplo, tão próximo em tantos aspectos, das experiências africanas. Mas já também a revolução cubana esteve sujeita ao mesmo interdito crítico.

Ao que tudo indica, após 15 anos de abstenção crítica em relação às experiências angolana e moçambicana, continuaremos condenados a assistir à repetição de novas vias dolorosas, em qualquer ponto do globo onde a revolução triunfe e seja tentada a implantação do sistema socialista. É uma perspectiva desoladora. Façamos votos para que tal não venha a acontecer, e que a problemática relativa ao 2º dia da revolução passe a constituir tema de debate aprofundado entre todos os marxistas-leninistas. (Incluindo os neo-leninistas de confissão peres-

troikiana).

Com efeito, já nos escritos de Lenine poder-se-iam (poder-se-ão) encontrar numerosas pistas de reflexão. Naturalmente, no Lenine que se viu confrontado com os problemas da consolidação do poder soviético, no Lenine da NEP, da fase final da sua vida.

"Mais vale menos, mas melhor", é o título de um seu artigo (publicado no Pravda, em Março 1923) em que faz uma crítica implacável aos "primeiros cinco anos"; em particular, no que respeitava ao funcionamento do aparelho do estado e dos órgãos de controlo. Trata-se de um texto de fácil consulta incluído nas Obras Escolhidas, entre vários outros da mesma época. Mais vale menos, mas melhor, é todo um programa (consigna; palavra de ordem) que caso tivesse sido entendido com espírito responsável, teria poupado muitos tropeços empíricos, muitos dos sonhos fantasiosos, que conduziram as revoluções angolana e moçambicana (além de outras) à situação descaracterizada em que hoje se encontram; e que, principalmente, teria poupado muito sofrimento desnecessário aos povos de Angola e de Moçambique.

*
* *

Costuma dizer-se que as revoluções navegam entre duas tentações. A tentação totalitária (estalinista, maoísta, etc) e a tentação reformista (moderada, restauracionista; contra-revolucionária, em suma). Na verdade, várias outras tentações adjacentes vão surgindo ao longo do percurso. Entretanto, o esquema dialético básico permite-nos afirmar que as revoluções angolana e moçambicana conseguiram evitar a tentação totalitária. Violência organizada (terror) existiu apenas, episódica-

mente, em Angola, nos meados de 1977, por reacção ao chamado golpe Nito Alves; e tratou-se não de terror vermelho, mas sim de terror branco (de motivação contra-revolucionária).

Quem acompanhou de perto, em Angola e Moçambique, os primeiros anos dos respectivos processos revolucionários - é o caso do autor destas linhas - pode testemunhar como a tentação estalinista espreitava a cada esquina; e como, portanto, foi difícil resistir-lhe. Não era apenas a sabotagem de intenção consciente; ou a indisciplina e o desleixo generalizados, próprio do período de transição (aquilo que os reaccionários apelidam de bagunça); era também a interpretação simplória (à letra), individualizada, pelas grandes massas despolitizadas consignas revolucionárias (O povo é quem manda; Os trabalhadores são os donos das fábricas; etc, etc). Quando numa oficina, num hotel, ou numa plantação, o pessoal 'levava para casa' a maquinaria e as ferramentas, os fogões e as toalhas, as enxadas e os tratores, só um santo se dedicaria a distinguir as motivações ideológicas.

A Grande Revolução Russa de 1917 atravessou momentos semelhantes, sabe-se. E, sem querer assumir o papel de advogado do diabo, penso que a génese do fenómeno estalinista está mais enraizada nessa situação que na personalidade perversa de um tal Joseph Djougachvili, vulgo Estaline. A quantos revolucionários sinceros em Angola e Moçambique não ouvi eu, desesperados, preconizarem medidas de repressão violenta, como via para acabar com a sucessão de desastres e fracassos na área económica! E algumas 'soluções' desse tipo foram levadas a efeito; como, por exemplo, no porto de Luanda onde

houve fuzilamentos, prisões maciças, por fim despedimento colectivo e substituição de todo o pessoal por brigadas cubanas. O facto é que soluções deste tipo não tiveram continuidade; talvez até pelos fracos resultados obtidos.

Caberia uma palavra de louvor ao MPLA e à Frelimo por terem resistido à tentação estalinista. Infelizmente, tendo evitado Cila foram caír am Caribdis; isto é, à tentação capitalista não escaparam. Entre os dois rochedos fatais, o barco de ambas as revoluções bateu em muitos escolhos. Muitas sub-tentações às quais, quer o MPLA quer a Frelimo não souberam resistir: ao deslumbramento e euforia da conquista do poder, que logo se traduziu em auto-suficiência e irrealismo programático; à tentação da dolce vita, que logo se traduziu no usufruto de privilégios, em carros, casas, viagens, sexo, etc; assim se tornando receptivos ao canto de sereia do "amigo capitalista".

O rumo seguido pela revolução em Angola e Moçambique após a conquista da independência, não foi traçado com a ajuda da ciência marxista-leninista, nem pôde ser corrigido à luz de experiências revolucionárias anteriores, cuja análise se mantinha interdita. Navegando à vista, as revoluções angolana e moçambicana teriam necessitado de muito melhores condições do que aquelas que defrontaram para chegarem a bom porto; evitando não só a tentação totalitária estalinista, mas igualmente o abismo da tentação capitalista.

*
* *

A consolidação da vitória revolucionária, após o estabelecimento do estado socialista dirigido pelo partido representante da classe operária, requer objectivos, etapas e ritmos essencialmente diferentes daqueles que determinaram a estratégia política durante a luta pela conquista do poder e da independência nacional. Não podem ser confundidas as duas situações e as suas específicas exigências. Consolidar a revolução implica definir objectivos claros e simples que respondam às necessidades e interesses imediatos das massas; estabelecer etapas e prazos exequíveis com os meios e capacidades efectivamente existentes; adoptar ritmos de transformação e desenvolvimento assimiláveis pelas populações locais, ou pelos trabalhadores em cada sector de actividade. Nest ordem de ideias, a consigna leninista "**mais vale menos mas melhor**", parece constituir uma adequada "**linha geral**" para servir de orientação aos gestores do socialismo nos anos da consolidação do poder popular; simultaneamente, as recomendações de René Dumont sobre o desenvolvimento agro-alimentar sugerem um quadro de prioridades sectoriais.

*
* *

As revoluções socialistas em Angola e Moçambique, o marxismo-leninismo proclamado pelo MPLA e pela Frelimo, estão em vésperas de completarem 15 anos de existência. Devido a um conjunto de razões, ex-

ternas e internas - muitas delas abordadas no presente volume - as soluções capitalistas vão sendo adoptadas, cada vez em maior número, pelos governos de Luanda e de Maputo. A correlação mundial de forças, no actual momento, acentuará, certamente, essa tendência. Torna-se difícil imaginar que uma mudança de rumo possa vir a ter lugar, nos próximos tempos, quer em Moçambique quer em Angola.

Entretanto, aguardemos que os interditos críticos sejam levantados. E que, em consequência, o debate e a análise da problemática relativa à consolidação do socialismo, venha a permitir uma orientação mais segura e informada para os segundos (terceiros, quartos...) dias das muitas revoluções que esperam a humanidade.

Lisboa, Abril, 1989



INDICE

Introdução	3
Marx e Lenine em África (in VERSUS nº 13 - Fev. 85)	15
Marx e Lenine em África - II (in VERSUS nº 15 - Abril 85)	24
Revolução Moçambicana - aquém das expectativas (in VERSUS nº 17 - Junho 85)	36
Planos Imperialistas e Estratégia de Negociação (in VERSUS nº 21 - Dez. 85)	49
Desbravando Revoluções Interditas - I (in VERSUS nº 24 - Março 86)	60
Desbravando Revoluções Interditas - II (in VERSUS nº 26 - Março 86)	74
Samora Machel assassinado (in VERSUS nº 30 - Nov. 86)	87
René Dumont reaparecido (in VERSUS nº 31 - Dez. 86)	101
O Estado da Revolução em Angola e Moçambique - I (in VERSUS nº 39 - Out. 87)	122
O Estado da Revolução em Angola e Moçambique - II (in VERSUS nº 41 - Dez. 87)	136
O Estado da Revolução em Angola e Moçambique - III (in VERSUS nº 42 - Fev. 88)	148
Lendo os "Escritos Militares" de Leon Trotsky (in VERSUS nº 43 - Abril 88)	163
Guerra Colonial - a versão deles (in VERSUS nº 45 - Out. 88)	187
Batalha de Ideias e Direcção Revolucionária na RAS	194
Socialismo em África - desenvolvimento e cooperação	214
Considerações Decorrentes	230



Composto e impresso
nas oficinas "VERSUS"
Apartado 1685
1016 LISBOA
tel. 730509

Maio 1989

CD25A